

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ

CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

JULIANA FRAGOSO SOARES CAVALCANTI

**INTEGRAÇÃO SOCIOESPACIAL OU GENTRIFICAÇÃO? ANÁLISE DAS
INTERVENÇÕES URBANAS NO BAIRRO DO RECIFE**

RECIFE

2016

JULIANA FRAGOSO SOARES CAVALCANTI

**INTEGRAÇÃO SOCIOESPACIAL OU GENTRIFICAÇÃO? ANÁLISE DAS
INTERVENÇÕES URBANAS NO BAIRRO DO RECIFE**

Monografia apresentada à Faculdade Damas da Instrução Cristã como requisito para a conclusão do Curso de Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora: Prof. Dra. Ana Maria Filgueira Ramalho.

RECIFE

2016

Cavalcanti, Juliana Fragoso Soares

Integração socioespacial ou gentrificação? Análise das intervenções urbanas no bairro do Recife. / Juliana Fragoso Soares Cavalcanti - Recife: O Autor, 2016.

118 f.; il.

Orientador(a): Prof^a. Dr^a. Ana Maria Filgueira Ramalho.

**Monografia (graduação) – Faculdade Damas da Instrução Cristã.
Trabalho de conclusão de curso, 2016.**

Inclui bibliografia.

1. Arquitetura e urbanismo. 2. Intervenções urbanas. 3. Integração socioespacial. 4. Gentrificação. I. Título.

**72
720**

**CDU (2.ed.)
CDD (22.ed.)**

**Faculdade Damas
TCC 2017-511**

À minha filha Maria Alice.

AGRADECIMENTOS

Agradeço

Primeiramente, à Deus e à Nossa Senhora, pela força vital para a realização de mais essa conquista;

À minha família, em especial à minha Mãe, pelo apoio e companheirismo em todos os momentos. Ao meu Pai, pela oportunidade e acalanto eterno. Meus avós, presenças infinitas no meu coração; e Minha tia Gil pelo carinho e grande apoio.

Ao amor incondicional da minha vida, minha Maria, que mesmo sendo tão pequena me inspira e me renova a cada dia;

Aos estimados amigos, Débora Batista, Débora Silva e Bárbara Zaidan, pela ajuda e contribuição neste trabalho e presença em todos os momentos da vida. À Marcos Vinícius Galvão e Andressa Tenório pela parceria e amizade;

Aos entrevistados que se colocaram disponíveis para contribuir com a pesquisa;

Aos professores da Faculdade Damas, em especial à minha orientadora Ana Maria Ramalho pela paciência, dedicação e pelos ensinamentos prestados, apontando sempre uma direção a seguir. E à professora Anna Karina pelo aporte no andamento da graduação.

E por fim, agradeço a todos que de alguma forma contribuíram para a realização deste trabalho e que estiveram junto comigo para o cumprimento desta etapa.

RESUMO

Os processos de intervenções nos centros históricos das cidades brasileiras com a finalidade de revitalizar áreas degradadas e esvaziadas provocam diversas alternâncias nas relações socioespaciais. Ressalta-se a importância do planejamento participativo no tocante à exequibilidade e êxito destas ações como forma de minimizar a segregação social, reinterando agentes envolvidos nos espaços revitalizados. Os planos e projetos realizados para o Bairro do Recife a partir da década de 1980 - O Plano de Reabilitação, Plano de Revitalização, Porto Digital, Porto Novo Recife e o Programa de Requalificação Urbanística e Inclusão Social do Pilar, evidenciam que pouco proporcionaram a integração dos agentes atuantes envolvidos no espaço, bem como apresentaram insuficientes instâncias de participação social. Antagonicamente, observa-se a forte tendência às ações de caráter mercadófilo, enquadrado no modelo estratégico de produção do espaço que propende à obtenção do lucro, o qual comumente tende a contribuir para a fragmentação socioespacial, intensificando processos de gentrificação.

Palavras chave: Integração socioespacial, participação social, intervenção urbana
gentrificação

ABSTRACT

The processes of interventions in the historical centers of Brazilian cities with the purpose of revitalizing degraded and depleted areas provoke several alternations in socio-spatial relations. The importance of participatory planning regarding the feasibility and success of these actions as a way of minimizing social segregation, reiterating agents involved in the revitalized spaces. The plans and projects carried out for the *Bairro do Recife* from the 1980s - The Rehabilitation Plan, Revitalization Plan, Digital Port, New Recife Port and The Pilar Urban Rehabilitation and Social Inclusion Program, evidenced that they did not provide the integration of the agents involved in space, as well as presented insufficient instances of social participation. On the other hand, there is a strong tendency towards market-oriented actions, based on the strategic model of space production that tends to obtain profit, which commonly tends to contribute to the socio-spatial fragmentation, intensifying gentrification processes.

Keywords: Socio-spatial integration, social participation, urban intervention, gentrification.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Primeira planta feita pelos Holandeses em 1631.....	31
Figura 2 - Mapa do Bairro do Recife em 1906.....	32
Figura 3 - Redesenho do bairro sobrepondo as intervenções propostas na reforma de 1910 (na cor vermelha) sob a cidade colonial (na cor preta) a partir do mapa de Douglas Fox.....	33
Figura 4 - Localização da comunidade do Pilar no Bairro do Recife.....	37
Figura 5 - Igreja do Pilar antes da construção da Fábrica do Pilar.....	37
Figura 6 - Área com moradias demolidas, Comunidade do Pilar.....	39
Figura 7 - Configuração espacial setorização do Bairro do Recife.....	44
Figura 8 - Setorização do Bairro do Recife da Lei nº 16.290/97.....	51
Figura 9 - Praça do Marco Zero antes.....	53
Figura 10 - Praça do Marco Zero após a reforma.....	53
Figura 11 - Áreas compreendidas ao território do Porto Digital.....	54
Figura 12 - Sistema de carros elétricos compartilhados.....	57
Figura 13 - Tampas de esgoto na Rua do Apolo.....	57
Figura 14 - Centro de Artesanato de Pernambuco.....	60
Figura 15 - Cais do Sertão.....	60
Figura 16 - Terminal Marítimo de Passageiros.....	61
Figura 17 - Imagens da maquete com a proposta do NTOU para a área próxima ao Porto. ..	62
Figura 18 - Proposta do NTOU para o projeto de reforma dos armazéns.....	62
Figura 19 - Vista da Praça projetada ao lado do armazém 14.....	63
Figura 20 - Armazéns do Porto após a reforma.....	64
Figura 21 - Shopping gastronômico nos Armazéns do Porto.....	65
Figura 22 - Demarcação das quadras anterior ao início das obras.....	67
Figura 23 - Perspectiva geral do PRUISCP.....	68
Figura 24 - Imagem virtual dos habitacionais na.....	68
Figura 25 - Imagem virtual dos habitacionais na.....	68
Figura 26 - Habitacionais na quadra 55 na perspectiva do PRUISCP.....	68
Figura 27 - Desenho virtual do mercado público.....	69
Figura 28 - Organograma do funcionamento do Modelo de Gestão do PRUISCP.....	70
Figura 29 - Movimento “Seja a Mudança” no Marco Zero da cidade do Recife.....	83
Figura 30 - Habitacionais entregues para a Comunidade do Pilar.....	84
Figura 31 - Grafite na fachada bloco C.....	85
Figura 32 - Grafite na fachada bloco A.....	85
Figura 33 - Rua do Bom Jesus – Após intervenção resultante do.....	88
Figura 34 - Rua Madre de Deus com o imóvel designado ao Shopping Paço.....	90
Figura 35 - Intervenção nos armazéns resultante do Projeto Porto Novo Recife.....	91
Figura 36 : Barracos na Comunidade do Pilar que aguarda a.....	93
Figura 37 - Ruínas da Rua Edgar Werneck, Comunidade do Pilar.....	93

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO I CONFORMAÇÕES A CERCA DO PLANEJAMENTO URBANO	13
1.1 OS PROCESSOS E MECANISMOS DE INTERVENÇÕES URBANAS NO BRASIL	13
1.2 OS MODELOS DE PLANEJAMENTOS	18
1.2.1 Inserção do capital privado no espaço público e suas estratégias de enobrecimento	18
1.2.2 O planejamento participativo no combate à segregação	20
CAPÍTULO II DE VOLTA AOS CENTROS ± PRÁTICAS DE INTERVENÇÃO EM CENTROS HISTÓRICOS	23
2.1 OS DESAFIOS E ESPECIFICIDADES DAS INTERVENÇÕES	23
2.2 O FENÔMENO DA GENTRIFICAÇÃO	26
CAPÍTULO III O BAIRRO DO RECIFE E AS EXPERIÊNCIAS DAS INTERVENÇÕES URBANAS	30
3.1 TRAÇOS HISTÓRICOS – OS ANTECEDENTES DOS PLANOS.....	30
3.2 UMA PERIFERIA NA CENTRALIDADE DO BAIRRO	36
3.3 AS AÇÕES DE REQUALIFICAÇÃO URBANA	39
3.3.1 O plano de revitalização do bairro do recife ± 1992	42
3.3.2 O bairro virtual: Projeto Porto Digital empreendimentos e ambiente tecnológico	54
3.3.3 Novos Recifes, antigos interesses - Projeto porto novo recife.....	58
3.3.4 Os rumos do Pilar e as experiências dos planos urbanísticos.....	65
CAPÍTULO IV AS INTERVENÇÕES URBANAS E A INTEGRAÇÃO SOCIOESPACIAL	71
4.1 EVIDÊNCIAS DA POSSIBILIDADE DE INTEGRAÇÃO A PARTIR DAS AÇÕES NO BAIRRO DO RECIFE.....	71
4.1.1 Objetivos das intervenções	71
4.1.2 Novos dispositivos legais e/ou modificações na legislação existente	77
4.1.3 Modos de operação.....	79
4.1.4 Participação social.....	80
4.2 AS RELAÇÕES SOCIAIS ENVOLVIDAS NO ESPAÇO	87
CONSIDERAÇÕES FINAIS	96
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA.....	103
REFERÊNCIAS MEIO ELETRÔNICO.....	108
APÊNDICE	111
ANEXOS.....	113

INTRODUÇÃO

Desde a década de 1970, inerente ao período pós-guerra, acontece em várias cidades do mundo uma tendência às intervenções nos centros urbanos com a intencionalidade em revitalizar essas áreas que encontravam-se degradadas e muitas vezes abandonadas em decorrência do esvaziamento populacional, a partir da forte tendência em ocupar outros locais das cidades, fomentando novas centralidade. Bem como, propostas higienistas visando melhoria do estado de insalubridade e ações de embelezamento em vários centros das cidades.

As áreas centrais possuem fatores relevantes no tocante às suas especificidades, uma vez que, compõe o centro funcional tradicional das cidades, cenário de importantes acontecimentos históricos e institucionais como também referência das diversidades culturais e sociais, reflexos de simbologias e expressões dentro do contexto do legado das cidades. Alguns especialistas abordam o tema a respeito de intervir nestes locais e os modos de atuação dentro do contexto das áreas históricas (CARRION, 1998; SALGUEIRO, 2007; VARGAS, 2006; VIEIRA, 2007; BRAGA, 2013). Ressaltando-se que intervir nos centros históricos representa uma conjectura de desafios e peculiaridades. Em virtude da necessidade de preservação e ao mesmo tempo uma revitalização com disposição em reaver a perda da hegemonia destes núcleos históricos, requalificando o espaço público e retomando a vitalidade antes existente, sem que haja um prejuízo nos aspectos ligados à salvaguarda do patrimônio histórico-arquitetônico existente, bem como garantir a integração dos agentes envolvidos com o local.

Como forma de reverter o quadro de degradação dessas áreas históricas, práticas urbanísticas de renovação são elaboradas e implementadas em várias cidades ao redor do mundo, tendo como consequência diversos modelos e mecanismos de intervir o que resultam em uma nova dinâmica física, econômica e social, cuja finalidade pode tomar proporções e objetivos variados, contribuindo ou não, para a melhoria da qualidade do ambiente urbano. Porém o que comumente se observa são intervenções voltadas a atender uma determinada demanda ligada ao mercado tendenciado para uma apropriação privada. Priorizando a valorização de áreas centrais com a finalidade de obter lucro viabilizando a rentabilidade econômica e por vezes utilizando-se o propósito do turismo. Atendendo a grupos sociais específicos direcionados ao consumo, em detrimento de outros aspectos e camadas populares envolvidas com a área a ser revitalizada, que por vezes discorre uma intensificação dos deslocamentos, ao passo que determinada parcela da sociedade não possui condições de ser manter ou utilizar o local após as práticas realizadas, contribuindo assim, para o processo de gentrificação, termo cunhado

pela socióloga Ruth Glass (1960). Portanto o foco principal investigado nesta pesquisa é a possibilidade de integração socioespacial na paisagem urbana a partir de intervenções em área histórica.

Têm-se como objeto empírico, as intervenções ocorridas no Bairro do Recife, sendo o primeiro bairro da cidade do Recife teve sua ocupação no século XVI. Também conhecido como Recife Velho ou Recife Antigo configura-se como berço histórico da arquitetura, comércio e hegemonia cultural, retratando um cenário de importantes momentos da Cidade. Ao longo de sua história foi local de intensas modificações da dinâmica urbana, bem como referência de importantes edificações, instituições, fábricas, órgãos governamentais, igrejas, teatro, bares, restaurantes e comércios.

Diversas alterações ocorreram na sua estrutura, nas funções e atividades alterando aspectos físicos e da sua significância que conseqüentemente acarretam modificações no cotidiano de usuários envolvidos com o bairro. Esta alternância muito se atribui às recorrentes intervenções urbanísticas propostas para o Bairro do Recife. Em decorrências das ações empreendidas para revitalizar o bairro, comumente acontece interesse em propor novos projetos e medidas intervencionistas das mais diversas ordens, com a prerrogativa de “modernizar” o local. Dentre as últimas ações imperativas no Bairro do Recife, realizando um recorte temporal a partir da década de 1980, destacam-se: O plano de reabilitação – 1986; O plano de Revitalização – 1992; O projeto porto digital empreendimentos e ambiente tecnológico – 2000; e o mais recente no qual ainda está em fase de conclusão o Porto Novo Recife – 2010; e ainda o Programa de Requalificação Urbanística e Inclusão Social da Comunidade do Pilar – iniciado em 2007.

Ressalta-se a importância de pesquisar e compreender a implementação e controle destes planos e projetos de intervenção que buscará responder às seguintes questões: os planos de intervenções e as ações executadas no Bairro do Recife foram norteados por quais princípios? Qual a participação social na elaboração e implantação dos planos e projetos? As intervenções a partir da década de 80 propõem integração socioespacial ou a gentrificação no local? Uma vez que, todo e qualquer projeto deve ser pensado para atender as necessidades dos envolvidos de forma coesa e imparcial, buscando a promoção de uma intervenção na cidade mais reflexivo e coerente compreendendo de que forma será dada a inserção no novo espaço projetado, destinando novos usos e/ou manutenção dos mesmos.

O presente trabalho tem como objetivo central avaliar os planos e projetos ocorridos no Bairro do Recife a partir da década de 1980, analisando a contribuição das práticas na integração socioespacial. Tendo os seguintes objetivos específicos: analisar os objetivos e princípios norteadores das intervenções; identificar adequações e novos dispositivos legais oriundos das intervenções; os modos de operação para viabilização das propostas; investigar as instâncias de participação social, bem como a satisfação dos grupos envolvidos nos processos; e compreender as relações sociais existentes nos espaços urbanos proveniente das ações.

Este trabalho tem natureza exploratória e investigativa, com método interpretativo em busca da compreensão dos fenômenos inter-relacionados com os fatos vivenciados na experiência, analisando a pesquisa teórica e os resultados promovidos na prática do local. A pesquisa empírica aconteceu através da análise documental, história oral dos representantes técnicos e grupos de pessoas envolvidas com o bairro e matérias de jornais. Para o estudo foram sistematizados os seguintes critérios de análise: os objetivos das intervenções, novos dispositivos legais e/ou modificações na legislação existente, modos de operação e participação social.

Em seguida, foram realizadas entrevistas abertas e projetivas. Sendo apresentadas fotografias de espaços do Bairro do Recife contemplados nas propostas das intervenções estudadas, para pessoas de diversos grupos envolvidos com o local, interrogando-os a respeito das relações com cada espaço representado na imagem. Podendo verificar assim, as diferentes vivências socioespaciais e a contribuição desses projetos na integração social ou a gentrificação no bairro.

O presente trabalho encontra-se estruturado em quatro capítulos, além da introdução, considerações finais, apêndice e anexos. O capítulo I reserva-se a estudar os processos de urbanização no Brasil, relacionando-o com as formas e o contexto que eram propostas as intervenções ao longo da história, culminando nos instrumentos presentes no Estatuto da Cidade. A partir destes instrumentos designam-se os modelos do planejamento urbano que desempenham papel fundamental na caracterização que se destinam os planos e projetos. O capítulo II envolve os desafios das práticas em áreas históricas dos centros das cidades elencando suas especificidades e conformações. Compreendendo o fenômeno da gentrificação, e as relações que os modelos de planejamento têm com esse processo.

Já o capítulo III destina-se à pesquisa empírica, primeiramente resgatando o histórico do Bairro do Recife e em seguida apresentando o contexto e proposições dos planos e projetos

propostos a partir da década de 1980, vinculando-se à presunção que o presente trabalho tem por intenção. No capítulo IV foram investigadas as possibilidades de integração socioespacial, analisando mediante os critérios de análise, juntamente com a pesquisa das relações sociais nos espaços oriundos das intervenções.

E por fim, as considerações, onde pode ser identificado que os planos e projetos do Bairro do Recife não contribuíram para a integração socioespacial, uma vez que discorre uma fragmentação social nos espaços intervistos, resultante de propostas que não se integram e que não foram elaboradas a partir da participação social. E conseqüentemente não há uma homogeneidade dos diversos atores envolvidos no bairro. Concluindo-se que as intervenções urbanas devem acontecer e são extremamente importantes, porém deve-se evitar projetos que não priorizam a participação e a integração, afinal tendem a ser falho e pouco durável, bem como proposições monofuncionais e sazonais representando ações que não atendem as necessidades locais, sendo destinadas às determinadas classes sociais ocasionando o distanciamento de outras, contribuindo assim para o processo de gentrificação.

CAPÍTULO I CONFORMAÇÕES A CERCA DO PLANEJAMENTO URBANO

Este capítulo apresenta uma discussão sobre o planejamento urbano no Brasil, apontando mecanismos, possibilidades de intervenção, instrumentos urbanísticos disponíveis e como os principais autores da área conceituam e orientam para uma eficiente e hábil proposta.

As intervenções apresentam diversas especificidades em decorrência do espaço a intervir, dos seus objetivos, diretrizes e dos agentes envolvidos. Visto que, as intervenções podem prover de modelos e preceitos de diversas ordens, este capítulo também trata das estratégias de enobrecimento a partir da operacionalização de intervenções que são utilizadas para obtenção do lucro decorrente do formato mercadológico. E apresenta os mecanismos do planejamento participativo na elaboração das ações como forma de evitar a segregação social.

1.1 OS PROCESSOS E MECANISMOS DE INTERVENÇÕES URBANAS NO BRASIL

O intenso processo de urbanização nas cidades brasileiras suscita uma série de consequências, como a centralização de determinados setores e a ocupação em diversas áreas sem que haja um planejamento adequado, contribuindo ainda mais para as desigualdades econômicas e sociais, principal problema das cidades brasileiras.

A população brasileira passou de predominantemente rural para majoritariamente urbana [...] ocorreu sob a égide de um modelo de desenvolvimento urbano que privou as faixas de menor renda de condições básicas de urbanidade e de inserção efetiva à cidade. Além de excludente, tal modelo mostrou-se também altamente concentrador [...] as qualidades urbanísticas se acumulam em setores restritos, locais de moradia, negócios e consumo de uma minoria da população moradora (ROLNIK, 2008, p. 02).

As organizações socioespaciais tornam-se conflituosas, principalmente em decorrência da infraestrutura não ser capaz de suprir a crescente demanda nas áreas urbanas. O planejamento urbano surge como tentativa em propor respostas a esses conflitos enfrentados pelas cidades.

Conforme afirma José Afonso da Silva (2010, p. 90) planejamento “é um processo técnico instrumentado para transformar a realidade existente no sentido de objetivos previamente estabelecidos”. É neste processo que o conjunto urbano submerge uma série de transformações, entre elas no tocante das questões políticas, econômicas, sociais e legais do País. Portanto, ressalta-se a necessidade de conhecer a trajetória de como se sucederam as

intervenções e maneiras de planejar o espaço urbano brasileiro, para uma compreensão crítica do passado analisando suas contribuições, falhas e o contexto a que se aplicavam determinadas intervenções em cada momento, tendo em vista a construção e o planejamento exequível para o futuro.

A forma de planejar o espaço urbano no Brasil atravessou diversas fases. Adotam-se no presente trabalho os três períodos históricos propostos por Villaça (1999), contudo inserindo considerações de outros autores a respeito desses momentos e de que forma tais modelos foram condizentes, ou não, com a realidade de cada momento.

Inicialmente, o autor define a primeira fase de 1875 até a década de 1930. Os planos e intervenções emergiram da ideologia da burguesia dominante que desejavam criar cidades mais modernas e progressistas, rompendo com o passado colonial e buscando inspirações na tradição europeia. As obras destinavam-se basicamente ao alargamento de vias e criação de novas avenidas, onde muitas vezes resultavam na desapropriação das ocupações de baixa renda nas áreas centrais. Utilizando-se da prerrogativa de incorporar as ideias de modernização das cidades, foram realizadas modificações na infraestrutura, principalmente obras ligadas ao saneamento, higienização e ajardinamento de parques e praças (VILLAÇA, 1999; LEME, 1999). Porém, o que acontecia em muitos desses planos de embelezamento era uma tentativa de ocultar a realidade da cidade, principalmente para a população mais carente economicamente, contribuindo assim para a segregação socioespacial (FERREIRA *et al*, 2008).

A segunda fase dá-se a partir da década de 1930, quando ocorre um aumento da organização e consciência das classes operárias. Iniciando o momento da Revolução de 1930. Tal arranjo trouxe influências no desdobramento do processo de planejamento urbano no Brasil, uma vez que os anteriores planos de embelezamento vão sendo fortemente criticados, afinal só tratavam de uma determinada parte da cidade, atendendo principalmente ao capital imobiliário e à classe dominante, dessa forma não solucionavam o principal problema urbano – a desigualdade econômica, social e espacial das cidades.

A partir da organização social e um olhar mais crítico a determinadas formas de intervir no espaço urbano, as prefeituras e comissões técnicas que propulsavam os planos em várias cidades do Brasil viram-se obrigados a iniciar uma nova fase:

É o período do plano intelectual, que pretende impor-se e ser executado por que contém ‘boas idéias’, tem base científica e é correto tecnicamente. É o plano-discurso que se satisfaz com sua própria ‘verdade’ e não se preocupa com sua operacionalização e sua exequibilidade. Sua ‘verdade’ bastaria (VILLAÇA, 1999, p. 204).

Villaça (1999) divide a segunda fase em três sub-períodos. Inicia-se o primeiro sub-período (1930 – 1965) com a divulgação dos planos para as duas maiores cidades do Brasil, os Planos Agache, para o Rio de Janeiro, e o de “Prestes Maia”, para São Paulo, que trazem como destaque aspectos ligados a infraestrutura e o transporte. Nos discursos pretendia-se abordar a cidade inteira, entretanto “o interesse pelas oportunidades imobiliárias que as remodelações urbanas oferecem, e nesse sentido o centro da cidade ainda é o grande foco de atenção dos planos” (VILLAÇA, 1999, p. 207).

É no segundo sub-período (1965- 1971) que o planejamento abrange técnicas de base científica. De caráter tecnocrata, incorpora outros aspectos além do físico-espacial, na tentativa de solucionar os crescentes problemas urbanos - habitação, transporte, saneamento, ocupações irregulares, entre outros. Dever-se-ia ampliar os conhecimentos quanto aos valores sociais e econômicos, propondo integração de uma dada cidade com a sua região. Porém o que acontecia era um excesso de leis, cálculos e padrões técnicos, que muitas vezes eram inviáveis a execução. Os planos tornavam-se por diversas vezes muito abrangentes, e principalmente distantes da realidade dos interesses das camadas populares dificultando a proposta de integração e coordenação. É neste período que surgem os superplanos, que significou o marco das ideias de globalidade e sofisticação técnica, conseqüentemente a incapacidade de implementação das propostas.

Em contraposição à complexidade técnica e a dificuldade na execução dos planos no período anterior, Villaça (1999) denomina o terceiro sub-período (1971 – 1992) como Plano sem Mapa. Onde os planos e planejamentos tornam-se mais simples e reduzidos, muitas vezes aconteciam sem a realização de levantamentos, mapas ou diagnósticos técnicos. De certa forma, tais planos agrupavam diretrizes comuns, o que acabava ocultando os conflitos relativos aos diversos espaços urbanos. Cada vez mais os planos destacaram-se pela falta de solução para os problemas urbanos contribuindo ainda mais, para as crescentes desigualdades e segregações socioeconômicas em todo o País.

Diante do descontentamento no âmbito das soluções das adversidades urbanas, os anos de 1970 e 1980 sobressaíram pelo fortalecimento dos movimentos populares por uma nova

consciência popular urbana, frente à uma mobilização visando influenciar na elaboração da nova Constituição.

No final dos anos de 1980, seis entidades nacionais e várias regionais encaminharam ao Congresso Nacional, uma proposta de Emenda Popular à Constituição, com 160 mil assinaturas, contendo as reivindicações das massas urbanas quanto às questões fundamentais, como a propriedade imobiliária urbana, habitação, transportes e gestão urbana. Consolidava-se o Movimento Nacional pela Reforma Urbana (MARICATTO, 1994; DE GRAZIA, 1990 apud VILLAÇA 1999).

Conforme afirma Villaça (1999) as classes marginalizadas estavam insatisfeitas com a forma de intervir no espaço urbano, uma vez que, havia uma preocupação muito maior nos bairros ricos das cidades, colocando uma massa na clandestinidade. Souza (2004) explica que neste momento, através do “Movimento Nacional pela Reforma Urbana” houve um amadurecimento na concepção de reforma urbana. Portanto, frente a esta movimentação, a constituição de 1988 trouxe um capítulo que trata da política urbana, onde estabeleceu princípios, diretrizes e mecanismo de desapropriação, parcelamento ou edificação compulsória e o imposto progressivo, buscando a fixação da função social da propriedade urbana. Constituiu-se também a obrigatoriedade do Plano Diretor para cidades com mais de 20 mil habitantes (art.182, par 1º).

Plano diretor é um documento que sintetiza e torna explícitos os objetivos consensuados para o Município e estabelece princípios, diretrizes e normas a serem utilizadas como base para que as decisões dos atores envolvidos no processo de desenvolvimento urbano convirjam, tanto quanto possível, na direção desses objetivos” (SABOYA, 2007, p. 39).

Tais medidas foram criadas utilizando-se da prerrogativa de garantir os direitos por parte do Estado e promover a abertura para a participação democrática da sociedade civil. Porém existem questionamentos em relação à eficiência dos diversos Planos Diretores, muitas vezes esses planos não condizem com a realidade de cada município, no qual não houve um diagnóstico correto e real, e muitas vezes suas propostas não são colocadas em prática, sendo realizados apenas para cumprir uma lei (TOMÁS; FERREIRA, 2003).

Por fim, segundo Villaça (1999) a terceira fase, a partir da década de 1990, houve o início do processo de politização do planejamento urbano, uma vez que o plano diretor tornou-se indispensável, diversos municípios redefiniram ou criaram seus planos, porém como afirma o autor houve uma intensa negociação e manipulação na elaboração dos planos no que tange

aos “interesses vinculados ao espaço urbano”. Na narrativa do autor, neste terceiro período destaca-se o Estatuto da Cidade, que entra em vigor no ano de 2001, Lei Federal 10.257/01, regulamentando os artigos 182 e 183 da Constituição de 1988.

O Estatuto estabelece as diretrizes constitucionais, normatizando as ações que submergem todas as esferas do poder público, no tocante da regulamentação do uso da propriedade urbana tendo em vista o interesse público, fixando importantes instrumentos com caracteres que irão influenciar diretamente nas atividades dos agentes modeladores do espaço urbano.

O princípio fundamental da Lei é a garantia da função social da cidade e da propriedade urbana, utilizando determinados instrumentos para esse fim, como: o IPTU Progressivo no tempo, a desapropriação, parcelamento do solo, usucapião especial de imóvel urbano, direito de preempção, entre outros.

Concomitantemente, consta no Estatuto a relevância da gestão democrática, onde destaca-se a participação popular, de forma a compor órgãos colegiados de política urbana - debates, audiências, consultas públicas, conferências, planos e projetos de lei de iniciativa popular, referendos e plebiscitos. Constatando-se a necessidade de propor mecanismos que garantam o direito de todos à cidade, da função social da propriedade e da equitativa distribuição dos benefícios e prejuízos dos processos de urbanização, devendo o município atuar em função do interesse público orientando as ações dos agentes do espaço urbano. Segundo Edson Saleme (2016, p. 01) “A função social da cidade é um conceito institucional consignado como norma programática a ser instituída pelos municípios brasileiros [...] esse princípio é um desdobramento da função social da propriedade”. O qual todo cidadão tem direito a cidades sustentáveis, bem como o acesso à terra urbana, moradia, infra-estrutura urbana, lazer, serviços públicos e trabalho.

Instrumentos presentes no Estatuto, também desempenham importante papel na regularização da atuação do setor privado ao bem público, a partir de ferramentas como: as operações urbanas consorciadas; os consórcios imobiliários; as operações interligadas. O qual seu principal objetivo seria promover uma parceria do poder público com a iniciativa privada, permitindo que o mesmo arque, em determinadas situações, com os custos para intervenções de interesses coletivos, e/ou recuperação de certas áreas ou mesmo de imóveis degradados, ocorrendo aplicação da legislação em decorrência da viabilização da operação de forma que haja a promoção da qualidade do bem comum. Porém, esses instrumentos muitas vezes são desvirtuados ou utilizados de forma indevida, como afirma Lopes (2003) tais instrumentos

dão margem a “confusões” e modificações na intencionalidade inicial, uma vez que, muitas vezes são utilizados com a finalidade de beneficiar os interesses dos investidores privados, ocorrendo de forma abusiva ou ainda corrupta.

1.2 OS MODELOS DE PLANEJAMENTOS

O processo de urbanização brasileiro baseia-se no desdobramento frente às importantes premissas: a concentração de riqueza, conflitos de interesses dos agentes modificadores do espaço e a proximidade com a realidade de cada lugar, o que resulta na forma de intervir no ambiente urbano contribuindo ou não, para amenizar a desigualdade socioespacial, intrinsecamente relacionado com o grau de isolamento ou participação de determinados grupos no tocante às políticas públicas.

Os modelos de planejamento podem ocorrer de diversas maneiras, Marques (2005) afirma que o Estado pode minimizar ou contribuir para esses resultados, produzindo políticas de integração socioespacial, motivado ou pressionado por mobilizações sociais desenvolvendo políticas de combate à segregação e às desigualdades, utilizando-se da aplicação de determinados instrumentos de planejamento urbano. Assim como citado, os instrumentos urbanísticos tem papel fundamental na contribuição à que se destinam os caracteres dos planos e projetos, tendo em vista que o Estatuto da Cidade contempla instrumentos que viabilizam a gestão democrática e a participação do capital privado. Portanto, este item abordará as discussões a cerca destes modelos de intervenção e de que forma tais medidas contribuem para a exequibilidade e êxito das propostas.

1.2.1 Inserção do capital privado no espaço público e suas estratégias de enobrecimento

Conforme apresentado, os instrumentos utilizados possuem capacidade de contribuir para diversos modelos de planejamento. O Estatuto da Cidade adiciona instrumentos que viabilizam as “parcerias e concessões” entre a iniciativa privada e o poder público na realização de propostas de intervenção como possibilidade de desenvolvimento urbano, no qual o poder público visa suprir a insuficiência de investimentos em infraestrutura por recursos próprios através do capital privado.

Em definição geral, Sundfeld (2005, p.53) afirma que “as parcerias público-privada são os múltiplos vínculos negociais de trato continuados estabelecidos entre a Administração Pública e particular para viabilizar o desenvolvimento, sob a responsabilidade destes, de atividade com algum coeficiente de interesse geral”.

Contudo, na aplicação prática pode haver em algumas situações uma dissonância no contexto das intenções e proposições dos interesses à quem destinam-se tais propostas, aproveitando-se muitas vezes das ofertas de concessões e incentivos, desviando de fato as responsabilidades que deveriam ser atribuídas. Provocando uma tendência em promover a urbanização dos espaços vinculados ao modo de produção capitalista culminando no enobrecimento dos espaços urbanos.

Segundo Castilho e Vargas (2006) o território vem se transformando em mercadoria, os investimentos são ampliados na busca de maiores lucros, processo que une ainda mais o capital imobiliário e o poder público, o planejamento então busca atender a uma determinada demanda de mercado.

Harvey (2014) afirma que a urbanização e seus mecanismos de intervenção se tornam mais uma estratégia da produção capitalista, e meio fundamental para a absorção dos investimentos e obtenção do lucro, participando de forma muito particular na dinâmica da acumulação do capital, o qual as classes que detêm o poder econômico conduzem o processo urbano conforme as suas necessidades particulares. Harvey (2014) descreve ainda, que os projetos neoliberais convergem para a privatização do controle de excedente da produção.

De acordo com Souza e Rodrigues (2004, p.54) planos urbanísticos com a predominância da participação do capital privado tem caráter *mercadófilo*.

O planejamento “mercadófilo” mesmo esse verniz de preocupações sociais tende a ser amplamente deixado de lado em favor de enfoque muito mais direto e explícito em defesa dos interesses empresariais... É a capacidade da cidade de atrair investimentos [...] oferecendo infraestrutura para mega-empresarias até incentivos fiscais.

Segundo Brindley et al. (1989 apud Souza 2004, p.136) ele associou três denominações de planejamentos relacionados ao modelo mercadófilo: o *planejamento subordinado às tendências do mercado* ± os quais seguem as demandas de mercado; o *planejamento de facilitação* – estimula a iniciativa privada, através de vantagens, isenções tributárias e

subsídios; por fim o *planejamento de administração privada* – incorporando as atividades de iniciativa privada, concebendo grande parcela do planejamento e da administração de espaços públicos à ação privada. Harvey (1989) analisa estes métodos como um componente do estilo de governança urbana por ele denominado de *entrepreneurialism* ("empresarialismo" ou "empreendedorismo"). Este, define ainda o episódio que comumente vem ocorrendo, onde se substitui o "planejamento urbano" planos de equipes multidisciplinares por "projeto urbano", assegurando que a cidade vem construindo projetos para pequenas áreas segregadas.

Dentro deste contexto, instrumentos como mecanismo de propor modelos de planejamento, Souza (2011) destaca os instrumentos informativos, tendo como objetivo informar sobre o que será ou está sendo proposto dentre as intervenções, ou ainda comunicar aos cidadãos para a possibilidade de participação no processo. Porém o que muitas vezes ocorre é um *marketing* urbano havendo uma "propaganda enganosa, em que as qualidades do produto são exageradas e possíveis defeitos são escamoteados" (SOUZA, 2011, p. 302). Tal estratégia decorre da tentativa de suggestionar investidores, turistas e os residentes em geral. Expressão conhecida no mundo todo como *City-marketing*, que se propagam principalmente em decorrência das parcerias público-privadas. Os instrumentos informativos deveriam destinar-se a mostrar as propostas mais próximas à realidade para evitar o risco de divulgar algo falso e superficial, uma vez que, deveria preocupar-se com o desenvolvimento socioespacial como um todo, alcançando principalmente o interesse da coletividade.

Por fim, Souza (2011) discorre que a cidade não pode ser vista ou tratada como uma simples mercadoria ou produto urbano, afinal este espaço é composto por conjuntos socioespaciais com peculiaridades capazes de se obter diferentes leituras e diagnósticos em decorrências de cada objetivo a ser alcançado, deve-se afastar da intencionalidade de tornar a cidade apenas atraente para a produção do capital.

Diante da correlação de forças dos diversos agentes que interagem nas cidades e dos modelos de enobrecimento na produção do espaço, faz-se necessário compreender mecanismos que inibam a segregação e os processos negativos decorrentes dessas ações.

1.2.2 O planejamento participativo no combate à segregação

Como forma de contrapor e amenizar a segregação social, diversos autores defendem políticas intervencionistas que promovam o planejamento participativo, a fim de minimizar os efeitos

das históricas e repugnantes desigualdades socioespaciais nas cidades Brasileiras. Além disso, a participação democrática está contida na Constituição de 1988, e regulamentada pelo Estatuto da Cidade, fazendo-se necessário para a condução das políticas urbanas. Porém tais dispositivos presentes no Estatuto só alcançarão sua finalidade se sustentado em uma sociedade que desenvolva uma teoria democrática participativa (COHEN; ARATO, 2001 apud SANTIN, 2004).

O filósofo alemão Habermas (2003) assinala a necessidade de garantir a todos os cidadãos o direito de comunicação e participação tendo em vista a legitimidade do processo de intervir no espaço urbano, permitindo a autonomia dos envolvidos e a discussão de seus problemas e necessidades.

E Souza (2003) corrobora, afirmando que os instrumentos do planejamento só adquirem verdadeiro valor ao terem a sua operacionalização e implementação motivada e controlada pelos cidadãos, bem como envolvida na realidade dos mesmos. Para o autor, instrumentos e planos, mesmo respaldados por leis, para que a sua elaboração e aplicação se efetive com sucesso envolvem diversos fatores, onde o principal deles é a pressão popular e a capacidade da sociedade civil envolver-se e fiscalizar o cumprimento das leis.

A participação não elimina a possibilidade de erro de determinada intervenção, com tudo, contribui para diminuir as oportunidades de falácias e equívocos. E ainda, ao participar das decisões, os cidadãos sentem-se mais responsáveis, fiscalizando e cuidando mais atentamente. **“A participação é um direito inalienável.** À luz desse postulado [...] abrir mão do poder de decidir é aceitar ser infantilizado” (SOUZA, 2000, grifo nosso).

Somente o aprofundamento da democracia poderá viabilizar a sustentabilidade urbana ao conjunto da sociedade brasileira. Este aprofundamento necessariamente deverá incorporar não apenas o direito ao voto, mas também o direito de participação efetiva da população na forma de planejar, produzir, operar e governar as cidades e na definição do modelo de desenvolvimento do País (GRAZIA; QUEIROZ, 2001, p.376).

Portanto, parte-se do pressuposto de que a participação social é um importante mecanismo de democratização do espaço urbano, contribuindo para o modelo de operação à que se destina determinada intervenção com disposição a propor práticas e métodos democráticos, respeitando a multiplicidade e a heterogeneidade dos grupos envolvidos. Conforme ressalta Renato Santos (2010), as ações devem ser de fato bem planejadas priorizando e agregando os

sujeitos envolvidos no local, para que haja uma apropriação efetiva, caso contrário tende há ocorrer uma segregação socioespacial e conseqüentemente o agravamento da desigualdade social.

A participação além de estar relacionado à elaboração das intervenções contribui também de modo eficaz na gestão e aplicação das propostas, através de um controle social a fim de assegurar a aplicação, de forma correta, dos instrumentos de reforma urbana trazidos pelo Estatuto da Cidade tendo em vista a execução de melhorias na contribuição do bem comum (MATTOS, 2002, p. 301).

CAPÍTULO II DE VOLTA AOS CENTROS ± PRÁTICAS DE INTERVENÇÃO EM CENTROS HISTÓRICOS

No presente capítulo se apresenta uma discussão a respeito das áreas centrais que possuem um grande potencial histórico reunindo uma série de atividades, funções e relações com os cidadãos, reflexo da contínua adaptação do espaço em decorrência das necessidades humanas. E conseqüentemente carregam diversos desafios e peculiaridades no tocante às práticas de intervenção que permitirão definir a paisagem urbana dessas áreas e quem as utilizarão mediante as intervenções.

Estas podem ter objetivos e diretrizes específicas reproduzindo conseqüências de diversas ordens principalmente àquelas ligadas ao meio social. Dentre os resultados, apresenta-se o deslocamento de determinada parcela da população que não possuem condições de permanecer no local intervindo, caracterizando o processo denominado de gentrificação. Cabendo a este capítulo conceituá-lo e definir as relações intrínsecas que intensificam o processo, fomentando uma relação direta de áreas centrais que foram revitalizadas e a possibilidade de sofrerem o fenômeno da gentrificação.

2.1 OS DESAFIOS E ESPECIFICIDADES DAS INTERVENÇÕES

As áreas centrais das cidades normalmente carregam um referencial, não apenas pela sua localização, mas por serem locais que reúnem um arcabouço histórico ligado às dinâmicas urbanas ao longo do tempo, congregando importantes funções, atividades e camadas sociais, representando diferentes significados e identificações dos atores envolvidos nas áreas, bem como a forma de apropriar-se dos espaços.

Ao longo da história discutem-se as diversas adjetivações que são atribuídas aos centros das cidades. Vargas e Castilho (2006) remetem tais debates, a partir de conclusões de alguns autores como Carrion (1998 apud VARGAS E CASTILHO, 2006, p.03) o qual define o Centro como ambiente que se relaciona com a “diversidade étnica, portadora de processos históricos conflituosos, com milhares de anos de existência em permanente contradição”. A preservação e valorização não se devem ser apenas atribuídos aos monumentos e edificações, mas também as classes sociais ali envolvidas. Já os centros urbanos incorporam-se outros conceitos, agregando diversas atividades ao local “para onde convergem os trajetos ou as

ações particulares que facilitam o encontro, o descanso e o abastecimento” (VARGAS E CASTILHO 2006, p. 02), adicionando ao Centro uma série de funcionalidades aliada à espacialização das atividades urbanas, como centros comerciais, centro de negócios, centro principal, entre outros, à depender da especificidade e notoriedade do local.

Carrion (1998) afirma que Centro Histórico está associado à origem da formação do núcleo urbano, intimamente relacionado ao valor do passado. Ademais, Salgueiro (2005, p.259) reconhece o centro histórico como “sucessão de testemunhos de várias épocas, monumento que nos traz vivo o passado, nos dá a dimensão temporal com a sequência dos factos que estruturam as identidades”. Portanto, parte-se do princípio que o centro histórico seria o espaço que constituiu o prógono núcleo de uma determinada cidade, o qual deu origem ao surgimento de outras áreas urbanas. Foram polarizadores de importantes funções sociais, econômicas, patrimoniais, cívicas ou ainda portuárias.

Os centros, de forma geral, são recintos de importantes processos ao longo da história das cidades. Destacam-se nos anos 70, dentro do cenário do pós-guerra, o declínio e esvaziamento dessas áreas centrais em muitas cidades brasileiras, a partir do progresso da tecnologia e da reestruturação após anos de guerra possivelmente resultando uma expansão periférica adjacente às áreas centrais, o que resultou em alterações na estrutura dessas áreas, e assim, muitas atividades deixaram de existir, acarretando importantes modificações de ordem econômica e social, bem como na forma de apropriação das áreas centrais históricas (SALGUEIRO, 2005).

Intervir nessas áreas centrais conjectura uma série de especificidades, sendo necessário avaliar e compreender as diversas peculiaridades do território. Vieira (2008) analisa desafios em intervir e gerir em tais espaços, entre eles a questão do esvaziamento populacional, diminuindo ou eliminando em muitos momentos o uso residencial, ocasionando uma degradação e desvalorização local. Tal acontecimento decorre das transferências de atividade que ocorriam no centro para outros locais da cidade, por vezes, em virtude da dificuldade em adaptar as novas necessidades/atividades contemporâneas às antigas edificações e à ordem urbana ligada a inércia e obsoleta infraestrutura, bem como a dificuldade de obtenção de espaço para a expansão das atividades e implicações legais. Vargas e Castilho (2006) apontam o processo de esvaziamento das áreas centrais com a relação de abandono dos usos habitacionais, instituições públicas importantes, comércio e serviço; e ainda a apropriação indevida dos espaços públicos e da utilização inadequada das edificações; havendo, portanto

uma alteração no fluxo em relação ao centro urbano, em detrimento da heterogeneidade das funções que caracterizavam as dinâmicas dos centros.

Estas áreas históricas tornam-se intensamente esquecidas e deterioradas, conseqüentemente transmudam as diferentes identidades e sentimentos ao quais as gerações obtiveram para o local. Para Vargas e Castilho (2006) as variedades e diversidades sociais reforçam a expoente singularidade dos centros urbanos, reunindo a estratificação da história de uma dada cidade.

No tocante às intervenções no ambiente das áreas históricas, outro fato de grande relevância destina-se à exploração turística, atribuindo o componente cultural e histórico como mecanismo para atrair investimentos com a prerrogativa do turismo cultural no qual as áreas históricas são alvos constantes destes tipos de projetos, sendo muitas vezes deixados de lado outros atributos locais e contextos sociais envolvidos em decorrência da ascensão dos atrativos turísticos, bem como a rentabilidade econômica. Vieira (2010) analisa o turista como espectador passivo, muitas vezes tratado apenas como simples consumidor.

De acordo com Gomes (2011 apud BRAGA, 2013) no Brasil, mais especificamente no nordeste, desde 1973, com a criação do Programa de Cidades Históricas inicialmente através da Secretaria de Planejamento da Presidência da República e posteriormente ficando à responsabilidade do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) já presumia a oportunidade de exploração turística em conjuntos monumentais históricos. Braga (2013) cita que mesmo no caráter de exploração turística, ainda há um desvio no que tange a real definição de turismo cultural, afinal segundo o Conselho Internacional dos Museus (ICOM), referindo-se à declaração de Quebec¹, deve ascender o “conhecimento de monumentos e sítios histórico-artístico” juntamente promovendo “benefícios sócio-culturais e econômicos [...] para toda a população implicada” (AMARAL 2006, p.59 apud BRAGA, 2013, p.110). O turismo cultural preconiza, portanto, o patrimônio cultural como atributo que identifica características próprias de cada lugar, retratando a singularidade, respeitando a sua história, arquitetura, tradições e contrastes sociais. Porém na prática, muitas das intervenções não contemplam toda a população envolvida no contexto local, tal incongruência reafirma um caráter de turismo predatório, propondo novos usos vinculados ao comércio, serviços e atrativos ligados ao consumo destinados às classes mais abastadas em detrimento das atividades e dos usos existentes, conseqüentemente comprometendo as identidades locais anteriores (BRAGA, 2013).

¹ Declaração de Quebec – 1984. Princípios base de uma nova museologia.

Murta (2009) levanta um questionamento pertinente em relação ao que de fato deseja alcançar com as intervenções, evidenciando apenas o caráter econômico e exploratório ou em contraposição, partindo-se de um desenvolvimento integrado promovendo a inclusão social, bem como o incremento da qualidade de vida da população local preservando-se as paisagens culturais e naturais. Murta (2009) afirma que para promover a sustentabilidade dos centros históricos tem-se como grande desafio a promoção da integração social, visando à melhoria na qualidade de vida para que possam também receber turistas. Complementando, Vieira (2007) ressalta a necessidade em promover a participação e envolvimento dos agentes relacionados com o local viabilizando uma integração e controle social, bem como a operacionalização da gestão eficiente destas áreas centrais frente à deficiência dos mecanismos tradicionais.

2.2 O FENÔMENO DA GENTRIFICAÇÃO

Os modelos e objetivos que as ações se propõem a alcançar resultam alterações na dinâmica local e na reconstrução da paisagem urbana. Gerando inúmeras consequências a partir da intencionalidade que se destinam determinadas práticas intervencionistas relacionando os consequentes processos envolvidos na produção do espaço urbano.

Intensificado no século XX, várias transformações ocorreram decorrentes dos novos processos de ocupação relacionando aspectos econômicos, sociais e culturais o qual foram propostas novas intervenções para as áreas centrais, visando indicar novos usos e funções, almejando atrair uma demanda populacional e permitir a dinamização das áreas até então degradadas. Segundo Pickard e Thyse (2001 apud VIEIRA, 2008) no contexto das intervenções e revitalizações propostas existe uma grande tendência em financiar os espaços localizados nas áreas do centro, muitas vezes ocorrendo uma subversão dos interesses, que priorizam o lucro em detrimento da qualidade do bem comum. Tais práticas contribuem para o fenômeno da gentrificação, resultado de um processo contínuo de rearticulação de determinadas políticas urbanas, de forma que na “cidade-mercadoria” utiliza-se da cultura e da revitalização para instaurar propostas muito aquém da devida inserção social no espaço público. Analisar o conceito de gentrificação é essencial para compreender os processos de transformação decorrentes das intervenções nas áreas centrais das cidades e a produção do espaço pelos agentes sociais.

O termo gentrificação foi cunhado pela socióloga Ruth Glass na década de 1960 quando iniciou os estudos analisando o centro de Londres, onde ocorria um processo de enobrecimento do uso do solo, gerando o afastamento de uma determinada parcela dos moradores para as adjacências ou bairros desvalorizados, porém atraía para o centro da cidade outro segmento de classe social diferente. Glass (1963) definiu tal processo como *gentrification* (gentrificação) diante da análise das intervenções e transformações imobiliárias compreendendo a sobreposição do novo e do velho no tocante a infraestrutura e organização da sociedade, onde designava uma ambiência voltada para a classe economicamente mais elevada. Botelho (*apud* GADENS, 2005) afirma que grande parte dos centros históricos, foram sendo recuperado para os setores da classe média, que visavam no centro um atrativo dos benefícios locacionais em decorrência da proximidade aos locais de trabalho, lazer e consumo. Contudo, os imóveis e a área como um todo passam a representar um valor imobiliário.

Smith (in Bidou-Zachariassen 2006) analisou os acontecimentos em Nova Iorque e em outras cidades próximas, descrevendo uma divisão de fases pelos quais as transformações resultaram em gentrificação. Sendo a primeira etapa denominada “gentrificação esporádica” anterior a crise financeira e fiscal na década de 1970, se dá em decorrência de ações a partir das classes médias que se mudam para as áreas centrais por causa do custo mais baixo, de forma pontual e isolada. Já a segunda etapa representa a “consolidação da gentrificação” de forma que as intervenções têm como protagonista o mercado imobiliário e não apenas a classe média como na fase anterior.

O mercado imobiliário através de parcerias público-privadas e novos programas de financiamento e reabilitação de habitações decide investir nas áreas centrais degradadas visando a obtenção do lucro, adquirindo imóveis à preço baixo para que em seguida possam vender com custos bem mais elevados. A fase a partir de 1994 denominada de “gentrificação generalizada” caracteriza o processo não mais observado apenas em modificações pontuais ou destinado à moradia, e sim à um complexo urbano surgindo novos comércios nas áreas centrais, com bares, restaurantes, museu, cinema, grandes empreendimentos e equipamentos de lazer. “A gentrificação produz agora paisagens urbanas que as classes médias e médias altas podem consumir[...] e que contribuem para a formação de identidades de classe através de um espectro de classes significativo, ainda que de maneiras muito diferenciadas”. (Smith in Bidou-Zachariassen, 2006, p.73)

No tocante à evolução das representações da gentrificação dentro do contexto urbano contemporâneo, Van Criekingen (2007 *apud* FERREIRA, 2014) apresenta a distinção existente entre a “gentrificação residencial” no qual as intervenções eram ligadas ao mercado residencial e ao deslocamento de pessoas em virtude da impossibilidade de moradia em áreas centrais revitalizadas; e a “gentrificação de consumo” discorre a partir da evolução onde o enobrecimento dos centros não se limita apenas às moradias, acaba por expandir-se em locais predominantemente de lazer, complexos culturais e comerciais, por vezes ligados ao turismo ocorrendo a reocupação dos imóveis voltados para o âmbito comercial com tendência ao consumo sofisticado.

Diversos estudiosos tratam deste assunto em todo o mundo, dentro das especificidades de cada cidade, e utilizam o termo descrevendo um processo social, econômico e cultural. Prioritariamente evidenciados os centros que vivenciaram ações de revalorização e renovação de áreas degradadas. Conforme Ferreira (2014) define, essas ações reúnem preceitos de modernização em virtude do desenvolvimento de atividades culturais, ocasionando um deslocamento de determinadas camadas sociais, uma vez que após a intervenção há uma maior valorização do lugar, sendo inviável a permanência dessas pessoas no local revitalizado no qual migram para áreas com custo de vida mais baixo.

Muito se relaciona ao modelo de urbanismo que impulsiona a produção capitalista, no qual, se destinam a atender determinadas classes dominantes que compõe o mesmo filo elitista. Tendo como uma das consequências uma supervalorização imobiliária e elevado custo de vida local, propiciado um afugentamento das classes menos abastadas. Leite (2002) caracteriza o processo como decorrentes de determinadas intervenções urbanas, cujos empreendedores escolhem certos espaços da cidade considerados centrais e os transformam em áreas de investimentos públicos e privados.

Smith (2002) define que determinadas ações especulativas são frutos de um desenvolvimento desigual em que distribui de forma injusta os investimentos, o autor defende fortemente a gentrificação como estratégia do capital, visando à obtenção da valorização do capital no ambiente construído. Os agentes modificadores do espaço urbano, intensamente ligado ao mercado imobiliário, realizam um enobrecimento de áreas das cidades voltando para as classes de renda mais elevada. Smith (2002) define que as áreas renovadas passam a ter um custo muito maior para manter-se, e ainda, ocorre a pressão exercida para a venda dos imóveis da população que não tem mais condições de habitar estes espaços. O autor aponta as

mudanças relacionadas ao papel do Estado frente à gentrificação e a significativa importância desempenhada nas relações das políticas públicas com o capital privado.

Desta forma, as intervenções alteram a produção do espaço, bem como suas consequências nas dinâmicas culturais e sociais de cada contexto local através das relações que se encontram nas ações previstas por agentes envolvidos. Partindo-se da conceituação e da fundamentação do processo de gentrificação é possível analisar a implicação ou não deste fenômeno como resultado de determinada intervenção a ser analisada.

CAPITULO III O BAIRRO DO RECIFE E AS EXPERIÊNCIAS DAS INTERVENÇÕES URBANAS

Este capítulo consiste em contextualizar os processos de intervenção sucedidos no Bairro do Recife, sendo apresentado inicialmente um breve histórico da área, para em seguida introduzir o objeto correspondente desta pesquisa que são os planos e projetos a partir da década de 1980, sendo eles o Plano de Reabilitação (1986), Plano de Revitalização (1992), o Porto Digital (2000), o Porto Novo Recife (2010) e Programa de Requalificação Urbanística e Inclusão Social do Pilar (iniciado em 2007). A escolha desses planos e projetos foi em função de terem maior relevância no tocante à representatividade ao longo do processo de intervenção causando maiores alterações na dinâmica urbanística, física e social no Bairro do Recife, contribuindo de alguma forma para a paisagem urbana atual.

3.1 TRAÇOS HISTÓRICOS – OS ANTECEDENTES DOS PLANOS

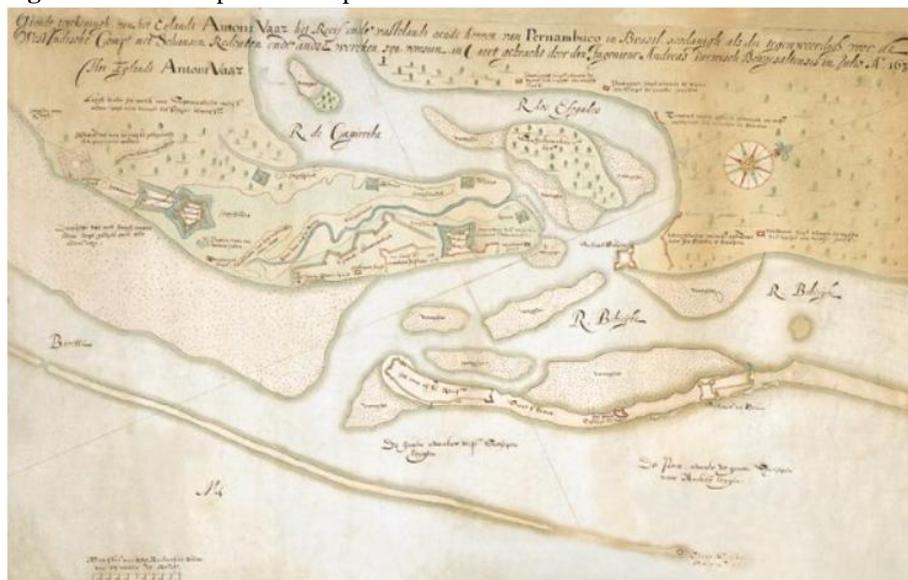
O Bairro do Recife juntamente com os bairros de Santo Antônio, Boa Vista e São José formam o centro histórico do Recife. O bairro inicialmente caracterizava-se por uma estreita faixa de terra constituindo-se o istmo de Recife e Olinda, ancoradouro natural, sede da capitania de Pernambuco. O bairro mais antigo da Cidade teve sua ocupação no século XVI originalmente ocupada por uma vila de pescadores, posteriormente atraiu a colonização portuguesa, uma vez que estes costumavam ocupar áreas próximas aos portos (LUBAMBO, 1991a). Ao longo do século, o Porto do Recife foi aumentando o movimento em decorrência da exportação do açúcar, entrada de várias outras mercadorias, bem como de escravos. Além disso, dispunha de grande quantidade de pau-brasil, frequentemente encontrado na costa pernambucana, tornando-se um lugar de intenso comércio atraindo povos de diversas culturas.

Portanto, já surgia a necessidade de melhorias na sua infraestrutura, cabendo a Portugal promover tais ações, investindo em novas construções, destinando funcionários a missão de organizar e administrar. Formava-se então o prógono núcleo urbano no Bairro do Recife, e isto já estava aguçando o interesse europeu nas terras pernambucanas. A área concentrava o comércio açucareiro, e a proximidade com as atividades portuárias aproximou durante muitos anos uma complexa rede de negócios entre a produção dos engenhos e diversos interesses externos atraindo importantes empresas importadoras.

Em 1630, com a invasão Holandesa intensifica-se ainda mais o crescimento do povoado, estes desejavam tornar o Recife a sede do governo holandês onde foram realizadas mudanças em pleno século XVII. Já se buscava a modernização para uma área bastante rural e agrícola (REZENDE, 2002). Os Holandeses promoveram uma expansão urbana e fizeram as primeiras intervenções urbanísticas para a cidade, como afirma Lacerda (1998). Foram criadas ligações através de pontes, do bairro do Recife à Cidade Maurícia (atual bairro de Santo Antônio) e esta ao continente (atualmente o Bairro da Boa Vista), bem como obras ligadas às fortificações nestas áreas. A figura 01 representa a primeira planta do Recife após a ocupação holandesa, elaborada em 1631.

Tais expansões comportaram a formação de um tecido urbano e a consolidação da área como núcleo urbano da futura cidade (MADUREIRA, 1996). Ao longo do século a área foi sendo ampliada em virtude dos crescentes aterros e com isso emergiram também várias dificuldades e necessidades em adaptar o local para as novas instalações. Surgem os primeiros cortiços na cidade, a demanda de pessoas torna-se maior do que a estrutura física era capaz de suportar; os preços dos aluguéis se elevaram.

Figura 1- Primeira planta feita pelos Holandeses em 1631.



Fonte: Site Sudoestesp (2016)

No período após a expulsão holandesa, a partir de 1654 o Bairro do Recife e áreas próximas, não eram mais visto simplesmente como “Porto” e sim como uma “Cidade”. Ampliou-se a estrutura local, onde se encontrava além da função portuária, importantes edifícios de comércio ligados à importação e exportação, fortes militares, edificações religiosas,

alfandegárias e também as habitações, como aponta Pontual (2007). E conseqüentemente o ônus de tal expansão também era latente na nova dinâmica. Nesta época os espaços densamente urbanizados eram os bairros do Recife, Santo Antônio e São José. Na protuberância dos processos de expansão econômica e urbana, surgem as necessidades de modernização e melhoramento do porto e dos equipamentos urbanos.

O apogeu da supremacia do centro urbano consolidado no Bairro do Recife é atingido na metade do século XIX. As novas adaptações do bairro faziam-se necessário para dar-lhe condições de competitividade às atividades portuárias, para então se envolver novamente na economia nacional, frente às transformações que influenciaram o quadro urbano da época, com a estagnação do açúcar e do algodão (MADUREIRA, 1996). Levando em consideração que, os antigos colonizadores aprenderam como produzir o açúcar e levaram para outras terras tais práticas, impactando diretamente na economia geral do Brasil. O café assume o papel principal de produto de exportação, muito mais latente no sul do País.

O bairro do Recife foi cenário de constantes processos urbanos que comumente tendem a criar novas dinâmicas sobre o espaço. Fazendo um breve histórico dos diversos planos e reformas, Lubambo (1991) afirma que entre 1815 e 1887 foram elaborados 26 projetos, pareceres e relatórios referentes a melhorias no bairro. Muitos desses projetos sob o comando do engenheiro Alfredo Lisboa, sendo realizados alargamentos e criação de ruas, bem como domínios de novas áreas. O bairro foi recebendo sucessivos aterros, constituindo várias ocupações até o forte do Brum, conforme apresentado na figura 02.

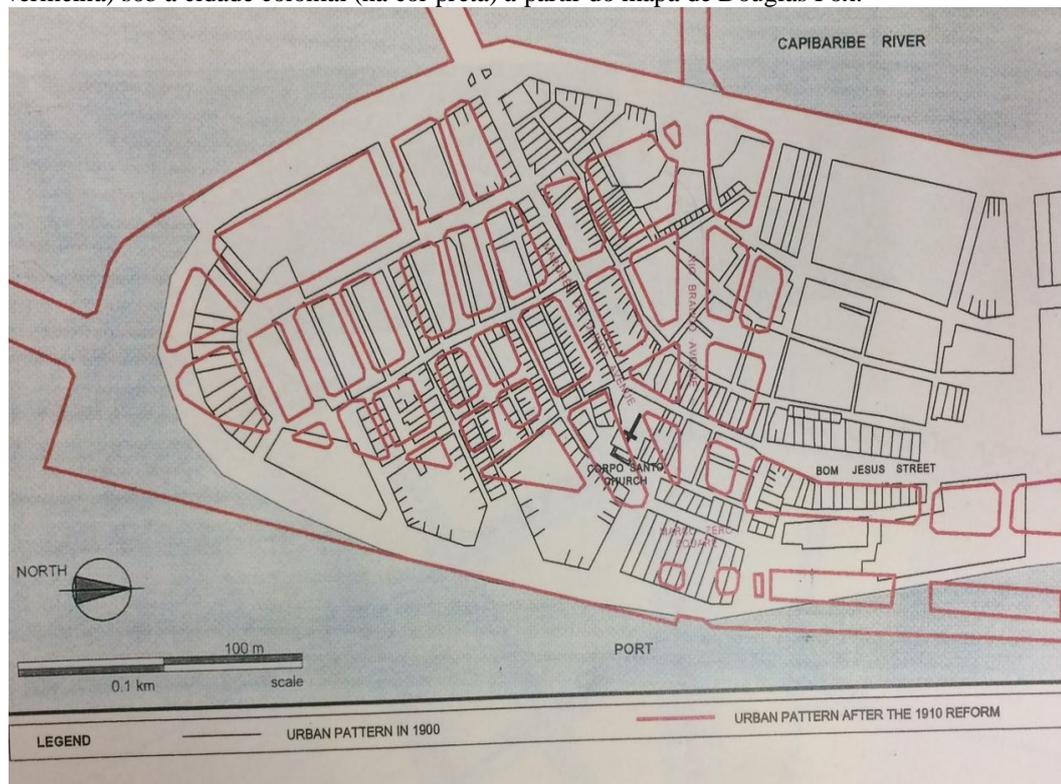
Figura 2 - Mapa do Bairro do Recife em 1906.



Fonte: Luna (2014)

Na década de 1900 o bairro estava altamente adensado. Conforme descreve Luna (2014) o local abrigava aproximadamente 13 mil pessoas distribuídas em 1.180 imóveis. Normalmente compostos por comércio no pavimento térreo e os demais andares eram habitações. Dos projetos realizados, destaca-se a grande reforma urbana de 1910, que teve grande influência do traçado urbano francês do século XX, amplamente relacionado ao modelo hasteado por Haussmann, como mostra a figura 03.

Figura 3 - Redesenho do bairro sobrepondo as intervenções propostas na reforma de 1910 (na cor vermelha) sob a cidade colonial (na cor preta) a partir do mapa de Douglas Fox.



Fonte: URB/ Recife (1998)

A reforma resultou na demolição de grande parte dos imóveis para novas construções no estilo eclético, substituindo os sobrados por prédios monumentais, gerando a expulsão dos antigos moradores, resultando cerca de 480 desapropriações (LUBAMBO, 1991a). A ideia principal da reforma foi a abertura e o alargamento de vias para um maior acesso ao porto. Entre as ações, destacam-se a ampliação da Rua Marquês de Olinda, e a criação da Av. Rio Branco e intensas demolições, no total foram 205 edificações demolidas, entre elas, a Igreja do Corpo Santo, os arcos da Conceição e de Santo Antônio (LUNA, 2014). A ocupação após a grande reforma apresentou um caráter segregacionista (LUBAMBO, 1991b). Uma vez que, as desapropriações resultaram na formação de uma população marginalizada que ocuparam

prédios em ruínas e barracos. Acrescenta-se ainda o grave estado de insalubridade, focos de tuberculose, varíola, lepra, paludismo entre outras epidemias o que gerou grande preocupação com as questões ligadas à higienização, resultando em processos de intervenção urbana com a intenção de erradicar as moléstias e focos de epidemias que proliferavam.

Para Lubambo (1991a; 1991b) a ideia de reforma do bairro foi apenas uma alegação para a verdadeira intenção de reconstruir o local, pois ocorreram diversas desapropriações de muitos terrenos, uma vez que das 13 mil pessoas existentes no bairro anterior à reforma, apenas 5.156 continuaram residindo, e muitos terrenos foram reapropriado para empresas comerciais e financeiras, tendenciado ao enriquecimento do ente privado, que obteve importante parcela de lucro com a reforma. Esta ação iniciada em 1910, fruto de uma busca pela modernização da estrutura portuária com a renovação urbana, almejando a melhoria na qualidade local e a inserção do cenário econômico contemporâneo, tem um significado muito relevante, uma vez que, o bairro era o centro das “novas elites urbanas” (PROENÇA, 2006).

Após a grande reforma resulta-se a efervescência de um centro que contemplava as principais atividades e funções da cidade. Uma vez que a reforma resultou na valorização do local proporcionando uma acelerada atração dos investimentos imobiliários, intensificando a condição de “polo concentrador de empreendimentos da cidade”. As novas ruas e avenidas, os novos edifícios, a diversidade de funções e a dinâmica do bairro proporcionou um incremento dos serviços no tocante aos novos bares, casas noturnas e restaurantes locais, firmando o bairro também como um “centro de serviço de lazer adulto, com bares, restaurantes e prostíbulos” (MADUREIRA, 1996, p.66).

A partir dos anos de 1940, decorrente dos novos bares, restaurante e bordéis o bairro vivenciava o ápice da diversidade aliando o uso habitacional, atividades diurnas e a atratividade da vida noturna. A proximidade com a zona portuária reunia características de pessoas que passavam longos tempos viajando e desejavam se divertir, ocasionava uma atração dos trabalhadores para os botequins, pensões, boates e albergues fortemente direcionados à prostituição. E posteriormente foi crescente o número de frequentadores do bairro de diversas partes da cidade e fora dela, fomentando a tradição da boemia do Bairro do Recife, diante do conjunto de funções e atividades o bairro emergia vitalidade. Ao longo das décadas de 1950 até 1980, dentre as principais atrações destacavam-se: as pensões Moulin Rouge, Chantecler, Silver Star, Atenas, Maria Magra. Dentre os bares eram: Gambrinus,

Texas Bar, Duas Américas, Bar do Grego, Bar Cubano, Califórnia entre outros (MADUREIRA, 2005).

Madureira (1995), em seu livro *Bairro do Recife: porto seguro da boemia*, propõe uma coletânea de relatos de pessoas que vivenciaram de alguma forma este momento boêmio sejam eles, os frequentadores do bairro, proprietários de bar, comerciantes, prostitutas, donas de pensão e moradores do bairro, cujo objetivo era aproximar-se da dinâmica de movimentos e emoções vivenciados.

Das histórias discorridas, o autor percorreu o bairro com moradores do bairro e comerciantes locais, demonstrando o caráter inclusivo do bairro na época “era um conagraçamento de todas as classes” (MADUREIRA, 1995, p.29). Acrescenta outro entrevistado: “Dia de sábado era uma coisa impressionante o número de pessoas transitando pelas ruas do Bairro. As ruas ficavam cheias [...] não havia problema do assalto, nem atravessando aquela ponte de madrugada a pé, a Maurício de Nassau, nem nas pensões, nos quartos, no meio da rua” (MADUREIRA, 1995, p.98).

Percebe-se uma grande vivência no local, uma vez que durante o dia o bairro era o centro das atividades portuárias, comerciais, financeira e residencial, e a noite acontecia o burburinho da vida boêmia “isso aqui de noite era um movimento muito grande depois das dez horas da noite, era dia de festa todo dia” (MADUREIRA, 1995, p.100). O autor salienta a intensa dinamização que consistia o bairro, “o Bairro do Recife é uma coisa tão rica, que nos permitia frequentar o bairro sob vários parâmetros” (MADUREIRA, 1995, p.156). “o Bairro do Recife era um bairro vivo. O bairro vivia, estava latente, quer dizer, estava pulsando” (MADUREIRA, 1995, p.159).

Porém, a partir do começo da década de 1970 a conformação do bairro vai passando por modificações. Uma vez que a cidade também estava se desenvolvendo, concomitantemente à metropolização, a expansão industrial, e implantação de uma estrutura viária que ampliava os acessos aos outros bairros (Boa Viagem, Espinheiro, Graças, Casa Forte) atraindo famílias de maior poder aquisitivo e conseqüentemente aproximando os equipamentos ligados às atividades comerciais e de serviços (MADUREIRA, 1996). Acrescido ainda da perda da importância do porto como principal meio de transporte de pessoas e cargas, em decorrência dos surgimentos das rodovias e aeroportos. O bairro foi então perdendo a sua rentabilidade e os investimentos públicos e privados,

Iniciando no Bairro do Recife um crescente esvaziamento populacional principalmente na década de 1970. E ainda, processo de acelerada degradação ambiental e socioespacial, com prédios mal conservados e em arruinamento, deficiente infraestrutura urbana, passando a ser uma “periferia” no centro da cidade, como afirma Lacerda (2007). O lugar era visto pela sociedade como uma área marginal (MADUREIRA, 1996).

3.2 UMA PERIFERIA NA CENTRALIDADE DO BAIRRO

Dentre a dinâmica e conformação do Bairro do Recife, no tocante aos notórios contrastes sociais e econômicos ao longo da história local são de grande importância o conhecimento e a inserção frente às intervenções da periferia existente no local – A comunidade do Pilar. O povoado era também denominado de Fora de Portas, porque localizava-se depois das três portas que demarcavam os limites da Cidade do Recife denominadas de Porta do Bom Jesus, Porta da Balsa e Porta da Água. Até o ano de 2000 era conhecida também como a Favela do Rato, em decorrência da alta concentração desses roedores, porém a comunidade solicitou a alteração da denominação à Prefeitura da Cidade do Recife (PCR) resultando no Decreto 18.570/2000, ficando designada como Comunidade Nossa Senhora do Pilar (NERY; CASTILHO, 2008), e ainda mais conhecida como Comunidade do Pilar.

De acordo com Nery (2008) desde o século XVIII já existia na área uma conformação e padrões tipológicos diferenciadas do restante do bairro, possivelmente com a aglomeração de pessoas no local de baixa renda que desenvolviam uma intensa atividade comercial decorrente da ligação com as atividades portuárias. Na década de 1970 quando o Porto do Recife, ainda pertencente à Portobrás, desapropriaram e derrubaram seis quadras localizadas próximas a Fábrica do Pilar e do Moinho Recife no antigo bairro, com a prerrogativa das execuções de projetos de expansão do Porto, que não foram efetivados. Com a área até então “desocupada” formam-se os grupos de famílias de baixa renda, sem moradia e que muitas vezes foram expulsos de seus lugares de origem, intensificando a instauração da comunidade. A comunidade foi então, crescendo gradativamente. E na década de 1990 aumenta o contingente populacional em virtude das reformas de revitalização propostas no bairro, as quais serão destacadas a seguir, desativando cortiços e casas de prostituição, levando grande parte da população “expulsa” a se instalarem e buscar moradias em barracos ou ruínas na área do Pilar (NERY, 2012). Muitas pessoas que habitam a comunidade trabalhavam nas atividades portuárias e industriais, serviços formais e informais vizinhos ao bairro.

A comunidade localiza-se próximo ao Forte de São João Batista do Brum, da Igreja de Nossa Senhora do Pilar e de importantes praças do Bairro do Recife, conforme apresentado na figura 04. A Igreja que deu origem ao nome da comunidade fora construída entre 1680 e 1683. Foi o único edifício restante após a demolição feita na área, atualmente tombado a nível federal, a figura 05 retrata a Igreja do Pilar na década de 1920.

Figura 4 - Localização da comunidade do Pilar no Bairro do Recife.



Fonte: Google Earth, adaptado pela autora (2016)

Figura 5 - Igreja do Pilar antes da construção da Fábrica do Pilar.



Fonte: Oliveira (2014)

O adensamento populacional nesta área é de grande relevância, visto que em 1987 eram 89 famílias, em 1998 eram 370. Em 2007, já se tinha 458 famílias na área, e um ano depois a

comunidade abrigava cerca de 588 famílias, conforme a Prefeitura do Recife (2008), constituindo um acréscimo de mais de 500% de famílias na área (NERY, 2012).

De acordo com o Atlas de Desenvolvimento Humano do Recife (RECIFE, 2005) a comunidade vem apresentando um dos piores índices de desenvolvimento humano² (IDH) do município.

No que concerne aos serviços públicos existentes no Pilar, observa-se a presença de uma escola pública municipal e um posto de saúde da família. Alguns barracos têm atividade comercial de lanchonetes e bares cujos frequentadores são, basicamente, os trabalhadores do Porto e das fábricas vizinhas (NERY, 2008, p. 28 - 29).

Conforme Nery (2008) apresenta os dados do IBGE (2000), 72,4% dos moradores do Pilar trabalham no Bairro do Recife e em bairros próximos como: bairro de Santo Antônio e de São José. A comunidade é composta por 54,23% dos moradores com idade entre 15 e 59 anos e que constituem praticamente, a maioria da população residente no bairro do Recife, porém vivem em defasadas condições de habitabilidade. A precariedade da área do Pilar está associada a um modelo de organização socioespacial seletivo e concentrador de renda, que favorece a concentração de pessoas sem acesso aos bens e serviços produzidos pela modernidade (NERY, 2008).

A comunidade do Pilar constitui então, marginalizada na centralidade histórica do Bairro do Recife, onde seus habitantes são flagelados pelos problemas sociais desinentes das condições de precariedade em que se encontram. Em entrevista com a liderança comunitária e moradores do Pilar, percebe-se o profundo esquecimento dos órgãos públicos com a comunidade “nós estamos aqui próximos a importantes instituições ligadas à Prefeitura e ainda de frente ao prédio da própria Prefeitura, e ninguém olha por nós. Somos esquecidos aqui” (IBSON SILVA, morador e ativista social do Pilar. Entrevista realizada no dia 25 de outubro de 2016). Complementando, a moradora do pilar a cinco anos diz que “a comunidade sofre muito, a criminalidade aqui tá crescendo, as crianças e jovens não tem o que fazer e vão para o crime, a falta de educação e de lazer para esse povo é muito grande. Era pro governo fazer alguma coisa aqui, a gente tá do lado de uma área tão bonita” (TELMA, moradora do

² O IDH representa a análise a partir de três critérios principais: longevidade, renda e educação. Associando esses fatores de maneira que possam proporcionar um desenvolvimento para as famílias em uma dada área.

Pilar e ambulante. Entrevista realizada em 03 de novembro de 2016). A figura 06 mostra uma área da comunidade que teve suas moradias demolidas.

Figura 6 - Área com moradias demolidas, Comunidade do Pilar.



Fonte: Juliana Soares (2016)

3.3 AS AÇÕES DE REQUALIFICAÇÃO URBANA

Em meados do século XX, seguindo a tendência de outros países que desenvolviam intervenções visando à revalorização de áreas centrais, programas de preservação e refuncionalização de sítios históricos e áreas degradadas emergiram em vários locais do Brasil, como no centro do Recife. Implantando estudos para promover os planos de requalificação urbana. Concomitantemente ao crescente processo de degradação do bairro, surgia a necessidade de propor reformas que viabilizassem a transformação do local.

A partir de 1976 é elaborado pela Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife, o Plano de Preservação dos Sítios Históricos, prioritariamente de forma normativa (PONTUAL 2007). Foi então, incorporado o conceito de Sítio ao bairro histórico, que até então era valorado apenas monumentos pontuais, e passa-se então a valorizar todo um conjunto artístico e histórico bem como os bens culturais, para isso ficaram-se estabelecidos perímetros de proteção, com respectivos parâmetros urbanísticos. A prefeitura da Cidade do

Recife reúne uma equipe de trabalho para elaborar medidas que permitam reerguer o antigo centro urbano da cidade, relacionando o Bairro do Recife, São José, Santo Antônio e Boa Vista.

Para o Bairro do Recife foi designada uma unidade administrativa específica para implantação e coordenação das propostas - o Escritório Técnico do Bairro do Recife, coordenado por Amélia Reynaldo. Conforme afirma Vieira (2008, p.121) o projeto seguia uma ideologia de “encurtar as distâncias entre os técnicos e a realidade concreta, por isso a necessidade da criação de um escritório no local da intervenção”. As propostas atendiam principalmente aos menos favorecidos sendo inicialmente realizado um diagnóstico preciso da área. Em 1987 foi elaborado o Plano de Reabilitação do Bairro do Recife, predominantemente de caráter preceptivo, pretendia promover a recuperação local, contava com um forte apelo social realizando vários projetos que contemplava o envolvimento da comunidade e usuários na idealização. Propondo restaurar a memória dos seus habitantes, a equipe interdisciplinar elaborava os projetos através da realização de reuniões e encontros com os trabalhadores, comerciantes e moradores do Bairro do Recife (MONTENEGRO; SALES; COIMBRA, 1989). Um bairro que se encontrava em intensa degradação, antro de prostituição e tráfico de drogas, destruição de alguns imóveis em parte das ruas e ainda precária situação que vivia a Favela do Rato.

Destacam-se os projetos idealizados pelo escritório do bairro sob gerência da Empresa de Urbanização do Recife – URB Recife, as habitações coletivas, o Restaurante popular e Núcleo de cooperativa/ Obra Escola.

Habitações coletivas e o Restaurante Popular – diante da análise que é feita pela equipe técnica em relação à comunidade do Pilar, visto a precariedade que viviam as oitenta e três famílias da comunidade fora proposta uma reforma de restauração do prédio com 36 unidades situadas na Rua do Brum (nº210/224) destinando à população que vivia na comunidade, uma vez que, iriam permanecer próximos aos seus locais de trabalho. E o projeto de restauração do prédio nº 393 da mesma rua, que receberia boxes no interior do prédio destinando-se ao “Restaurante Popular do Bairro do Recife” que deveriam substituir as barracas existentes na Favela do Rato voltadas para o comércio de alimentos populares principalmente para os trabalhadores e transeuntes do Bairro do Recife, destacando-se a importância de manter os comerciantes próximos à área. O projeto do restaurante teve grande contribuição da comunidade que apresentou os principais pontos de necessidades, mediante entrevistas e

questionários conforme anexos 01 e 02. Na análise dos questionários para a definição dos projetos a serem desenvolvidos, 83,3% das famílias residentes no local aceitaram a transferência para a habitação coletiva; e dos comerciantes da comunidade 73,8 %aceitaram o Restaurante Popular, somente 26,2% não concordaram. Após a coleta de dados e de opiniões, a equipe também realizou uma reunião (março, 1989) para apresentação dos boxes no qual a proposta foi aprovada pelos presentes (PREFEITURA DO RECIFE, 1988).

Constava também o projeto Núcleo de cooperativa/ Obra Escola que ocuparia dois prédios do Chantecler³ onde seriam disponibilizados cursos profissionalizantes, de maneira que a obra e a reforma de restauração seriam realizadas por moradores do bairro. Também foram elaboradas propostas pontuais referentes à recuperação de fachadas, restauração das calçadas e de alguns imóveis que eram discutidos com os comerciantes e empresários locais (MONTENEGRO; SALES; COIMBRA, 1989).

Apesar das várias propostas em curso e da importante contribuição na questão da participação social e da inclusão das classes sociais de baixa renda frente à possibilidade de um processo de gestão democrática, o plano assumia uma postura de pouca condição para reverter o quadro de degradação da área e conseqüentemente encontrava dificuldade em captar investidores, para isso os proprietários dos imóveis, os agentes financeiros, a igreja e outros grandes investidores foram contemplados com vários estímulos para que recuperassem as edificações, porém sem grandes quantitativos de aderências, resultando em poucos investimentos para os projetos. Havia também a proposição em atrair outros tipos de equipamentos, como órgãos públicos e serviços.

Em 1989 com a mudança da gestão do município e o desinteresse da gestão posterior em dar continuidade aos projetos, o qual havia um interesse maior em atender os setores empresariais da cidade. O Escritório Técnico do Bairro do Recife passou então, por um esvaziamento, reduzindo os trabalhos, de forma que grande parte das propostas não receberam incentivos das políticas públicas para serem concretizadas (MADUREIRA, 1996). Conforme entrevistas realizadas com os arquitetos que atuaram no Escritório do Bairro do Recife, Noé Sérgio e Romero Pereira, ficou para equipe técnica do Escritório do Bairro a incumbência maior de realizar levantamentos de fachadas e elaborar diagnósticos do bairro.⁴

³ Conjunto de edificações formado por seis imóveis conjugados que ocupa todo um quarteirão no Bairro do Recife.

⁴ Entrevista realizada no dia 27 de outubro de 2016.

3.3.1 O plano de revitalização do bairro do Recife ± 1992

A modificação da gestão municipal resultou na alteração das diretrizes que destinavam o plano anterior. Acrescido ainda a influência exercida pelo Plano Diretor da Cidade do Recife (PDCR) que em 1991 estabelece a porção sul do Bairro do Recife e algumas outras áreas da Cidade como Zona Especial de Turismo (ZET) considerando a área propícia para implantação de programas de estímulo ao turismo, concedendo espaço para a utilização dos instrumentos urbanísticos e incentivos fiscais que viabilizassem tais atividades no local (VIEIRA, 2008). A partir deste momento é desenvolvido pelo então Governador do Estado de Pernambuco, Sr. Joaquim Francisco, um grande projeto que visava incrementar o turismo no estado, denominado Programa Integrado de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste (PRODETUR) sob a gerência do Banco do Nordeste (BNB) e financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Entre os projetos, foi recomendado para o bairro o Plano de Revitalização do Bairro do Recife (PRBR), sendo concluído em 1992 e implantando a partir de 1993, sob coordenação de Sílvio Zanchetti. De maneira complementar ao PRBR, a Secretaria de Planejamento da Prefeitura realiza um programa destinado a atrair investimentos públicos e privados no qual através da Empresa de Urbanização do Recife (URB) são realizadas obras e reformas de espaços públicos viabilizando a atração de investidores. (VIEIRA, 2008).

O Plano emerge a partir do momento que a prefeitura decide retomar o interesse em revitalizar a área. Elaborado pelas empresas URBANA e Borsoi Arquitetos Associados, contratados pela Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco (AD/DIPER) do Governo do Estado. O plano tinha como principal objetivo conservar o patrimônio histórico e cultural; dinamizar a economia do Bairro do Recife, através da concentração do comércio varejista e serviços modernos (incorporação da ciência e da tecnologia); promover a concentração de pessoas em um espaço destinado ao lazer e diversão e incrementar as atividades ligadas ao turismo nacional e internacional. A estratégia principal do plano era buscar a dinamização do local através das mudanças de usos, permitidas através de proposta da mudança na lei; e novas funções convivendo de forma integrada caracterizada por duas naturezas: introduzindo aspectos com caráter de “novidade” e mantendo o compromisso com o presente/passado. O plano ressalva a importância de adaptação e constante avaliação, aberto às possíveis transformações ao longo dos anos, após a sua implementação (ZANCHETTI, MARINHO, LACERDA, 1998).

A abordagem adotada para realizar tais objetivos dá-se a partir da organização do espaço urbano consagrando a convivência das atividades e o uso misto, assim como identifica a necessidade de uma nova legislação para o bairro⁵. “As normas existentes são bastante impeditivas e desestimuladoras de novos investimentos imobiliários” (ZANCHETTI, MARINHO, LACERDA, 1998, p.29).

Em decorrência da necessidade de ampliar e diversificar os usos, o plano prevê uma espacialização “a partir da complementariedade e sobreposição funcional dos espaços da ilha do Recife” (ZANCHETTI, MARINHO, LACERDA, 1998, p.40). Desta forma, quanto à organização espacial é proposto a setorização da área. Sendo designados: o setor de revitalização contemplando a maior parte das edificações de interesse histórico, no qual foi definido este setor para abrigar os serviços modernos⁶, o comércio varejista e a habitação de famílias pequenas de renda média, a partir de ocupações das edificações com uso misto. O segundo setor – Setor de Renovação encontram-se os galpões, armazéns e parte do Porto, foram previstas as seguintes atividades: comércio varejista, serviços tradicionais, habitação (prevendo implantação de blocos de uso misto de alta densidade) e os remanescentes do comércio atacadista e da indústria. Ressalta-se a área que compreende a Igreja do Pilar, no qual foi proposto a implantação de um centro de atividades mistas – Centro do Pilar que também exerce papel importante como centro comercial de apoio às atividades portuárias. Consta para este setor uma elevação do potencial construtivo, o qual objetiva-se aumentar a densidade construtiva atraindo investidores imobiliários. O plano ainda designa este setor para manifestações populares.

Cabe ressaltar que o plano aponta a existência da Comunidade do Pilar na área, cuja pretensão é a relocação e reconstrução a partir da posterior aprovação da lei de uso e ocupação do solo específica para o Bairro do Recife. Já o Setor de Consolidação foi proposto o uso institucional, onde encontra-se o prédio da Prefeitura e do Tribunal Regional Federal, representa uma área cuja ocupação consiste no modelo modernista, da grande edificação isolada o lote. A figura 07 representa esta setorização.

⁵ O Plano elabora um Anteprojeto de Lei que posteriormente resultará na Lei Municipal nº 16.290/97.

⁶ O plano define os serviços modernos relacionados à ciência e da tecnologia, acrescentando os serviços produtivos, representado por sedes de empresas e corporações, serviços turísticos, de lazer e diversão. Relacionado com conhecimentos especializados.

Figura 7- Configuração espacial setorização do Bairro do Recife.



Fonte: Marinho; Botler (1998)

A partir da análise físico-arquitetônica e paisagística, grau de degradação dos imóveis e a infra-estrutura urbana dos setores em proposição, o plano define três polos essenciais para as principais áreas. Com isso, objetivava-se adquirir uma estratégia prática para as ideias apresentadas (VIEIRA, 2008). Sendo eles: O Pólo do Bom Jesus, primeira área a receber os investimentos das intervenções. Formado pelas quadras entre as avenidas Cais do Apolo, Alfredo Lisboa e a Praça do Arsenal. Pólo Alfândega, quadras adjacentes à rua da Moeda e à rua Madre de Deus, priorizando a intervenção no prédio da antiga Alfândega. Para estes dois polos as propostas destinam-se a propor novos usos e foram intensificados os incentivos fiscais e o marketing para atrair investimentos de iniciativa privada. Já o Pólo Pilar, apresenta

uma configuração diferenciada, com uma área bem mais degradada compreendida entre a Fábrica do Pilar, o moinho Recife, a Av. Cais do Apolo e a Av. Alfredo Lisboa, onde encontra-se parcialmente ocupada pela Comunidade do Pilar.

A condução de implementação do plano constitui-se a partir de projetos estruturadores, que são utilizados como indutores do programa. Estes, segundo o PRBR podem ser realizados de modo isolado, sem que haja uma interdependência de atividades, podendo ser efetuados mediante agentes públicos ou privados em diferentes momentos do tempo. São os seguintes projetos estruturadores contemplados pelo plano:

- *Centro de animação cultural, lazer e comércio do Pólo Bom Jesus:*

Trata-se de um espaço que deve aglutinar um grande número de atividades [...] diversão e comércio varejista moderno, a exemplo de um ‘shopping center’ [...] este espaço deve ser gerido segundo um modelo condominial, controlado por uma única administração. A Rua do Bom Jesus deverá ser transformada no segundo principal centro de atração turística da cidade, depois, somente da praia de Boa Viagem, por concentrar atividades de lazer noturno (ZANCHETTI, MARINHO, LACERDA, 1998, p.45 - 46).

Este centro seria integrado ao projeto de renovação da praça do Arsenal da Marinha destinando o local para as manifestações artísticas e culturais coletivas. As ruas adjacentes (Guia, Apolo, Domingos José Martins) também seriam revitalizadas destinando-se à atividades de lazer e cultura, seguindo a tendência da Rua do Bom Jesus.

Percurso da memória – A partir do caminho por ente o tecido viário do Bairro, o percurso cultural permeia importantes marcos do patrimônio cultural e ambiental do local. Iniciando na Igreja do Pilar até o prédio da Alfândega.

Terminal Marítimo de Passageiros – O plano designava o armazém nº11 do Porto à uma transformação destinado a ser o terminal de passageiros. “O objetivo é criar uma porta de chegada marítima dos turistas que visitam a cidade e a região” (ZANCHETTI, MARINHO, LACERDA, 1998, p.46). Complementar ao terminal propõe também com uma estrutura de apoio com “free shopping”, livraria, lanchonete, em geral são serviços destinados ao turista.

Shopping Cultural da Alfândega – O plano aponta a necessidade da cidade conter um grande centro cultural de lazer, que seja atrativo ao turista e população local. Propondo assim o Shopping no prédio da antiga alfândega. Que receberia salas de cinema, livraria, salas de show, teatro, entre outras. “Será um espaço para eventos significativos, podendo representar

umas das principais atrações turísticas da cidade do Recife [...] deverá ser um empreendimento-âncora no processo de revitalização do Bairro” (ZANCHETTI, MARINHO, LACERDA, 1998, p.47).

Centro múltiplo do Pilar – Visando recuperar a degradação da área do Pilar e aumentar a eficiência econômica do bairro, o plano indica a proposta de utilizar as cinco quadras do Pilar para um centro de atividades de apoio ao Porto. “O sucesso deste projeto estará na dependência da relocação da Favela do Rato” (ZANCHETTI, MARINHO, LACERDA, 1998, p.47).

Apartamentos em antigos armazéns – Destina-se a ocupar armazéns subutilizados para o uso residencial. Imóveis localizados na Rua do Apolo, Rua do Brum seriam reformados para abrigar conjuntos de apartamentos e atividades ligadas à alimentação. “Será uma experiência mercadológica que visa a demonstrar, para o mercado imobiliário, a viabilidade de conversão de antigas estruturas em unidades vendáveis no mercado”(ZANCHETTI, MARINHO, LACERDA, 1998, p.47).

Aquário e waterfront – Tendo em vista a estimulação do lazer, o plano contempla um aquário para valorização da fauna e flora aquática regional e uma visibilidade para o waterfront⁷ em parte do cais do porto e dos galpões na praça do Marco Zero próximo ao mar. Sendo transformada em espaço de lazer e comércio varejista moderno para turista e a população. “Assim, a cidade se abriria para o mar, incorporando-o definitivamente à paisagem urbana do Recife” (ZANCHETTI, MARINHO, LACERDA, 1998, p.48).

O plano aponta a necessidade do engajamento da iniciativa privada e da comunidade local mediante coordenação da Prefeitura da Cidade do Recife e do Governo do Estado de Pernambuco, realizando ações concretas que permitam a realização completa dos objetivos da revitalização. No tocante aos projetos envolvidos na proposta, destacam-se os projetos de impactos, no qual são conjuntos integrados de projetos estruturadores que devem ocorrer concomitantemente. Destacam-se dois projetos de impactos para a área contidos no plano e financiados pelo BID:

Projeto de Impacto I – constam neste conjunto de projetos as revitalizações da Rua do Bom Jesus e ruas próximas; reforma da praça do Arsenal da Marinha; revitalização da Torre

⁷ Waterfront - Denominação para as frentes d'águas marítimas ou fluviais. (MENDONÇA, 2014).

Malackoff; a construção do terminal marítimo de passageiros; e a reforma da praça do Marco Zero.

Projeto de Impacto II – reúne projetos que carregam um sentido simbólico forte, uma vez que a intervenção se propõe a recuperar a área mais degradada do bairro através da reconstrução das quadras do Pilar conforme projeto definido através de um concurso nacional, com a elaboração de nova legislação de uso e ocupação do solo para o setor de renovação, construção de apartamentos nos armazéns revitalizados; e a reabertura e revitalização da Av. Alfredo Lisboa que segundo técnicos do Escritório do Bairro foi um marco importantíssimo, uma vez que tinha como objetivo levar fluxo externo, sendo uma possibilidade de trajeto de pessoas que se deslocavam da zona sul da cidade para Olinda, permitindo a passagem pelo bairro. **“Todo esse projeto somente poderá ser desenvolvido, quando o problema da relocação do assentamento da Favela do Rato for objeto de um projeto específico”** (ZANCHETTI, MARINHO, LACERDA, 1998, p.48, grifo nosso).

Como estratégia de implantação do plano, define-se que somente poderá ser realizadas as ações mediante uma constante reavaliação; e as possíveis mudança de administração do município e do Estado não poderá intervir na continuidade das propostas. Destaca-se a necessidade de engajamento da sociedade; dever-se-ia intensificar também as parcerias da iniciativa privada com a pública no processo de revitalização do Bairro do Recife; devendo abrir novos canais de financiamento para as obras. Esta estratégia configura-se como a principal estratégia para garantir o sucesso de implementação do plano, ocorrendo a partir de uma gerência compartilhada entre os setores públicos e privados que possuem capacidade de investir na área, principalmente nos Projetos de Impactos. Cabendo à Prefeitura manter a aplicabilidade da estratégia de implantação do Plano, criando permanentes sistemas de parcerias com a sociedade e a iniciativa privada. Destinou-se ao Escritório do Bairro a função de gerência, implantação, operacionalização e as devidas revisões do Plano, sendo uma entidade diretamente ligada à Empresa de Urbanização do Recife (URB). Pertencia ao Governo do Estado a responsabilidade de viabilizar recursos junto à União e outras fonte de financiamentos, devendo ser o agente envolvido na execução de grande parte da reforma e aumento das infraestruturas urbanas ligadas às empresas estaduais.

Quanto ao âmbito institucional e as prerrogativas de propostas para o Bairro, são definidas ações que complementem e garantam a exequibilidade do Plano, sendo elas: criação de fóruns bianuais para discutir os rumos e mudanças do Plano de forma que possibilite a grande

participação da comunidade e agentes envolvidos; ampla campanha de marketing que promova a nova imagem designada ao bairro no Brasil e no mundo; elaboração de agenda anual de acontecimentos culturais e de lazer no bairro; geração de banco de oportunidade para atrair investimentos e negócios e imobiliários para o local.

Conforme apresentado anteriormente, em decorrências das diversidades de funções e novos usos, e da necessidade de garantir a proteção do acervo histórico e artístico, o PRBR define que a legislação urbanística vigente anterior à aprovação da lei específica, apresenta-se obsoleta e distante da realidade, o qual coloca-se como restritiva em relação ao uso e as transformações propostas, “são impeditivas e desestimuladoras de novos investimentos imobiliários” (ZANCHETTI, MARINHO, LACERDA, 1998, p.29). Portanto, o plano reconhece que a legislação precisa ser modificada de forma que contemple mecanismos que promovam a atração do mercado imobiliário e flexibilize a forma de preservar ou conservar as edificações e o entorno.

As restrições ao adensamento construtivo e ao remembramento de lotes estão a afastar da área empreendedores imobiliários que poderiam recuperar as edificações quanto à sua volumetria, fachada e ornamentos. Existe, praticamente, um congelamento construtivo que elimina qualquer potencial de expansão (ZANCHETTI, MARINHO, LACERDA, 1998, p.29).

Buscando a viabilização do plano e as proposições para renovação do bairro, tomando como fonte de referência os documentos, projetos, leis, bases bibliográficas aliadas às análises realizadas pelo Escritório do Bairro do Recife, é apresentado um anteprojeto de Lei específica para a Zona Especial de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural do Bairro do Recife, partindo-se das orientações do Plano Diretor da Cidade do Recife e da Lei de Uso e Ocupação do Solo que delimita Zonas de Diretrizes Específicas para áreas da cidade que necessitem de tratamento especial. Em anos seguintes esse anteprojeto resultará na Lei Municipal nº 16.290/97 do ano de 1997.

O Plano de revitalização preconizou tornar o bairro um foco polifuncional, no qual abrigará uma diversidade de usos e atividades, sendo necessárias legislações específicas para cada setor a ser intervindo, a partir da análise de três referências básicas: perfil da massa edificada, o tecido urbano e as características do conjunto arquitetônico. Tendo como propostas principais a preocupação em garantir a preservação do conjunto edificado no bairro, assegurando uma dinâmica urbana que permita esta valorização e manutenção da área.

Seguindo a proposta da setorização idealizada nas estratégias de revitalização desenvolvidas pelo Escritório Técnico do Bairro do Recife juntamente com a Secretaria de Planejamento Urbano e Ambiental da PCR contidas no Plano de Revitalização do bairro, fora proposto para o anteprojeto três setores que orientam a gestão e definem as ações destinadas para cada setor preferencialmente através de parcerias público-privada. Sendo indicados também polos de interesses no qual se configuravam semelhante à setorização definida no plano, acontecendo da seguinte maneira:

Setor de Intervenção Controlada - perímetro mais antigo da cidade que abriga um conjunto edificado de grande valor cultural reconhecido. Compreendendo uma área que deveria receber investimentos públicos e privados visando a conservação da infra-estrutura, e dinamização das atividades. Fazem parte deste setor os Pólos do Bom Jesus, Alfândega e Pólo Arrecifes. A legislação neste setor necessitava ter um caráter de incentivador de revitalização do patrimônio edificado, estimulando também a proposição de novas formas de intervenção de modo que não disputa com os elementos volumétricos e estilísticos dos imóveis, e que seja considerado o traçado urbano, bem com os novos usos não devem por em risco a integridade do imóvel.

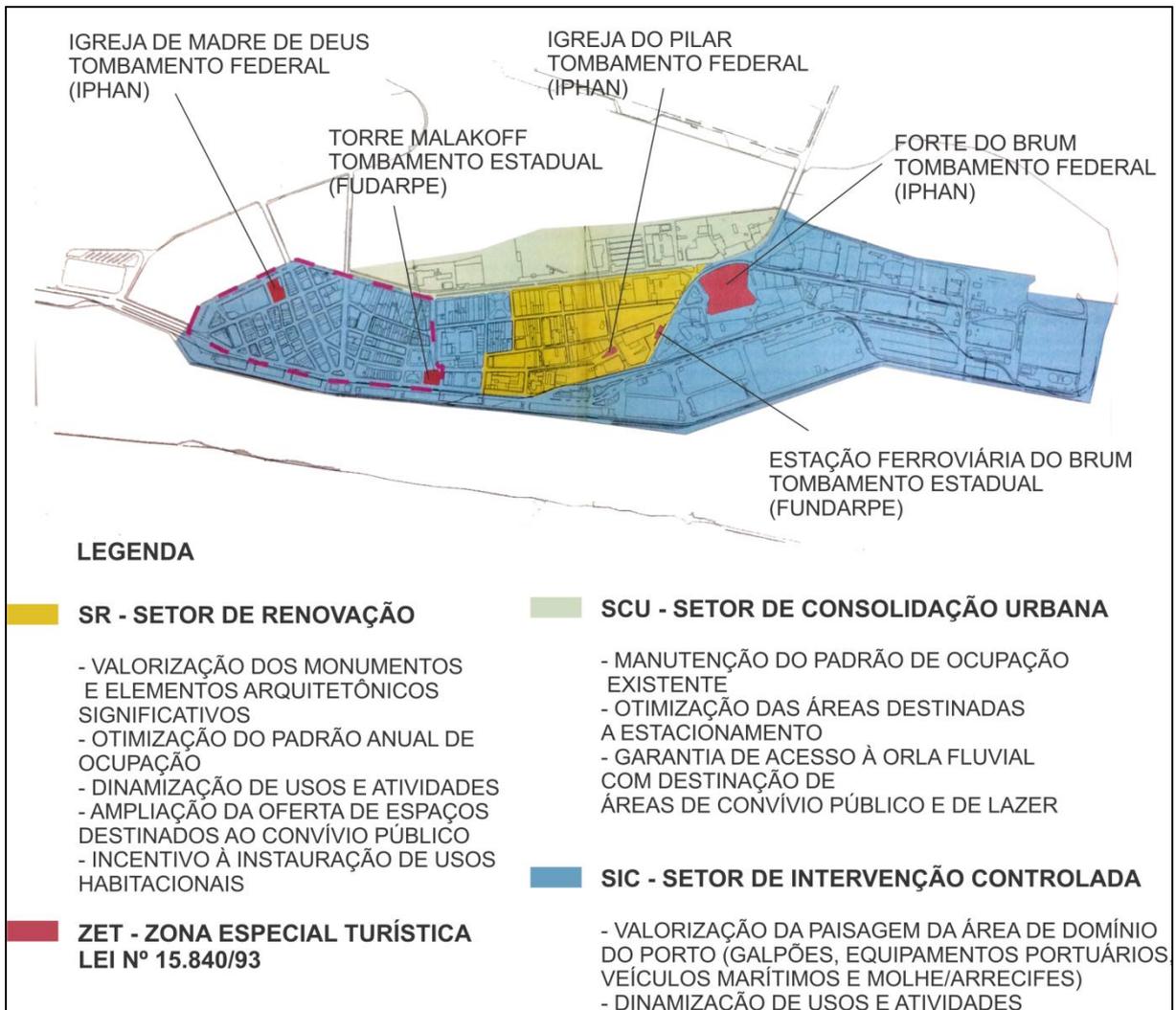
Setor de Renovação Urbana – Localizado na área mais degradada do Bairro, local concentra “focos habitacionais de baixa renda”, comércio e atividade industrial e portuária, conjunto descaracterizado em relação à volumetria e estilística com o entorno. Apresenta monumentos tombados isoladamente. No setor está também localizado o Pólo Pilar. O plano destinou para esta área empreendimentos públicos ou privados de renovação da infra-estrutura e do patrimônio imobiliário, oferecendo diversidades de usos e atividades; incentivando a adoção de parâmetros urbanísticos que permitam espaços integrados ao convívio público. Tornando esta área como um suporte as atividades as quais o setor de Intervenção Controlada tenha maior restrição. Foi proposto para o setor a possibilidade de remembramento de forma que sejam compatíveis com os fragmentos preserváveis, destaca-se a necessidade de estacionamentos para a área. Na proposta pretendida no plano não se observa a indicação ou destinação das famílias que vivem na Comunidade do Pilar.

Setor de Consolidação Urbana – área ocupada, exclusivamente por instituições públicas, caracterizado por construções de elevados índices de aproveitamento e baixa taxa de ocupação. Para este setor o plano destinava ações de “parceria para recuperação e dinamização de áreas de convívio destinadas ao lazer público” (ZANCHETTI, MARINHO,

LACERDA, 1998, p.73). Objetivando concretizar o padrão existente como consolidada da paisagem do bairro, e incentivando o convívio público, bem como a regulação de estacionamentos. Consta neste setor o Pólo Capibaribe.

A implementação do PRBR está intimamente relacionada com a necessidade de definição da lei específica para a Zona Especial de Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural do Bairro do Recife (ZEPH-09). A partir de uma conjectura de elementos norteadores, delimitado através das peculiaridades do bairro, o plano apresenta o anteprojeto com caráter descritivo, definindo referenciais para instalação e manutenção de empreendimentos em cada setor, apontando parâmetros urbanísticos para cada parcela urbana identificada. Neste anteprojeto apresentado, delimita a ente municipal como principal gerenciador da ação de revalorização da área. Este foi, portanto encaminhado para a elaboração da lei anos depois, seguindo a setorização indicada pelo plano (ver figura 08). Na viabilização do projeto de lei reitera-se a importância de independência entre os setores identificados; maior flexibilidade na análise espacial a partir da delimitação de grandes marcos e referências do espaço; bem como, a implementação de instrumentos que garantam a gestão participativa. (ZANCHETTI, MARINHO, LACERDA, 1998, p.84).

Figura 8- Setorização do Bairro do Recife da Lei nº 16.290/97.



Fonte: URB/Recife (1998)

Como ferramenta importante no tocante à participação social no processo foi definida no plano a criação do Fórum de Revitalização do Bairro do Recife, através da elaboração de reuniões dos agentes envolvidos com as propostas para um diálogo que atenda à expressão da cidadania, buscando o consenso do planejamento vigente. Que deveria haver rotina transparente para a aprovação de projetos e instalação de atividades devendo ser aprovadas mediante apresentação ao público interessado, seguindo a burocratização de pareceres e aprovação dos órgãos responsáveis. E ainda, a criação do Fundo de Revitalização do Bairro do Recife, basicamente assemelha-se ao Fundo de Desenvolvimento Urbano (FDU) contemplado no Plano Diretor da Cidade do Recife, como ferramenta de captação de recursos para ampliação e reforma de infraestrutura de equipamentos públicos de interesse coletivo, tendo sua gestão sob encargo do administrador público e amplo espaço para representações e

supervisões sociais. Segundo o projeto de lei, este instrumento iria contribuir no controle social sobre os investimentos, estimulando setores sociais como agentes envolvidos na realização de obras destinados ao interesse comum.

O anteprojeto tem um amplo enfoque na atração de investimentos privados, estimulando-se a dinamização do mercado imobiliário local a partir da aplicação do instrumento de solo criado. Seu acontecimento deverá acontecer tanto pela Autorização de Transferência do Direito de Construir, para os imóveis no Setor de Intervenção controlada, como pela Concessão Onerosa do Direito de Construir. Pretende-se centralizar o maior potencial construtivo no Setor de Renovação Urbana (Pólo Pilar) de forma que favoreça a atratividade para instalação e diversificação dos equipamentos coletivos na área. Na questão do cumprimento da função social da propriedade é prevista a aplicação do IPTU progressivo em locais determinados pelo Fórum do Bairro do Recife, prioritariamente no Pólo Pilar.

Seguindo as sugestões do anteprojeto apresentado no Plano, em 1997 é aprovada a nova legislação para o bairro, a lei nº16.290/97 – Lei Específica para a Zona Especial de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural do Bairro do Recife, que segue as recomendações e definições elencadas no Plano de Revitalização.

Após a fase de elaboração, no ano de 1993 é implementado o PRBR. Inicialmente procurou demonstrar o engajamento da Prefeitura com a área realizando projetos de infra-estrutura. O plano apresenta forte característica e também principal entrave para atrair os investimentos privados, visto que, a área apresentava-se bastante degradada e a gestão da época acreditava que a solução seria esta parceria. O poder municipal efetivou então um convênio com a Fundação Roberto Marinho, e a Tintas Ypiranga no projeto Cores da cidade, onde os proprietários ganhavam as tintas para a pintura das fachadas concedendo ainda, redução dos impostos municipais aos proprietários, exaltando, uma forma de contar com a participação privada em ações públicas no que se refere ao espaço público.

Após a fase inicial de implementação os anos de 1997 até 2000 representa uma suposta tentativa de continuar o PRBR (VIREIRA, 2008). Realizando alguns dos projetos estruturadores definidos no plano, entre eles a reforma da Torre Malackoff destinando-a a um espaço de exposições; a construção do Terminal Marítimo de Passageiros que após a obra foi desativado em decorrência da falta de dragagem do estuário do porto, inviabilizando a chegada dos passageiros e entrada de navios. Foi realizada também a grande reforma da praça do Marco Zero, diferentemente da proposta inicial da praça prevista na elaboração do plano.

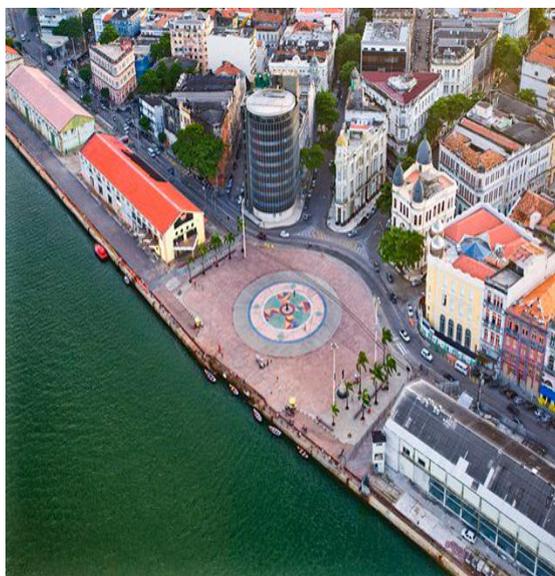
anteriormente arborizada, e após a reforma em 1999, torna-se um grande espaço público para realização de eventos, conforme as figuras 09 e 10.

Figura 9 - Praça do Marco Zero antes da reforma de 1999.



Fonte: URB / Recife (1998)

Figura 10 - Praça do Marco Zero após a reforma.



Fonte: Ministério dos Esportes (2012)

A partir de então outros programas e empreendimentos foram surgindo, com aportes financeiros do poder público (Prefeitura do Recife e Governo do Estado) por meio do PRODETUR/NE I⁸, Ministério da Cultura e do Programa Monumenta/BID. Entre eles, a instalação do centro de compras Paço Alfândega e o Porto Digital que será analisado posteriormente. Verificando que vários prédios foram revitalizados, como o que abriga o shopping center, livraria, edifício garagem, galerias de arte, bares e restaurantes, além de centros culturais mantidos por instituições financeiras, fomentando assim, novos usos ao espaço urbano restaurado. Porém, conferem um caráter mais sofisticado, e com elevados preços dificultando o acesso aos moradores do Pilar, bem como a maioria dos cidadãos (SOUZA, 2015). Posteriormente vão sendo lançados outros programas complementares como: Programa Luz e Tecnologia no Recife Antigo, mas especificamente no Pólo Bom Jesus, com financiamento a partir da iniciativa público-privada, consistia em remover a fiação

⁸ Através dos recursos do PRODETUR/NE I foram realizados os seguintes projetos: Restauração do Teatro Apolo; Restauração da Torre Malakoff; Recuperação da Ponte Limoeiro, da Ponte Buarque de Macedo, do Teatro Hermilo Borba Filho; Urbanização da área próxima ao Forte do Brum; Requalificação do Portal Norte da Ilha do Recife; Recuperação das fachadas da Av. Alfredo Lisboa; Implantação do Terminal Marítimo de Passageiros; Unidade de Serviços; Sinalização Turística e Unidade de Gestão (PCR – URB, 2001 apud VIEIRA, 2008)

aérea e embutir redes de energia elétrica, colocação de calhas e acompanhamento arqueológico das escavações (VIEIRA, 2008).

3.3.2 O bairro virtual: Projeto Porto Digital empreendimentos e ambiente tecnológico

Dentre as transformações e projetos ocorridos no bairro ao longo dos últimos anos recorrentes ao Plano de Revitalização do Bairro do Recife, destaca-se o projeto do Porto Digital Empreendimentos e Ambiente tecnológico, que consiste em um parque tecnológico. O Porto Digital (PD) está inserido nos bairros do Recife, Santo Amaro, Santo Antônio e São José, e ainda uma Zona Preferencial de Expansão no eixo da Avenida Conde da Boa Vista, conforme a figura 11 demonstra a demarcação dessas áreas. O PD é gerenciado de forma privada por uma Organização Social (O.S.) sem fins lucrativos, o Núcleo de Gestão do Porto Digital (NGPD), com sede no bairro do Recife, credenciada pelo Governo do Estado e Prefeitura da Cidade do Recife. De acordo com material de apresentação cedido pelo NGPD esse fato permite maior flexibilidade e rapidez para o desenvolvimento das suas atividades. O Porto Digital - PD corresponde à ação que une o governo, a iniciativa privada e o setor acadêmico investindo para a operacionalização do projeto que busca expandir e estabelecer a indústria ligada à tecnologia da informação na Cidade do Recife, concentrando inicialmente no Bairro do Recife os órgãos e empresas envolvidas (RESENTHAL, 2000 apud VIEIRA 2008).

Figura 11 - Áreas compreendidas ao território do Porto Digital.



Fonte: Prospecto Porto Digital (2016)

De acordo com Cláudio Marinho (2015), consultor e ex-secretário de Ciência e Tecnologia de Pernambuco, a ideia de levar para o Bairro do Recife uma conformação tecnológica com importantes empreendimentos no ramo da informatização surgiu desde 1985, quando o ainda Prefeito Jarbas Vasconcelos desejava revitalizar a área propondo novos usos. Segundo o ex-secretário, em 1993 (no momento da elaboração do PRBR) ele estava coordenando o apoio da prefeitura ao polo de informática, cinco anos depois, fora idealizado o projeto do *Softex Recife*, que seria uma edificação que abrigaria o *Information Technology Business Center* (ITBC), este funcionaria como a sede dos serviços ligados à informática. Sendo então, o embrião que originaria a consolidação de um projeto posterior bem mais ambicioso, o Porto Digital sendo lançado pelo órgão estadual - Secretaria de Ciência Tecnologia e Meio Ambiente (SECTMA), no ano de 2000. Diferentemente de outros parques tecnológicos que se instalam em áreas periféricas das cidades, o PD foi inserido em área central e prioritariamente histórica, o Bairro do Recife. Além de existir uma tendência em atrair novos usos ligados à tecnologia por parte da PCR na elaboração do PRBR para o local, a equipe gestora do PD apontou vantagens em decorrência da centralidade do bairro, do valor histórico e que se encontrava degradado, era possível assim, ocupar grande parcela de área para o mesmo ramo proporcionando uma aglutinação das empresas, bem como propiciando uma dinâmica para o local revitalizando o bairro.

O Porto Digital é composto atualmente por cerca de 250 empresas e organizações de serviços associados com foco no desenvolvimento de software, entre elas a Microsoft, IBM, Samsung e Motorola e mais recentemente o centro de pesquisa da Fiat Chrysler, sendo que a Motorola mantém o único centro de verificação e integração de teste de software para celulares da marca no mundo - um investimento de US\$ 20 milhões da fabricante estadunidense, conforme consta no site Olhar Digital (2012). E ainda, uma instituição de ensino superior, três institutos de pesquisa, três incubadoras e duas aceleradoras de empresas⁹. Dentre eles, o Centro de Estudos e Sistemas Avançados do Recife (C.E.S.A.R). O NGPD contempla também convênios com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Prefeitura da Cidade do Recife, Governo do Estado de Pernambuco, Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), Conselho Nacional de Pesquisa (CNPQ), Ministério das Comunicações, Ministério da Cultura, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e Governo Federal do

⁹ Incubadora e aceleradora representam locais de suporte para desenvolverem projetos inovadores, em determinado período de tempo um projeto fica sendo avaliado e melhorado, até a fase final de lançamento.

Brasil. Realizando ainda parcerias que proporcionem ações para o estímulo à articulação com atores internacionais (PROSPECTO PORTO DIGITAL, 2016).

Atualmente o Porto Digital conta também com o Laboratório de Objetos Urbanos Conectados (L.O.U.Co). Caracteriza-se por um ambiente que visa estimular à experimentação e à inovação, disponível para estudantes e inovadores que podem desenvolver prototipagem e testes focados na melhoria do bem-estar nas cidades, o espaço disponibiliza impressoras 3D, drones, tecidos inteligentes, sensores e robótica (PORTO DIGITAL, 2016). Segundo o site da Revista Exame (2015) o parque totalizou um faturamento de R\$ 1 bilhão em 2014.

Em entrevista, Sílvia Meira (2011), presidente do Conselho de Administração do Porto Digital, afirma que a grande contribuição do PD à nível de desenvolvimento local seria a recuperação dos imóveis degradados, em média 50 mil m². No prospecto do PD (2016) apresenta a lista dos imóveis de propriedade do NGPD que foram reformados e os que ainda estão em restauração conforme apresentado no anexo 03. Estes imóveis contam com ampla estrutura para atrair empresas do segmento. Entre os imóveis recuperados foram instalados a SECTMA; Rede de Incubadoras de Base Tecnológica – C.A.I.S do Porto; Centro de Estudos Avançados do Recife – UFPE – (C.ES.A.R). Bem como, o prédio reformado para abrigar a sede do Porto Digital na Rua do Apolo (VIEIRA, 2008).

No tocante às experiências realizadas no território, foi desenvolvido pelo PD em parceria com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e o Governo do Estado de Pernambuco, o projeto Porto Leve – Melhoria da Mobilidade urbana, prevendo no seu escopo o sistema de compartilhamento de bicicletas, carros elétricos, monitoramento de transporte público, estacionamento inteligentes, centro de estudos sobre mobilidade urbana, sistema de identificação de vagas de estacionamento e sistema de monitoramento, controle e segurança do bairro. Até o momento fora implantado apenas o sistema de compartilhamento de bicicletas e ainda em fase de testes, os carros elétricos, conforme mostra a figura 12.

Figura 12 - Sistema de carros elétricos compartilhados.



Fonte: Juliana Soares (2016)

É possível verificar em algumas ruas, tampas de esgoto com a marca do Porto Digital conforme demonstrada na figura 13. De acordo com a analista de inovação do Porto, as tampas foram colocadas em decorrência de obras realizadas pela Prefeitura, porém por estarem em “território” do Porto Digital foi inserida a inscrição.

Figura 13 - Tampas de esgoto na Rua do Apolo



Fonte: Juliana Soares (2016)

Em meio a diversos investimentos no sentido de propor modernização e globalização territorial, Francisco Saboya (2015) afirma que o Porto Digital não participava de nenhum fórum a cerca das discussões sobre planos e ações urbanísticas para o bairro e também que pouco se concebia o acesso ao debate com a sociedade, a PCR realizava apresentações das ações que seriam implantadas, porém não tinham caráter participativo.

3.3.3 Novos Recifes, antigos interesses - Projeto porto novo recife.

O último projeto a ser realizado neste trabalho concerne aos projetos Porto Novo (iniciativa pública) e Porto Novo Recife (iniciativa privada). Intervindo no setor de Renovação Urbana e Intervenção Controlada no Bairro do Recife, composta por áreas anteriormente dedicadas à operação portuária, atualmente é cenário de profundas modificações. Estes projetos são derivados de planos anteriores, conforme relata o ex-secretário Executivo de Operações Urbanas da Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG) e ex-coordenador do Núcleo Técnico de Operações Urbanas (NTOU), Zeca Brandão¹⁰, onde afirma que existia em 2002 um macro projeto que segundo ele foi o primeiro projeto metropolitano realizado a partir de uma visão espacial, identificando nas áreas compreendidas da orla entre Olinda e Pina territórios com extrema oportunidade para consolidar a Região Metropolitana, uma vez que ligava centros históricos importantes onde muitos trechos estavam em decadência, para o ex-coordenador, a elaboração do projeto já induzia para a atuação de operações urbanas. Elaborado pela Agência Estadual de Planejamento e Pesquisa de Pernambuco (Condepe/FIDEM) sob coordenação de Amélia Reynaldo, denominado de MetrÓpole Estratégica, o projeto seguia um modelo apresentado por uma empresa pública portuguesa Parque Expo.

Diante da complexidade da ação, de conflitos políticos e por envolver áreas pertencentes ao Governo Federal era necessário o acordo de cooperação técnica entre as três entidades públicas, incluindo o Ministério das Cidades sob a secretaria da arquiteta e urbanista Raquel Rolnik. E em meados do ano de 2004 foram então desenvolvidas propostas gerais para o Complexo Turístico Cultural Recife-Olinda, que apresentava premissas principais de forma mais genérica, eram necessário projetos pontuais condizente com as diretrizes do plano para sua efetivação. Apresentava algumas medidas de ação social, entre elas a requalificação da

¹⁰ Em entrevista realizada no dia 07/11/2016.

comunidade do Pilar. Concomitantemente Zeca Brandão desenvolveu na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) um laboratório de pesquisas identificando áreas degradadas propícias para acontecerem operações urbanas. E em 2007, o então governador Eduardo Campos, o procurou para integrar uma equipe técnica coordenadora dos projetos ligados às intervenções urbanas. A equipe fazia parte da Secretaria de Planejamento e Gestão do Governo do Estado de Pernambuco (SEPLAG). Foram então, priorizadas as ações ligadas ao Complexo Recife-Olinda e à candidatura para sediar a Copa do Mundo 2014. Formava-se o Núcleo Técnico de Operações Urbanas (NTOU) onde desenvolviam os projetos de forma mais ampla buscando atrair o interesse privado, cabia ao núcleo analisar as propostas para as áreas em estudo.

Os projetos ligados às áreas compreendidas ao Porto do Recife emergiam a partir da intencionalidade do resgate da paisagem urbana e proximidade com o mar acrescentando a expectativa de valorização para fins de turismo e lazer e ainda a manutenção das atividades do Porto que ocorreriam mediante operações urbanas. (BRANDÃO, BORBA, CARVALHO, 2012). Cabia ao NTOU avaliar e coordenar as ações, além de elaborar os modelos e diretrizes para os projetos que deveriam ser seguidos pelos investidores. A equipe preocupava-se também com as questões das operações urbanas consorciadas, relacionando a importância do poder público coordenar essas operações. Inicialmente foi realizado um *master plan* de toda a área e na segunda etapa foi elaborado o projeto arquitetônico para os armazéns que seriam destinados aos projetos da iniciativa pública. Entre eles: o Centro de Artesanato de Pernambuco, o Centro Cultural e Museu Cais do Sertão Luiz Gonzaga no antigo armazém 10 e o Terminal Marítimo de Passageiros no armazém 07 (ver imagens 14, 15 e 16). Sendo construídos mediante recursos do Governo do Estado e Ministério da Cultura, através da realização de convênios com o Porto do Recife, Porto Digital (a partir do Porto Mídia) e Fundação Gilberto Freyre (SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO PE, 2013).

Figura 14 - Centro de Artesanato de Pernambuco.



Fonte: Juliana Soares (2016)

Figura 15 - Cais do Sertão.



Fonte: Site G1(2016)

Figura 16 - Terminal Marítimo de Passageiros.



Fonte: Site Portal da Copa (2013)

O núcleo como também estava envolvido com algumas obras relacionadas com a candidatura da Copa, visando o financiamento das reformas e implementação dos projetos. O Governo de Pernambuco almejava conseguir recursos através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) da Copa. Buscava-se selecionar os projetos que atendessem a demanda pragmática utilizada pela FIFA para sediar a Copa, de forma que as obras se tornassem um legado para a cidade. Entre os projetos para o Bairro do Recife, apenas o Terminal Marítimo de Passageiros foi construído através do PAC. Segundo Brandão (2016), a principal estratégia da elaboração do projeto seriam os subprodutos complementares que deveriam ser realizados para implementação do Terminal, preconizando o interesse turístico e de lazer.

Desses projetos pensava-se na reforma das porções não-operacionais¹¹ que inicialmente deveriam ter sido realizadas por meio da iniciativa pública e posteriormente seria terceirizado. O NTOU então elaborou projetos arquitetônicos para este fim, conforme figura 17, 18 e 19, bem como projetos urbanísticos para as ruas adjacentes procurando integrar a porção ligada ao Marco Zero com as áreas próximas, além disso foi proposto a inserção de multimodais. Brandão (2016) afirma que o desenho urbano pode induzir ou evitar determinados processos, no qual para este projeto a equipe buscava propor condutas que evitassem as possíveis segregações sociais, de forma que o traçado urbano atendesse e dialogasse com os vários segmentos sociais.

Diante da não consolidação do Projeto Complexo Turístico Cultural Recife – Olinda, que segundo o ex-coordenador do núcleo, foi decorrente da fragilidade institucional. O setor

¹¹ São áreas disponíveis para operar novos usos. As áreas operacionais deveriam permanecer com atividades portuárias.

privado foi então desenvolvendo projetos pontuais e apresentando para as prefeituras (Recife e Olinda) e o Governo do Estado, de forma que muitas vezes não se integravam completamente e distorciam as diretrizes iniciais do plano desenvolvido para o Complexo. Frente a esta dispersão de concepções fragmentadas ao longo dos processos de elaboração e viabilização da execução, a iniciativa privada apresentou interesse em executar determinados projetos para o NTOU, entre eles o da construtora Camargo Corrêa, que fora aprovado posteriormente. O Governo então cedeu e disponibilizou a área para ser executada a proposta destinada aos empreendimentos privados mediante um contrato de arrendamento. Esta porção representam uma parcela significativa do *waterfront*¹² dos bairros de São José e do Recife, incluindo os armazéns e áreas adjacentes, não sendo contemplados os projetos urbanísticos e de mobilidade proposto pelo NTOU.

Figura 17 - Imagens da maquete com a proposta do NTOU para a área próxima ao Porto.



Fonte: Núcleo Técnico de Operações Urbanas (2012)

Figura 18 - Proposta do NTOU para o projeto de reforma dos armazéns.



Fonte: Núcleo Técnico de Operações Urbanas (2012)

¹² Waterfront - Denominação para as frentes d'águas marítimas ou fluviais. (MENDONÇA, 2014).

Figura 19 - Vista da Praça projetada ao lado do armazém 14.



Fonte: Núcleo Técnico de Operações Urbanas (2012)

De acordo com o ex-coordenador de operações urbanas, em vários locais do mundo diversas ações ocorrem por meio de parcerias público-privado e concessões administrativas, que na sua visão é a forma mais rentável e exequível de atuação, visto que são escassos os recursos públicos para este tipo de intervenção. Porém, reitera-se a necessidade de coordenação do setor público devendo ser o detentor do protagonismo da ação. Todavia, na prática existe uma omissão deste setor, garantindo um amplo ambiente de atuação do investidor privado em espaços prioritariamente públicos.

Aponta-se para a reversão que houve na concepção projetual e de execução, entre os projetos que foram apresentados e aprovados pelo NTOU e Prefeitura da Cidade do Recife. Inicialmente o projeto fora concebido a partir de um modelo que fazia parte da elaboração desenvolvida pela equipe técnica, porém no tramite das negociações e licitações novos projetos foram proposto, sendo estes executados conforme a disposição das atividades frente às intenções do empreendedor privado utilizando-se da prerrogativa de pesquisa de mercado. Na visão do ex-secretário existe uma tendência ao *modus operandi* no discorrer das ações, uma vez que a iniciativa privada realiza sempre o mesmo ‘modo’ de projeto e execução, por acreditar ser algo vendável e mais facilmente executável.

A partir da concessão administrativa, em 2010 é implantado o Projeto Porto Novo Recife que consiste nas reformas dos armazéns sendo destinados à atividade comercial de escritórios, restaurantes, bares, lojas de entretenimento e comerciais; contando com espaços para exposições e eventos fechados e o shopping exclusivo de gastronomia e entretenimento de

Pernambuco, como mostram as imagens 20 e 21. E ainda no Bairro de São José, é proposta a construção de um hotel com no mínimo 200 unidades, em padrão igual ou superior a três estrelas com centro de convenções integrado ao hotel e uma marina. (PORTO DO RECIFE, 2016). Estas propostas se integram às ações do setor público compondo assim, o Projeto Porto Novo Recife. Segundo o diretor do Projeto Porto Novo Recife, Romero Maranhão (2014) “Os empreendimentos vão ajudar no renascimento do Recife Antigo, contribuindo para a retomada econômica do bairro, que é tão bonito”.

Figura 20 - Armazéns do Porto após a reforma.



Fonte: Juliana Soares (2016)

Figura 21 - Shopping gastronômico nos Armazéns do Porto.



Fonte: Juliana Soares (2016)

3.3.4 Os rumos do Pilar e as experiências dos planos urbanísticos

A comunidade do Pilar, encontra-se inserida em um local central da cidade, toda via em decorrência da sua dinâmica econômica, precária infraestrutura, díspare condição social e ocupações informais em relação ao restante do bairro, existe uma distinção no tocante às promoções designadas ao conjunto formado pelo Bairro do Recife, cárcere de uma experiência de segregação social. Agravando-se ainda mais em virtude de estar fixada em uma área de preservação histórica (ZEP 09) atraindo forte interesse do mercado imobiliário.

Após as proposições que se deteve à inclusão dos moradores da comunidade do Pilar na elaboração do Plano de Reabilitação do Bairro do Recife em 1986, este local vivenciou longos anos sem que houvesse uma ação mitigadora específica para a requalificação urbanística da população que o habitava, uma vez que o PRBR apenas apontavam ações de diversificação dos usos na área do setor de Renovação Urbana na qual a comunidade estava inserida, fora proposto também um Centro Múltiplo do Pilar e algumas habitações, porém não apresentava direcionamento do deslocamento dos habitantes locais, bem como não foram realizadas as obras decorrentes da proposta do plano. A demanda populacional só crescia na área juntamente com

os altos índices de pobreza, e a relocação da comunidade passa a ser questionada (LACERDA, 2007).

Somente em 2002, a Prefeitura do Recife, sob nova gestão que assume um governo voltado a atender classes sociais mais baixas, viabiliza propostas opostas às medidas de relocação. Visando então, garantir e assegurar a moradia e inclusão da comunidade no local, propõe assim o Programa de Requalificação Urbanística e Inclusão Social da Comunidade do Pilar (PRUISCP). Conforme Nery (2012) a implantação das propostas dependia do acordo entre a PCR, Governo do estado e o Porto do Recife, uma vez que o território pertencia a União, mas estava arrendado ao Porto de Recife sob a gestão do Governo do Estado. Ficando acordado que a quadra 40 seria cedida pelo Porto em troca de outra parcela de terra, porém o acordo não foi cumprido e o programa não pôde ser implantado. No projeto do Complexo Turístico Cultural Recife Olinda – (CTCRO), constava entre os objetivos uma proposição para a área do Pilar, o qual foram incorporadas as propostas de requalificação urbanística do Pilar.

Em 2007 o território que se localiza a comunidade foi cedido em definitivo para o município. Ao longo dos cinco anos (2002 a 2007) o PRUISCP foi atualizado e ampliado as suas propostas, passando de quatro para seis quadras de intervenção, uma vez que era crescente o número de ocupações no local. O projeto arquitetônico e urbanístico do PRUISCP foi elaborado pelo Departamento de Preservação do Patrimônio Cultural (DPPC) da Secretaria Municipal de Cultura (NERY, 2012). Em seu escopo as propostas sustentavam-se a partir de três componentes: inclusão socioespacial, requalificação urbanística e valorização do patrimônio (PREFEITURA DO RECIFE, 2010). Sendo finalmente apresentado para a comunidade no final do ano de 2007, juntamente com o cadastramento de 537 famílias. Porém, somente em 2010 foi iniciado o processo de implementação, custeada com verbas federais através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). As obras deveriam ser concluídas em três anos e meio.

No âmbito da requalificação urbanística recuperaria 26.234,23 m², propondo a melhoria da infraestrutura urbana (redes de água, esgoto, drenagem, pavimentação, iluminação pública) propondo novos acessos e praça, bem como, novos conjuntos habitacionais (588 novas unidades), espaços de coleta seletiva, construção da escola municipal com quadra poliesportiva, postos de saúde, creches, e a criação do mercado público que abrigaria comerciantes da própria comunidade. No tocante às medidas ligadas à valorização do patrimônio histórico cultural, deveria ser feito o acompanhamento e prospecção arqueológica

das escavações que ocorressem ao longo das construções; reforma da Igreja do Pilar existente na área e tombada pelo IPHAN, a partir de um projeto de restauro que garantisse o uso pela comunidade; bem como, promover a visibilidade do Forte do Brum; e integrar a área com o Sítio histórico do bairro. (NERY, 2012)

Para atender os preceitos dos componentes ligados à inclusão socioespacial da comunidade foi implantado o Projeto de Trabalho Técnico Social (PTTS) coordenado pela equipe social da URB-Recife. No qual iria realização o diagnóstico da área e atuar juntamente com a comunidade propondo ações que atendessem ao objetivo principal, a promoção da inclusão da população no PRUISCOP. De acordo com o escopo do PTTS, as implantações teriam os seguintes objetivos: a organização comunitária, estimulando a participação social nas etapas do programa; a capacitação profissional e geração de trabalho e renda sem afastar-se dos seus espaços de moradia; permitir o acesso à moradia para todos os moradores registrados; preocupação com a educação patrimonial e ambiental dos envolvidos nos projetos e ainda o acesso aos equipamentos públicos. Para a metodologia, a equipe social iria estar fixada no local para apresentação dos projetos e realização de oficinas educativas mediante contato direto dos técnicos com a comunidade (PREFEITURA DO RECIFE, 2010).

A figura 22 apresenta a demarcação das quadras na situação anteriormente ao início das obras, onde deveriam ser realizadas às proposições contidas no PRUISCOP contemplando seis quadras (25, 45, 46, 55, 40 e 60). A figura 23 demonstra a perspectiva geral do projeto, destinando à habitação as quadras 45,46, 55 e partes das quadras 40 e 60 onde serão construídos os blocos habitacionais. Como mostram as imagens 24, 25 e 26.

Figura 22 - Demarcação das quadras anterior ao início das obras.



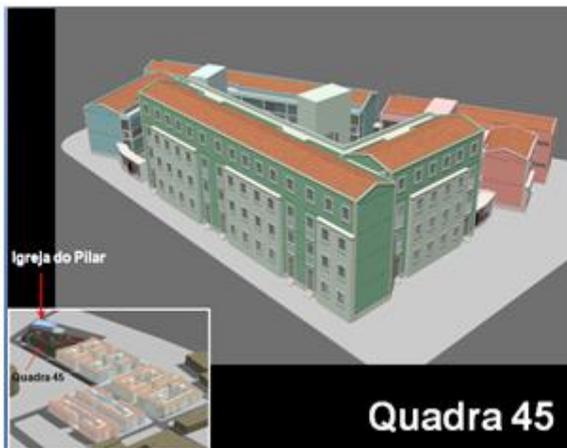
Fonte: PCR (2008 apud NERY, 2012)

Figura 23 - Perspectiva geral do PRUISCP



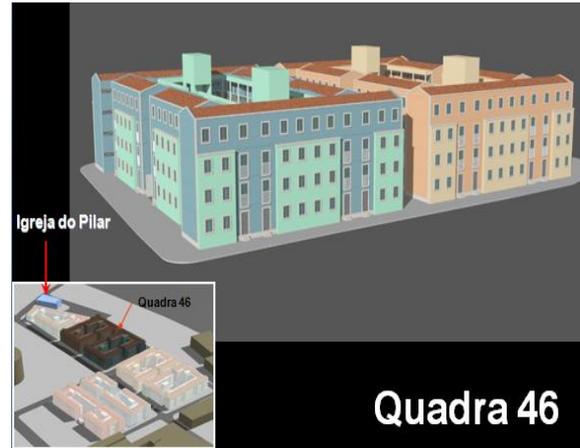
Fonte: URB/ RECIFE (2007)

Figura 24 - Imagem virtual dos habitacionais na quadra 45.



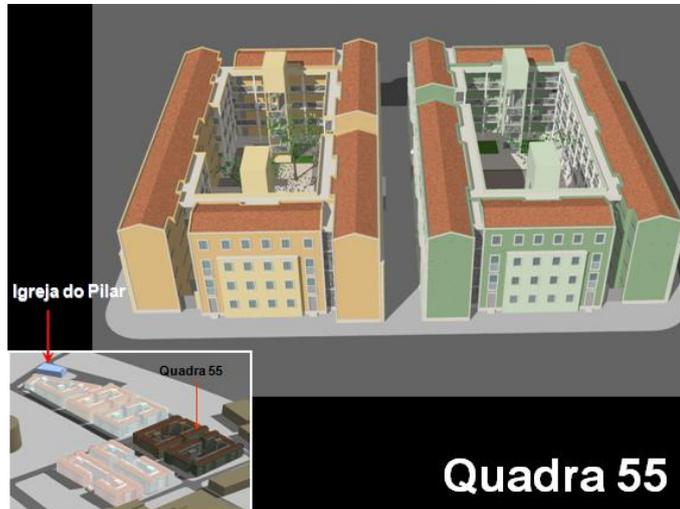
Fonte: URB/ Recife (2007)

Figura 25 - Imagem virtual dos habitacionais na quadra 46.



Fonte: URB/ Recife (2007)

Figura 26 - Habitacionais na quadra 55 na perspectiva do PRUISCP.



Fonte: URB/ Recife (2007)

A quadra 25 é destinada à praça para área de convívio da comunidade. Já a quadra 60, parte dela destina-se ao uso habitacional e outra parte para a construção de um mercado público incorporando à edificação as ruínas existentes. A figura 27 mostra a perspectiva virtual do mercado. Ficando os prédios da escola e do posto de saúde na quadra 40.

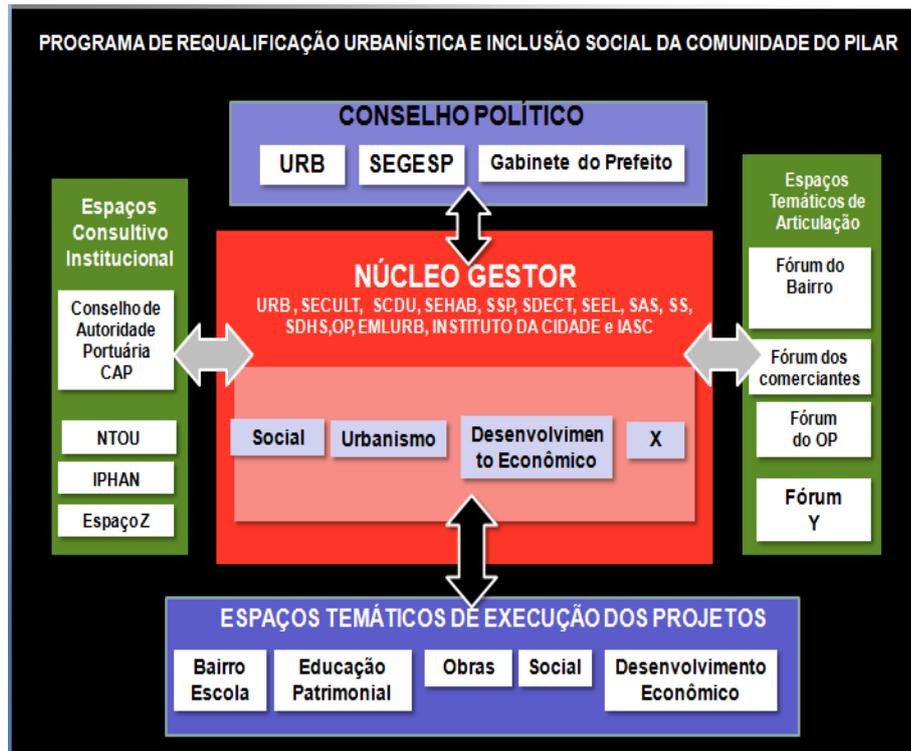
Figura 27 - Desenho virtual do mercado público.



Fonte: URB/ Recife (2007)

Para viabilização da gestão na implantação do programa foi instituído o Grupo de trabalho (GT). Tendo como principal atribuição a articulação com as secretarias e órgãos envolvidos no programa para viabilização das propostas contidas entre os três componentes constituintes - inclusão socioespacial, requalificação urbanística e valorização do patrimônio. O GT foi formado por representantes de diversas secretarias e órgãos públicos, entre eles: a secretaria de saúde, juventude, assistência social, turismo, direitos humanos e segurança cidadã, serviços públicos, controle e desenvolvimento urbano e de obras, educação, esporte e lazer e uma coordenadoria do orçamento participativo. Conforme organograma representado na figura 28.

Figura 28 - Organograma do funcionamento do Modelo de Gestão do PRUISCP.



Fonte: URB/Recife (2007)

CAPÍTULO IV AS INTERVENÇÕES URBANAS E A INTEGRAÇÃO SOCIOESPACIAL

A partir da investigação a respeito dos planos e projetos ao longo das últimas três décadas propostos para o Bairro do Recife, este capítulo buscará identificar os princípios norteadores das respectivas ações, bem como a legitimidade e os espaços de participação social, a fim de analisar se as intervenções proporcionaram a integração socioespacial ou a gentrificação.

Com base na metodologia, foram definidos quatro critérios analíticos: Objetivos das intervenções – considerando os princípios constituintes da proposta e o cumprimento ou não dos mesmos; novos dispositivos legais e/ou modificações na legislação existente; modos de operação – verificando aspectos ligados à operacionalização das ações através das iniciativas públicas e/ou parcerias privadas; formas de participação social – com o objetivo de analisar se houveram instâncias de participação dos envolvidos na elaboração, a satisfação na implementação e processos sociais decorrentes da ação. Para esta investigação foram analisados os respectivos planos e projetos de intervenções para o Bairro do Recife e documentos públicos, entre eles: relatórios de reuniões, pareceres, boletins, reportagens de jornais e os programas dos planos e projetos propriamente ditos. Foram feitas entrevistas com os atores envolvidos no processo como: gestores públicos, moradores e comerciantes locais. Também aconteceram visitas na área para registros fotográficos das intervenções. Ao término do capítulo é apresentada uma avaliação a cerca da configuração espacial atual do Bairro do Recife, a qual se propõe analisar as transformações sucedidas no tocante às relações dos agentes envolvidos no espaço ao longo dos anos, oriundas das diversas intervenções ocorridas e os seus efeitos.

4.1 EVIDÊNCIAS DA POSSIBILIDADE DE INTEGRAÇÃO A PARTIR DAS AÇÕES NO BAIRRO DO RECIFE

4.1.1 Objetivos das intervenções

Neste primeiro critério foram verificados os objetivos e princípios elencados nas intervenções frente ao cumprimento aos quais designavam atender. Tem-se que: no plano de Reabilitação do Bairro do Recife de 1986, apresentava um caráter “social” a partir de uma gestão territorial integrada com a população. O princípio fundamental atendido com este plano foi fomentar as

discussões a respeito das propostas para o bairro, principalmente para as camadas sociais menos abastadas, porém não atingindo a fase de execução. Como afirma o arquiteto do Escritório do Bairro que atuou na década de 1990, o plano emergiu a preocupação em manter uma relação com os envolvidos e propor projetos que viabilizassem a permanência dessas pessoas no local. Foram analisados os procedimentos para coletar as necessidades com a população local e interagir com as pessoas, principalmente durante a gestão atuante no ano de 1988. O plano contemplava também, atrair novos usos como algumas lojas comerciais, restaurantes e eventos artísticos aproximando o público de antigos bares locais. Além de proposições para inserir órgãos públicos, conseguindo assim, a instalação da Secretaria de Planejamento de Pernambuco, a Secretaria de Administração, e um anteprojeto elaborado que posteriormente seria executado para o Tribunal Regional Federal. Pode-se compreender que estas ações propiciaram atratividade e novos usos para o bairro. Conforme o ex-coordenador que atuou no Escritório do Bairro relata abaixo.

Este plano serviu para chamar atenção para o centro. Teve êxito, principalmente no final dos anos 80 com a chegada do Circo Voador que se localizava no terreno atualmente ocupado pelo Tribunal Regional Federal, onde eram realizados diversos shows, o que gerou o interesse de alguns artistas e pessoas ligadas às artes em habitar o bairro (ROMERO PEREIRA, ex-coordenador do escritório do Bairro. Entrevista realizada no dia 27 de outubro de 2016).

Porém, verificou-se que os projetos destinados às camadas populares não foram realizados, em decorrência da ausência de investimentos. A modificação da gestão resultou na falta de interesse político para que grandes ações fossem concretizadas. Sendo realizadas apenas, ações pontuais como pinturas, limpeza de galeria, aumento da iluminação pública, entre outras.

O plano de Revitalização do Bairro do Recife, concluído em 1992 enfatiza-se muito como princípio cardinal a atração das atividades turísticas para o bairro, dinamizando o local através de incorporação de novos usos, entre eles o comércio e o lazer. Para Zanchetti e Lacerda¹³ no tocante à avaliação das implementações das ações, o plano consistiu em quatro fases: a primeira inicia-se na implantação em 1993 resultando em obras destinadas à recuperação dos espaços públicos, principalmente na área entre a Av. Marquês de Olinda e a Praça do Arsenal da Marinha. E conforme analisado a grande ação neste período foi a reabertura da Av. Alfredo

¹³ Trabalho de avaliação do desempenho da implantação do Plano de Revitalização encomendado pela Prefeitura no ano de 1997. In: (ZANCHETTI, MARINHO, LACERDA, 1998).

Lisboa que permitiu atrair o fluxo de veículos entre a zona sul da cidade e Olinda passando pelo bairro e conseqüentemente proporcionou maior visibilidade ao local.

A segunda fase, em meados do ano de 1993, caracteriza-se pela intensa busca do poder público em atrair parcerias com empresas privadas, entre elas a elaboração do projeto Cores da Cidade. Já terceira fase, entre o ano de 1994 e o início de 1995, foi analisada como um período crítico da implantação, visto que o Cores da Cidade não teve grande adesão, os envolvidos não acreditavam no êxito do programa. Segundo o ex-coordenador do Escritório do Bairro do Recife, no ano de 1994 o prefeito da época, Jarbas Vasconcelos, esteve em Salvador, no qual ocorrera uma importante intervenção recuperando quatro quadras no Pelourinho, o prefeito fica admirado com a execução e êxito das ações. Voltando para Recife, o prefeito questiona o coordenador a respeito da diferença ocorrida entre as intervenções no bairro comparando ao Pelourinho, este afirma que existia um grande diferencial na tipologia dos locais e principalmente a falta de investimento por parte da Prefeitura do Recife para com a revitalização do bairro. Diante do exposto o prefeito segue com a equipe técnica para os órgãos responsáveis com a execução definindo as prioridades que deveriam ocorrer e reintera o compromisso em acelerar o cumprimento dos projetos.¹⁴

A equipe definiu como método de implementação que as ações iriam ocorrer prioritariamente no Pólo do Bom Jesus. Diversos imóveis de proprietários que não tinham condições ou intenção de aderir ao projeto Cores da Cidade foram desapropriados, e então a prefeitura se responsabilizou pela restauração. Iniciava-se também, as obras de recuperação de calçadas, ordenação da fiação elétrica, mobiliário, entre outras intervenções urbanas. Neste período discorriam as ações para viabilizar as propostas destinadas ao Pólo. Conforme afirma Romero Pereira, foi intensificada a oferta dos imóveis restaurados para donos de bares e restaurantes, o primeiro dele foi o El Paço. De fato a consolidação e sucesso do plano ocorreu na quarta fase (segundo semestre de 1995 até 1996) frente ao empenho da Prefeitura e órgãos responsáveis em atuar no bairro intensifica-se a adesão ao projeto Cores da Cidade, bem como a atração de vários bares e restaurantes propiciando a vitalidade e a exequibilidade do objetivo inicial que era atrair investimento e dinamizar o Pólo alvo da intervenção, sendo exitoso quanto à presunção de usos, entretanto não se tem informação quanto às proposições para as ruas adjacentes, que se apresentavam esvaziadas.

¹⁴ Entrevista realizada com Romero Pereira do dia 27 de outubro de 2016.

De acordo com a análise do desempenho do PRBR realizada por Lacerda e Zancheti (1995), baseado na implementação do projeto no Pólo do Bom Jesus houve um êxito, uma vez que 66% da área total do Pólo fora recuperada e de fato conseguiu atrair investidores e novos comerciantes principalmente para a Rua do Bom Jesus, porém não houve uma continuidade. Em relatos dos comerciantes locais é possível verificar essa afirmação.

Tudo mudou muito, o movimento não é mais o mesmo daquela época, ninguém quer ir para lugar apagado. Os bares que existiam aqui não duraram por muito tempo por falta de eventos culturais e investimentos que atraísse o público, além disso a violência foi crescendo exatamente por não ter segurança (CARLOS, garçom do bar chamado Fiteiro, na década de 1990 trabalhou no restaurante Porto Fino. Entrevista realizada no dia 03 de novembro de 2016).

Era o maior Pólo Turístico da cidade, essa rua (Bom Jesus) era um agito, a cidade toda conhecia, o faturamento era muito bom, antigamente tinha segurança e apoio, hoje em dia não existe investimento. Não tem mais eventos e o número de cadeira foram limitados. O bairro foi ficando inseguro e pouco atrativo. Dos antigos bares só tem três que continuam funcionando. (MANOEL SILVA, gerente de restaurante Arsenal do Camarão localizado na Rua do Bom Jesus. Entrevista realizada no dia 06 de novembro de 2016).

No decorrer desta ascensão, emergem o chamado “canibalismo urbano e autofagia”, termos usado por Romero Pereira para descrever o conflito que surgia, uma vez que, era crescente o número de estabelecimento que ocupavam a Rua do Bom Jesus, complicando até mesmo o acesso, segundo ele a rua ficava lotada sem que houvesse um ordenamento, os próprios investidores apresentavam um perfil pouco comprometido com as questões de acessibilidade, cooperação e ordenação do local. Em decorrência desse conflito foi constituída a Associação dos Bares e Comerciantes do Bairro, porém este tipo de oferta teve uma transitória passagem, uma vez que ao longo dos anos os clientes foram deixando de frequentar.

Ao reunir os relatos dos envolvidos na época e de gestores conclui-se que em determinado momento, principalmente no Pólo Bom Jesus o plano teve sucesso diante a reintegração do bairro para a cidade, chamando atenção para o local atraindo investimentos imobiliários, e ainda demonstrando a possibilidade de ocupação de uma área central que estava totalmente degradada. Zanchetti e Lacerda (1995) corroboram com a análise, uma vez que o plano atingiu o seu objetivo em dado momento. O Pólo Alfândega também recebeu investimentos, transformando o prédio da antiga Alfândega em um shopping Center; o restauro da Igreja Madre de Deus e obras urbanas no entorno, atraindo investimentos.

Verificou-se no tocante à proposição objetivando dinamizar o bairro durante todo o dia, que não houve apropriação efetiva da atratividade quanto ao uso habitacional. Que também apresentava grandes entraves que dificultava o interesse da população em ocupar o bairro, como falta de segurança, presença de grande quantidade de pombos, elevado custo de restauro das edificações, e também por não ter lugares disponíveis para estacionar os veículos e serviços complementares, não apresentavam atrativos para o uso habitacional.

Em entrevista com o morador do bairro há 14 anos, ele afirma que “o governo busca transformar isso aqui em um grande centro de diversão” observando que houve um grande erro estratégico uma vez que a ocupação por bares e restaurantes utiliza apenas os pavimentos térreos, os demais pavimentos ficam vazios. Representa um uso não permanente “restaurante e bar é moda, não houve incentivo para ocupação para escritórios, residências, ou seja, um misto de atividades” (MARCOS SIMÃO, morador da Rua do Apolo. Entrevista realizada no dia 06 de novembro de 2016).

Conclui-se que o ápice vivenciado no Pólo Bom Jesus teve um curto prazo e o plano não foi atualizado nem reformulado, conforme constavam nas suas diretrizes. E ainda, não representou uma efetiva apropriação por parte dos usuários que garantisse a continuidade do uso durante todo o dia, além do não cumprimento das ações previstas em outros pólos de intervenção.

O PRBR apontava a capacidade local em receber atividades ligadas ao setor da tecnologia propondo assim novos usos. Atingindo este objetivo quando implantado o importante parque tecnológico - O Porto Digital. Este, não se trata de um plano urbanístico coeso, e sim um determinado projeto existente no bairro que contemplam efeitos na dinâmica e nova conformação. Analisando as premissas contidas na institucionalização que compreende o Porto Digital é possível avaliar que existe um cumprimento dos seus objetivos, sendo inclusive considerado o melhor parque tecnológico do Brasil nos anos de 2007, 2011 e 2015, pela Associação Nacional de Promotoras de Empreendimentos Inovadores (PORTO DIGITAL, 2016). Diante deste progresso não mais suportado pela oferta imobiliária do Bairro do Recife o Porto Digital vem expandindo suas áreas territoriais, passando a agregar partes dos bairros da Boa Vista, Santo Antônio e São José. Para o Presidente do Porto Digital, Francisco Saboya (2015) a proximidade das empresas é uma grande vantagem por concentrar grande quantidade de competências voltada para um mesmo intento. Porém, o presente trabalho refere-se à uma análise crítica recorrente ao espaço urbano do Bairro do Recife e as

relações das intervenções dentro do território, devendo voltar-se a avaliar o cumprimento de ações ligadas ao bairro. Diante da intensa dinâmica no tocante às inovações tecnológicas, pouco se tem proporcionado neste aspecto para o bairro. Ao analisar o prospecto do Porto Digital (2016) e entrevistas com técnicos desenvolvedores das empresas envolvidas com o PD, as principais contribuições em nível de desenvolvimento local a partir de ações voltadas para o espaço urbano do bairro desde a sua implantação teria sido a introdução de carros elétricos (ainda em fase de teste) e bicicletas compartilhadas. Além do restauro de aproximadamente 50 mil m² de área dos imóveis anteriormente degradados. Verifica-se que em decorrência da existência do Porto Digital foi possível dinamizar a área, contudo isso só ocorre em determinadas horas do dia, apenas algumas empresas funcionam 24 horas e ainda com um baixo fluxo de pessoas.

No tocante às ações que o PRBR previa, ressalta-se a necessidade em requalificar a área em que se localiza a comunidade do Pilar, extremamente degradada. Constava a indicação de um projeto de intervenção específico para o local. Em 2007 é definida a conformação e ações que seriam propostas para este projeto específico. Conforme reportagem do Diário de Pernambuco (2007) os moradores acreditavam que de fato iria haver a esperada requalificação: “com fé em Deus esse projeto agora vai sair do papel” afirma a moradora do Pilar. O plano previa sua conclusão em três anos e meio, o início das obras só aconteceu em 2010. Passados oito anos da apresentação da proposta, apenas 10% do trabalho apresentado havia sido concretizado (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2015 apud PORTAL G1, 2016).

O descontentamento da comunidade é intenso, uma vez que desde 2002 existe a promessa de uma urbanização para o local, apenas em 2010 uma pequena parcela dos habitacionais foi entregue. De acordo com o morador do Pilar e líder comunitário que participou da Comissão de acompanhamento de obras, na execução e entrega das unidades habitacionais faltaram coordenação e ordenamento, “muitas pessoas foram desapropriadas e ficando durante longos anos recebendo um auxílio moradia no valor de R\$200,00, inclusive eu” (IBSON SILVA, morador e ativista social do Pilar. Entrevista realizada no dia 25 de outubro de 2016). No ato da entrega de parte dos habitacionais prometido, não houve uma prioridade por pessoas que recebiam o auxílio moradia. De acordo com os representantes da comunidade, muitas pessoas que tinham casa em condições medianas foram para os habitacionais, enquanto outras em condições precárias de habitação até hoje não foram contempladas. Em 2012 foram entregues a primeira parte dos habitacionais e somente em 2016 mais um bloco, totalizando 192 unidades do total de 588. Quanto ao nível de execução e acabamento dessas unidades entregues, muitas

apresentaram problemas e precárias condições. De acordo com a matéria do Portal G1 (2016) frente a não conclusão do projeto o Ministério Público Federal – MPF estabeleceu um novo prazo para a Prefeitura finalizar as obras comunidade do Pilar, ficando definido o prazo até o dia 30 de setembro de 2016, até o presente momento da pesquisa essas obras ainda não foram entregues. Portanto este plano não atendeu os seus objetivos e princípios.

Os projetos Porto Novo e Porto Novo Recife nasceram a partir de uma proposta metropolitana, e que ainda está em fase de conclusão. Tem-se apresentado como agente modificador no espaço urbano, interferindo nas relações dos envolvidos com o local. Pode ser analisado que atendeu ao objetivo de requalificar a área portuária atraindo investimentos e propondo novos usos ligados ao lazer e turismo. Porém, ao verificar os usuários e pessoas que se relacionam com os projetos percebe-se voltado para um determinado público que utilizam o espaço alguns horários e dias específicos, principalmente nos finais de semana. Na pesquisa foram identificados que o projeto executado não representava as proposições iniciais feitas pelo NTOU, como também não foram executadas as ações que proporcionariam uma integração com o restante do bairro, não cumprindo plenamente os objetivos anteriormente colocados.

De forma sistêmica é possível concluir quanto aos objetivos das intervenções que apresentaram basicamente os princípios voltados à atender a demanda de atrativos de lazer e turismo, o que tem gerado um fluxo efêmero e voltado para públicos específicos e que não convergem para uma apropriação efetiva do espaço, resultando áreas que não foram contempladas nas intervenções. Além disso, não são verificadas ações para a comunidade do Pilar, apenas no plano de requalificação urbanística, porém ainda não foram concretizados e com isso não atingiu os seus objetivos.

4.1.2 Novos dispositivos legais e/ou modificações na legislação existente

Este critério tem como objetivo identificar se em cada plano e projeto analisados foram estabelecidos novos mecanismos legais e/ou modificações na legislação urbanística e fiscal existente. No primeiro plano analisado, o Plano de Reabilitação da década de 1980 era proposto à isenção fiscal e abatimento no IPTU para os proprietários que aderissem as ações de restauro dos imóveis. Em seguida, o Plano de Revitalização do Bairro do Recife retoma o incentivo com descontos fiscais. No que se refere às modificações da legislação, este plano

merece destaque, afinal apresentava um anteprojeto que instituiu posteriormente a Lei específica 16.260/97, modificando a legislação anterior que setorizava o bairro a partir das proposições de intervenção para cada setor, normatizando o caráter que se destinava. A referida lei se encontra em vigor até os dias atuais.

O projeto do Porto Digital, por se tratar de um empreendimento que corresponde à um parque tecnológico sua atuação ocorre a partir de legislação específica e de um regimento interno próprio. Constam leis municipais e estaduais que institucionalizam a operação do Porto Digital, entre elas a Lei municipal n.º 17.244, de 27 de julho de 2006, no qual institui os incentivos ao Porto Digital mediante a concessão de benefícios fiscais aos estabelecimentos, contribuintes do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN). "Art. 8º A alíquota incidente nas atividades previstas no Art. 1º desta Lei, incidente na prestação de serviços dos contribuintes participantes do programa de incentivo ao Porto Digital, será de 2% (dois por cento)." (Lei nº 17.942/2013 que altera a Lei nº 17.244/2006). Além de redução ou até mesmo isenção total do IPTU por até 10 anos para as empresas que realizarem reformas e se instalarem em edificações históricas no Bairro do Recife (PROSPECTO PORTO DIGITAL, 2016).

Quanto ao Programa de Requalificação Urbanística e Inclusão Social da Comunidade do Pilar não se tem documentações ou comprovações a respeito das alterações na base legal.

O último projeto analisado, o Porto Novo Recife, também não criou nenhuma nova lei que alterasse os parâmetros urbanísticos do local mesmo sendo mediante uma operação urbana que permite uma determinada flexibilização na legislação. A criação de nova legislação não aconteceu por se tratar de reformas em imóveis já existentes. Para sua implementação o projeto foi baseado no estudo de ocupação decorrente da análise de viabilidade feito pela Empresa Porto do Recife S.A. No que se refere à implantação das normas urbanísticas o projeto seguiu a legislação de proteção patrimonial e a legislação Urbanística Municipal (Lei Municipal 16.290/97), sendo a área constituinte do setor de intervenção controlada da ZEPH 9 (Zona Especial de Preservação Histórica).

De maneira geral pode ser analisado que em quase todos os planos e projetos explorados foram inseridos uma flexibilização da legislação fiscal, concedendo incentivos mediante isenções ou descontos fiscais para atrair investidores. Apenas o plano de revitalização apresentou um proposição de modificação da legislação urbanística, designada na setorização do bairro.

4.1.3 Modos de operação

Quanto ao terceiro critério, tem como objetivo analisar os modos de operação para a viabilização das propostas elaboradas para o Bairro do Recife. Sendo recorrente o aspecto das operações urbanas mediante parcerias público-privadas. O plano de reabilitação da década de 1980 discorreu a partir da inserção de uma equipe de planejamento desenvolvido no próprio local da intervenção, o Escritório do Bairro, preconizando a gestão local. Porém, o principal entreve foi a dificuldade em adquirir investimentos que permitissem a execução das proposições. A segunda intervenção analisada, o plano de revitalização, ocorre mediante uma elaboração mais ampla do que o plano antecessor. Surgiu com a intencionalidade de criar um espaço propício para captação de investimentos privado, através de diretrizes que deveriam ser executadas a partir das parcerias entre o setor público e privado.

Já o Porto Digital atua através da iniciativa privada, pública e de universidades, sendo gerenciada basicamente de forma privada mediante uma organização Social (O.S.), instituição sem fins lucrativos, qualificada pelo Governo do Estado denominado Núcleo de Gestão do Porto Digital (NGPD) que atua como mediadora e coordenadora das ações entre o setor público e privado. Já o modelo operacional do Programa de Requalificação Urbanística e Inclusão Urbana da Comunidade do Pilar foram integralmente mediante ação da iniciativa pública, através de financiamentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDS) e pela Caixa Econômica Federal (CEF). Na elaboração do programa foi criado o grupo gestor que realizou a articulação entre as secretarias e órgãos envolvidos no programa, pertencentes aos governos estaduais e municipais.

Diferentemente dos planos de reabilitação e revitalização anteriores, o projeto do Porto Novo Recife discorre a partir da criação de uma instituição governamental que surge exclusivamente para a concretização de projetos ligados às operações urbanas, o Núcleo Técnico de Operações Urbanas (NTOU), em comparado com o primeiro plano da análise, existe um distanciamento da área técnica para com o espaço urbano, voltando-se prioritariamente à demanda de mercado externa. Demonstra-se com este projeto, o apogeu das intervenções através da parceria pública com o setor privado para que possam ser viabilizadas as ações planejadas. Verificou-se uma reversão projetual, a partir do momento que a iniciativa privada descumpra as diretrizes propostas pelo NTOU este que por sua vez, perde o domínio sob a ação.

Ao analisar os modos de operação das intervenções em questão, pode-se perceber uma modificação quanto ao distanciamento das equipes técnicas que atuaram na elaboração das ações. Uma vez que, inicialmente na década de 1980 com o Plano de Reabilitação preocupou-se com o planejamento territorial, inserindo a própria equipe técnica na escala central que analisava a realidade local. Percebe-se também que neste momento as parcerias do setor público e privado não tinha uma efetivação, minimizando as possibilidades de execução dos projetos. Porém, ao longo do processo de intervenção estes tipos de operações urbanas vão sendo ampliadas, e diversas propostas foram desenvolvidas para atrair os investidores privados, culminando no projeto do Porto Novo Recife que foi elaborado em escala bem mais distante da realidade local a partir de projetos metropolitanos. O setor público concedeu o espaço para os investidores privados realizarem a operação mediante seus próprios interesses.

4.1.4 Participação social

Outro critério de análise foi a participação social relacionada com as formas de controle popular, tendo como objetivo analisar a existência ou não de instâncias de participação dos agentes envolvidos na elaboração, bem como a satisfação da população relacionada com a intervenção ao ser implantada. E também a análise de possíveis processos decorrente da nova conformação resultante da proposta.

No plano de reabilitação por preconizar a gestão territorial com um planejamento em contato com a população, a partir da instalação do Escritório do Bairro localizando no próprio local a ser intervindo, houve uma preocupação em cadastrar e captar relatos dos envolvidos, conforme verificado nos relatórios técnicos das reuniões e relatos dos coordenadores da equipe. A ação denominada Memória e Movimento resgatavam as histórias e relações dos envolvidos com o bairro. No âmbito das proposições ocorreram aplicações de questionários e entrevistas principalmente com a comunidade existente no bairro para definição dos projetos a serem desenvolvidos, conforme analisado nos anexos 01 e 02. Existia uma preocupação quanto à destinação que seria dada aos projetos, priorizava-se a manutenção e consolidação dos serviços e comércios prestados pelos moradores no bairro, havendo a necessidade de propor ações que viabilizassem a permanência dessas pessoas no local, entre eles as propostas da habitação coletiva, restaurante popular e o Núcleo de cooperativa/ Obra Escola, entre os demais projetos. Porém, como já foram mencionados, poucos desses projetos de fato foram concretizados. Não atingindo o grau de satisfação esperado pelos habitantes locais.

No Plano de Revitalização do Bairro do Recife não foram encontrados registros de participação social quando a elaboração do plano. De acordo com técnicos da prefeitura a não efetivação de processos de participação não foi proposital, ou seja, não foi pela falta de interesse da prefeitura, mas sim porque o bairro encontrava-se praticamente desocupado. Propondo assim, dinamizar e revitalizar o Bairro do Recife de forma que atraíssem o turismo e o comércio. Porém, cabe ressaltar que mesmo em condições precárias existiam indivíduos que viviam no bairro, bem como antigos comerciantes e pessoas que prestavam serviços, além da Comunidade do Pilar que como até os dias atuais permanecem no local. Verificou-se que estas pessoas não foram envolvidas no processo de revitalização, nem mesmo tinham conhecimento das ações que seriam implantadas, conforme relatos abaixo dos comerciantes e moradores do local.

Meu bar existe desde a época da boemia do bairro, era do meu pai e passou para mim. Nunca participamos, nem soube de nenhum projeto aqui. O que eu sei era que antigamente no Bairro do Recife tinham atividades ligadas à baixa meretriz, daí a prefeitura foi tirando essas atividades daqui. Muitos comerciantes e prostitutas que sobreviviam aqui tiveram que procurar outros cantos. (PROPRIETÁRIO DO BAR 28. Em entrevista realizada no dia 25 de outubro de 2016).

Aqui tinha muita prostituta, mulher direita não vinha pra cá, isso aqui antes era uma zona, mas depois o bairro mudou muito [...] eu nunca soube de nada para o bairro, a gente só ia percebendo as mudanças porque muitas pessoas que viviam aqui foram para áreas próximas à Praça do Diário, Praça da República, e favela né? [...] até mesmo os bares safados que eu ia fecharam, a Rua do Bom Jesus mesmo só tinha rico e turista”. (ANTÔNIO. Estivador aposentado, vive no bairro há 35 anos. Em entrevista realizada no dia 25 de outubro de 2016).

Eu moro no bairro há 14 anos, nunca fui procurado para nada. Eu conheço mais duas pessoas que moram aqui próximo e eles também nunca foram procurados. Não se tem a preocupação em inserir a população nos projetos. E o que eu acho pior é que nos projetos não tem como proposta o incentivo a moradia, afinal este tipo de uso é o que dá vida ao bairro. As estratégias são sempre as mesmas (MARCOS SIMÃO, morador da Rua do Apolo. Entrevista realizada no dia 06 de novembro de 2016).

No plano estava descrita a utilização de ferramentas importantes que garantissem a participação social, como a criação do Fórum e do Fundo de Revitalização do Bairro do Recife além de reuniões para debates e explanação dos projetos, de acordo com o arquiteto que atuou no Escritório do Bairro, Noé Sérgio, este tipo de instrumento foi utilizando particularmente no programa de urbanização para a comunidade do Pilar. Com tudo, na elaboração geral do plano não houve esta abertura para a participação social, o que aconteceu foram oficinas com a equipe técnica conforme anexo 04, que apresenta a lista dos participantes de uma das oficinas realizadas. No qual discorriam questão ligadas às temáticas

sociais envolvidas com o bairro, porém não contemplava a participação das diversas camadas da população.

O Programa de Requalificação Urbanística e Inclusão Social da Comunidade do Pilar apesar de ser composto por equipes sociais que tinham a função de assegurar a participação social em todas as etapas, e Grupo de trabalho (GT) que deveria articular com as secretarias e órgãos envolvidos no programa juntamente com a comunidade, não se tem documentação nem relatos que comprovem a eficiências desses instrumentos. Segundo depoimento de alguns técnicos relacionados com a gestão do GT, poucos órgãos públicos atuavam juntamente com a população envolvida, não havia a articulação e coesão das secretarias e dos envolvidos. E quanto à relação com a comunidade a grande maioria dos técnicos não tinha um efetivo envolvimento, e a articulação era realizada através do grupo designado a realizar o orçamento participativo, distanciava a equipe técnica da população.

Através da vivência do morador e ativista social, Ibson Silva, relata que inicialmente durante o ano de 2007, quando o projeto para a comunidade do Pilar foi retomado, houve parcialmente esse envolvimento de alguns técnicos com a população. Durante as reuniões muitos moradores faziam perguntas como: “aonde eu vou criar minhas galinhas”, “eu não acredito em nada disso mais”, “e se eu não quiser ficar aqui? Vocês dão outro apartamento em outro lugar?”.¹⁵ Os moradores demonstravam falta de confiança no projeto. E os técnicos não tinham condições de contemplar ou responder uma série de questões levantadas o que gerou uma descontinuidade em realizar algumas apresentações do projeto, paralisando assim, a pouca abertura que se tinha.

As possibilidades de participação foram muito discretas, não alcançando níveis de discussões do programa, eram realizadas apenas apresentações. O projeto não atendia as reais necessidades da comunidade. Conforme mostra no relato do representante do Pilar.

Muitos moradores vivem de comércio informal no local, e o projeto urbanístico não contemplava essa atividade, muito se sentiram até mesmo ameaçados em perder a fonte de renda e ainda, foram solicitadas outras instituições religiosas porque o projeto só tinha o restaura da Igreja do Pilar. A gente se preocupava com as questões de acesso para idosos e deficientes, porque o projeto não tinha proposta para isso. (IBSON SILVA, morador e ativista social. Em entrevista realizada no dia 25 de outubro de 2016).

¹⁵ Em entrevista realizada no dia 29 de outubro de 2016.

E de acordo com entrevistas com alguns moradores do Pilar afirma-se que não existiu participação efetiva da elaboração e implantação dos projetos. “Eu só soube quando vi uma maquete lá e nós ficamos olhando, mas não participamos dos projetos” (DAVISON LIMA, barqueiro. Em entrevista realizada no dia 25 de outubro de 2016). “Não tive conhecimento de nenhum projeto para a comunidade, apenas fiquei sabendo quando começaram as obras” (TELMA MARIA, moradora e ambulante. Em entrevista realizada no dia 25 de outubro de 2016).

A comunidade não dispõe de associação dos moradores, sendo uma fragilidade no tocante às possibilidades de união e cooperação entre a comunidade, gerando uma dificuldade em articular possíveis reivindicações ou lutas por melhorias. “Eu não sei o que o pessoal daqui pensa, eles vivem numa miséria e não se unem, parece que se conforma com pouco, não existe união nem associação dos habitantes” (IBSON SILVA, morador e ativista social do Pilar, em entrevista realizada no dia 25 de outubro de 2016). Poucas reivindicações foram feitas para protestar a falta de políticas urbanas para a comunidade. Somente em 2015, Igor Sancha Cruz, líder do movimento Seja a Mudança, em parceria com Ibson Silva e alguns moradores realizaram um protesto denunciando o atraso das obras de urbanização. Foram então conduzidos a Praça do Marco Zero e fincaram barracos de madeira e lona no local, conforme a figura 29.

Figura 29 - Movimento “Seja a Mudança” no Marco Zero da cidade do Recife.



Fonte: Site Jornal do Commercio (2015)

Os integrantes buscavam assim visibilidade, com placas que interrogam ‘Você conhece o Pilar?’ Uma vez que, segundo os moradores muitas pessoas que frequentam o bairro para atividades de turismo e lazer desconhecem a existência e a realidade da comunidade no local. Sendo invisível para a sociedade e também para o poder público. Através da visibilidade do

movimento conseguiram reunir as assinaturas e levaram para a PCR, porém não houve qualquer interesse por parte do prefeito, nem foram procurados por nenhuma equipe técnica. Das 588 unidades habitacionais propostas no programa, até o final da presente pesquisa apenas 192 foram entregues. As figuras 30 demonstra o interior do condomínio habitacional entregue em 2016.

Figura 30 - Habitacionais entregues para a Comunidade do Pilar.



Fonte: Juliana Soares (2016)

No tocante a falta de participação e envolvimento da comunidade com as intervenções, pode-se observar que até mesmo a grafiteagem¹⁶ realizada na fachada dos habitacionais, conforme as figuras 31 e 32, não houve relação ou discussão com os moradores, como relata o morador e ativista social da comunidade.

Aqui temos muitas pessoas que fazem grafite, mas a prefeitura pegou um cara qualquer e trouxe pra cá pra fazer isso, todo mundo ficou indignado. A gente não

¹⁶ Forma de expressão ligada às artes visuais. Representam inscrições caligráficas ou em desenhos feitas em paredes e muros de espaços públicos e privados.

tem oportunidade mesmo. Ninguém da comunidade sabe o que representa esses desenhos. E o pior é que a prefeitura fez esse grafite só nessa fachada que dá para a rua principal, o que mostra a total falta de relação da comunidade (IBSON SILVA, morador e ativista social da comunidade. Em entrevista realizada no dia 25 de outubro de 2016).

Figura 31 - Grafite na fachada bloco C.



Fonte: Juliana Soares (2016)

Figura 32 - Grafite na fachada bloco A.



Fonte: Juliana Soares (2016)

Em relação ao Porto Digital é possível analisar que até o ano de 2007 foram realizadas algumas ações que contribuíram para a comunidade através de cursos profissionalizantes ligados ao ramo de tecnologia da informação e comunicação. De acordo com o morador do Pilar que participou de alguns cursos promovidos pelo Porto Digital, afirma que existia um núcleo técnico sob gerência de Julianne Peppeu, voltado para desenvolver oficinas e cursos de capacitação que envolvia muitos moradores do Pilar, inclusive a biblioteca que era um local muito utilizado, porém em decorrência da modificação da gestão, muitos projetos e cursos foram descontinuados, assim como a biblioteca que foi desativa.

Destacam-se ações de determinadas empresas componentes do Porto Digital que promovem cursos profissionalizantes para estudantes universitários e de escola pública, selecionando depois alguns desses alunos para trabalharem na empresa. O Porto Digital conta com a instituição de ensino superior e a Escola de referência ensino médio Porto Digital no Bairro do Recife. Porém, estas iniciativas não absorvem, nem são desenvolvidos especialmente para

a Comunidade do Pilar, conforme demonstrado no relato do morador e ativista social da comunidade.

Os cursos não absorvem os moradores daqui, é necessário um nível de conhecimento alto, porque para ingressar nesses cursos é preciso realizar um concurso, o que elimina logo a maioria das pessoas da comunidade. São poucos os que conseguem se inserir nos cursos e nas oportunidades de trabalho que o Porto disponibiliza. Acabam absorvendo universitários e pessoas com um nível de conhecimento muito alto, a comunidade não tem como concorrer (IBSON SILVA, morador e ativista social da comunidade. Em entrevista realizada no dia 25 de outubro de 2016).

Em relação ao Projeto Porto Novo Recife, não foi identificado quaisquer referências ligadas aos espaços de participação social. Conforme relatos de pessoas envolvidas com o bairro, barqueiro, ambulantes, proprietários de antigos restaurantes e bares, frequentadores locais e moradores, não participaram ou souberam de apresentações nem proposições a respeito deste projeto.

Eu mesmo nunca tive conhecimento, nem muito menos participei de nada sobre a reforma desses armazéns do Marco Zero. A gente só fica sabendo quando a obra começa. Nós da comunidade do Pilar não somos inseridos naquele espaço. Os armazéns reformados não absorveram mão de obra nossa nem na construção, porque a maioria dos prestadores de serviços são terceirizados ou de outras áreas da cidade, possuem conhecimentos que muitas pessoas do Pilar não possuem [...] A maioria da comunidade não vai aos bares e museus. Vão mais na praça do Marco Zero, e poucas vezes. (IBSON SILVA, morador e ativista social do Pilar. Em entrevista realizada no dia 25 de outubro de 2016)

O morador lembra que na perspectiva gráfica da apresentação do projeto Porto Novo Recife, desenvolvido pela equipe técnica do Governo do Estado, o território correspondente à Comunidade do Pilar fora apresentada com um fundo preto. O que dava a entender que não havia uma comunidade pobre no local. “Isso mostra como a comunidade não tem importância para eles” (IBSON SILVA, morador e ativista social do Pilar. Em entrevista realizada no dia 25 de outubro de 2016).

Não tivemos conhecimento de nada, e acho que tudo piorou depois desse projeto. Vivo aqui há seis anos, e essa reforma só fez com que a prefeitura quisesse tirar a gente. Nunca fomos procurados para nenhum tipo de apresentação do projeto. A prefeitura quer tirar os pobres e ambulantes daqui (ROSE MARIA, ambulante do Marco Zero. Em entrevista realizada no dia 06 de novembro de 2016).

De acordo com o ex- coordenador de operações urbanas do NTOU, ele afirma que no decorrer do projeto existiu uma intencionalidade em atender a demanda de mercado, prioritariamente à classe média¹⁷. Fato evidenciado em muitas operações urbanas, e que neste tipo de intervenção não existe uma preocupação especial em abrir espaços para participação para camadas menos abastadas da sociedade.

Visto a importância da participação e do envolvimento social nas intervenções com forte influência no êxito das propostas, percebe-se que este critério não foi atendido na maioria das ações no Bairro do Recife. Pode ser considerado apenas no Plano de Reabilitação que desenvolveu ações mediante o questionamento e abertura para a participação social dos agentes envolvidos. Já o Plano de Revitalização, o Porto Digital e o Programa de Requalificação Urbanística e Inclusão Social da Comunidade do Pilar apesar de serem inseridos componentes e equipes designadas ao compromisso com a inclusão estimulando a participação, na prática não constam evidências que confirmem estas ações efetivamente. Comprovando a ocorrência da divergência entre o que consta na teoria e o que se aplica na prática. Quanto ao Porto Novo Recife, verificou-se que não houve elemento representante deste critério, ratificado nos relatos dos envolvidos. Comprovando assim, a inteira falta de instâncias de participação social.

4.2 AS RELAÇÕES SOCIAIS ENVOLVIDAS NO ESPAÇO

Analisando o decorrer das intervenções no Bairro do Recife, compreende-se que a sucessão de processos oriundos de diversos períodos e atores exerceram influências no tocante às relações sociais na paisagem urbana resultante atualmente. Neste item buscou-se verificar as pessoas envolvidas que efetivamente utilizam os espaços constituintes das intervenções, analisando como ocorre a interação entre os grupos sociais e de que forma se relacionam no espaço. Partindo-se da definição feita por Castel (1995) onde “inserção relacional sólida caracteriza uma área de integração. Inversamente, a ausência de participação em qualquer atividade produtiva e o isolamento relacional conjugam seus efeitos negativos para produzir a exclusão” (CASTEL, 1995, p. 13 apud ALMEIDA, 2016).

¹⁷ Em entrevista realizada no dia 07 de novembro de 2016.

Visando construir o conhecimento a partir das experiências vivenciadas pela comunidade foram realizadas entrevistas abertas e projetivas¹⁸, abordando pessoas que de alguma forma relacionavam-se com o Bairro do Recife - moradores, comerciantes, turistas, prestadores de serviços ou apenas frequentadores locais. A técnica foi realizada a partir da apreciação de fotografias contemplando determinados espaços urbanos públicos, representativos das propostas de intervenções analisadas, sendo eles: a Rua do Bom Jesus e a Rua Madre de Deus onde localiza-se o Shopping Paço Alfândega, resultantes do Plano de Revitalização, e os armazéns reformados mediante o projeto Porto Novo Recife, bem como, imagens da comunidade do pilar que ainda aguarda a intervenção, conforme as figuras 33, 34, 35, 36 e 37. Em todas as entrevistas foram mostradas as cinco fotografias. Através desta técnica é possível obter um resgate visual do interlocutor principalmente para aqueles que não tiveram conhecimento ou vivência no local, posteriormente fora questionado de que forma eles se relacionavam com os espaços mostrados, sendo registradas as informações relatadas e também interpretadas as reações dos entrevistados ao apreciarem as fotografias.

Figura 33 - Rua do Bom Jesus – Após intervenção resultante do Plano de Revitalização.



Fonte: Acerto de contas (2008)

Quando apresentadas esta fotografia, a maioria dos entrevistados relatou com saudosismo o período que a Rua do Bom Jesus vivenciou uma intensa intervenção, oriundo do Plano de Revitalização, contrariamente ao estado de abandono atual referindo-se à situação da imagem

¹⁸ Técnica visual que permite utilizar imagens e/ou documentos com o objetivo de motivar o entrevistado a recordar determinados acontecimentos, com a apreciação física facilita a exposição de lembranças e sentimentos contribuindo para a captação de dados subjetivos.

com a rua esvaziada. Como relatam os comerciantes e prestadores de serviço que vivenciaram este período e que permanecem exercendo alguma atividade no bairro.

O bairro todo mudou muito, principalmente essa rua. Aqui tinha muita prostituição, muitos bares, os marinheiros se aproveitavam. Aí com a diminuição das atividades do Porto o bairro foi ficando abandonado, mas ainda existia a vida boêmia. Foi quando a prefeitura fez com que essa gente saísse, não queriam pobre aqui. Com o projeto Cores da Cidade e outros programas a rua bombou, mas não durou muito tempo, depois passou e hoje é completamente abandonada, principalmente a noite. (IVANILDO SILVA, prestador de serviço do Porto desde 1983 e hoje trabalha no sindicato dos servidores portuários. Em entrevista realizada no dia 07 de novembro).

Antigamente tinha vida no bairro por causa desse Rua. Hoje em dia o movimento por aqui caiu muito, só na hora do almoço e alguns feriados quando tem alguma coisa é que dá mais movimentos. Tudo aqui mudou, e acho que pra pior. Não existe nenhum incentivo aqui pra mudar isso. (JOSÉ, funcionário a 30 anos da lanchonete na rua da Guia, Em entrevista realizada no dia 10 de novembro).

O bairro tinha mais gente. A rua do Bom Jesus atraía pessoas de todo canto. Aí com isso, começou a chegar muitos pedintes e gente vendendo coisa na rua. O lugar foi ficando inseguro. E rico não gosta de ser importunado, gosta de comer e beber na dele. Aí o movimento foi caindo. (CLÁUDIO, aposentado do porto. Em entrevista no dia 10 de novembro de 2016)

Essa rua era muito agitada principalmente a noite, tinha muita gente no bar. Hoje é muito diferente. O bar que trabalho só continua porque o imóvel é próprio e porque mudamos a proposta, hoje em trabalhamos mais com almoço executivo por causa dos funcionários do Porto Digital e os bancos que tem aqui perto. Mas de noite é assim mesmo (mostrando a foto da rua esvaziada) alguns turistas vem aqui mas não gera lucro. (MANOEL, gerente do bar localizado próximo à Praça do Arsenal. Em entrevista realizada no dia 06 de novembro).

Nas demais entrevistas com outros grupos envolvidos com o bairro não demonstraram significativas expressões e relatos ao analisar a imagem da Rua do Bom Jesus, apontaram como uma determinada rua do bairro. “Eu não tenho muita relação com essa parte do bairro não, é uma rua que não frequento” (SELMA, moradora do Pilar. Em entrevista realizada no dia 10 de novembro de 2016). “Eu vou nessa rua só para vender minhas coisas” (TELMA, moradora do Pilar e ambulante. Entrevista realizada em 03 de novembro de 2016).

Figura 34 - Rua Madre de Deus com o imóvel designado ao Shopping Paço Alfândega. Resultante do Plano de Revitalização.



Fonte: Site Skyscrapercity (2009)

No momento das apreciações da imagem do edifício que atualmente funciona o Shopping foi possível perceber que também não aconteceram expressivas relações com a maioria dos envolvidos. Conforme relatos “eu já fui algumas vezes nesse shopping, mas não uso com frequência” (IBSON SILVA, morador e ativista do Pilar. Em entrevista realizada no dia 25 de outubro de 2016). “Isso não é pra gente, tem poucas lojas é mais pra turista mesmo” (SELMA, moradora do Pilar. Em entrevista realizada no dia 10 de novembro de 2016). “Frequento pouco, não tem muito que fazer. Vou mais na livraria que tem ao lado” (JEFFERSON, funcionário do Porto Digital. Em entrevista realizada no dia 12 de novembro de 2015).

Porém a fotografia permitiu aos entrevistados associarem o contexto histórico do bairro, relatando as relações a partir do viés turístico e de contemplação. Como retratado nas falas abaixo.

Esse lugar é muito interessante, o bairro é lindo. Tem muitas construções históricas, as ruas parecem de antigamente. Gostaria muito de morar nesse bairro, é perto de tudo e é bastante agradável. Pena não ter muita gente usando para morar. Aqui tem estilos de prédios que vocês não vê outras áreas da cidade. Os turistas ficam super animados quando vem. (MARY, funcionária do hostel localizado no Bairro do Recife. Em entrevista realizada no dia 01 de novembro de 2016).

E ainda, “eu acho um lugar muito bonito, não tenho oportunidade de vir muito aqui. Mas sempre que posso venho passear. Vou ao Shopping mais para fazer alguma refeição, prefiro caminhar pelas ruas. Gosto de vê os prédios antigos, isso precisa ser preservado aqui” (MANOEL, morador da cidade de São Paulo. Em entrevista realizada no dia 07 de novembro

de 2016). “Eu vivo aqui há muitos anos, nunca fui nesse shopping, acho que seja algo para turista ir” (ANTÔNIO, estivador aposentado do porto. Em entrevista realizada no dia 01 de novembro de 2016).

Figura 35 - Intervenção nos armazéns resultante do Projeto Porto Novo Recife.



Fonte: Almmeida (2015)

Ao ser demonstrada a fotografia dos armazéns reformados decorrentes do Projeto Porto Novo Recife, notoriamente verifica-se certo distanciamento dos grupos envolvidos, visto que muitos alegam que não se sentem inseridos no espaço, a maioria afirma que isto acontece por causa do elevado custo dos serviços.

Do mesmo jeito que tem muito rico que não gosta de ta junto de pobre, tem pobre que não vai pra lugar de rico, principalmente quando não se sente bem, e eu mesmo não me sinto bem nesses restaurantes. Acho que quase ninguém da comunidade frequenta esses lugares. No máximo vão à praça do Marco Zero. As pessoas acham que os arrastões que estão tendo lá é feito por pessoas do Pilar, mas não é. Tenho certeza disso. A entrada e a saída da comunidade são monitoradas com câmeras de segurança. (IBSON SILVA, morador e ativista social do Pilar. Em entrevista realizada no dia 25 de outubro de 2016).

Os lugar foi reformado, ficou muito legal, trabalho bem perto mas não frequento muito, o preço é bem elevado. Poucos funcionários da empresa que trabalho almoçam lá. É mais os secretários e pessoas de cargo mais elevado das empresas, a gente tem que se virar em outros locais até mais distantes porque o preço é inviável para irmos. (JEFFERSON, funcionário do Porto Digital. Em entrevista realizada no dia 12 de novembro de 2015).

Percebem-se com isso, as diferentes inserções do espaço decorrente do poder aquisitivo dos envolvidos. “Esse armazéns aí depois dessa reforma eu não boto o pé, meu dinheiro dá pra

isso não, eu vou é pra bar safado lá pra trás” (ANTÔNIO, estivador aposentado do porto. Em entrevista realizada no dia 01 de novembro de 2016). Contudo, determinados grupos evidenciam a contribuição da reforma para o bairro, e afirmam frequentar o local, como o relato do turista “Gosto muito dos restaurantes desses armazéns, quando estou em Recife, gosto de ir a noite para esse lugar. Achei que a reforma deu uma vida nova ao lugar, antes era muito abandonado” (MANOEL, morador da cidade de São Paulo. Em entrevista realizada no dia 07 de novembro de 2016).

Sabendo-se que anteriormente à execução do projeto, já existiam atividades e prestadores de serviços próximos, foi importante analisar as relações deste grupo de pessoas com o espaço reformado. No qual verificou-se que para a maioria dos barqueiros, ambulantes e comerciantes locais que já existiam no local, o projeto Porto Novo Recife não teve contribuição para as suas atividades, ao contrário muitos afirmaram que foram até mesmo prejudicados, como pode ser analisado nas falas.

O movimento caiu mais depois desses restaurantes novos lá no Marco Zero. O cliente não vem mais pro lado de cá (Rua da Guia) porque esses restaurantes já oferece muita opção pra eles, quem é que vai sair de lá pra vim tomar maltado aqui? O cliente já tem muita opção de lazer e comida por lá, e principalmente o cliente que não tem interesse em conhecer o bairro, vai somente comer e vai embora” (JOSÉ, funcionário a 30 anos da lanchonete na rua da Guia, Em entrevista realizada no dia 10 de novembro).

A demanda de passeio diminuiu, acho que é porque tem mais opções de turismo né? Antigamente não tinha muito o que fazer aqui, agora tem museu, bares, restaurantes, até mesmo espaços para o cliente ficar sentado olhando a paisagem. Coisa que antes dessas reformas não tinha [...] acho ruim porque nunca se preocuparam em envolver a gente, que vive a tanto tempo aqui, nas reformas. (DAVISON, barqueiro. Em entrevista realizada no dia 07 de novembro de 2016).

As pessoas ligadas à atividade de comércio ambulante sofreram grandes modificações em decorrência do novo projeto e sentem-se extremamente ameaçados. “A minha relação com esse espaço sempre foi de onde eu tirei meu sustento. Agora depois desses bares ai pra gente foi péssimo. A gente aqui é humilhada, querem nos tirar de todo jeito, tinha outra relação com o lugar, agora to vendo a hora de não ficar mais”. (ROSE, ambulante. Em entrevista realizada no dia 10 de novembro de 2016). “O fiscal da prefeitura quando chega é ameaçando. Ninguém pede com licença pra gente não, vem logo xingando e empurrando. Esse pessoal dos bares quer é tirar o podre e o ambulante daqui”. (ANA, ambulante. Em entrevista realizada no dia 10 de novembro de 2016).

Figura 36: Barracos na Comunidade do Pilar que aguarda a requalificação urbana.



Fonte: Nery (2012)

Figura 37- Ruínas da Rua Edgar Werneck, Comunidade do Pilar que aguarda a requalificação urbana.



Fonte: Nery (2007)

A ampla diferença das relações socioespaciais se mostrou nas expressões mediante a fotografia da comunidade do Pilar. A existência da favela inserida em área histórica representam características especiais se analisada a proximidade da comunidade em precárias condições, com importantes empreendimentos comerciais e turísticos. Fato relevante ao

verificar a segregação existente entre os grupos que utilizam os espaços. As pessoas da comunidade não apresentam consideráveis envolvimento com o resto do bairro, e os grupos das áreas adjacentes não relacionam o Pilar com o Bairro do Recife e muitas vezes não demonstram conhecimento da existência da comunidade. Sendo possível perceber essas diferenças nas falas e interjeições expressas por alguns entrevistados.

Nossa! Isso nem parece com o bairro, eu nunca estive lá, mas soube que é um local muito pobre e perigoso. Eu acho que poderiam ser criadas áreas de lazer nesse espaço para as pessoas do bairro e colocar comunidade em algum habitacional. Eu soube que iam fazer uns habitacionais lá mesmo, mas acho que não tem muito espaço pra isso. Era melhor que fosse em outro lugar (MARY, funcionária do hostel localizado no Bairro do Recife. Em entrevista realizada no dia 01 de novembro de 2016).

Por vezes, algumas pessoas não creem que a realidade tão precária do Pilar, apresentada nas imagens, esteja inserida em uma área de atrativos turísticos e de lazer. “Não acredito que isso seja aqui, nem sabia que nesse bairro tão bonito tinha uma coisa assim”. (MANOEL, morador da cidade de São Paulo. Em entrevista realizada no dia 07 de novembro de 2016). “Eu conheço algumas pessoas que vivem nessa comunidade, mas acho que é uma realidade muito diferente do resto do bairro” (JOSÉ, funcionário a 30 anos da lanchonete na Rua da Guia. Em entrevista realizada no dia 10 de novembro).

Nas entrevistas com o grupo envolvido na comunidade, é percebido um sentimento de pertencimento e apropriação deste território. Conforme relatos dos moradores “Ah! Aqui é minha área, eu vivo aqui há muitos anos, já tive comércio aqui também. Dessas fotos, o único lugar que eu vou é essa aí, minha casa né?” (SELMA, moradora do Pilar. Em entrevista realizada no dia 10 de novembro de 2016). “Conheço muita gente que mora aí há anos. Já frequentei esse lugar, mas é totalmente diferente do resto do bairro, parece outro bairro.” (ANTÔNIO, estivador aposentado. Em entrevista realizada no dia 01 de novembro de 2016). “Já morei muitos anos aí, me identifico muito com esse lugar. Pena ser tão pobre, e olhe que tá do lado de ruas tão bonitas” (DAVISON, barqueiro. Em entrevista realizada no dia 07 de novembro de 2016).

Observa-se também, o sentimento de esquecimento retratado em alguns relatos. “Esse bairro é muito pobre, se vive numa miséria, o povo do lado de lá não se preocupa com a comunidade não. É totalmente esquecida, precisa de investimento na educação. O prefeito não olha pra cá.” (TELMA, moradora do Pilar e ambulante. Entrevista realizada em 03 de novembro de

2016). “Essa foto é do Pilar ne? Olha, desde que eu vivo nesse bairro essa favela sempre foi assim [...] eu só soube de uns projetos para habitacionais, mas eu acho que nem fizeram. Eu acho que a prefeitura quer mesmo é tirar esse povo daí”. (IVANILDO, prestador de serviço do Porto desde 1983 e hoje trabalha no sindicato dos servidores portuários. Em entrevista realizada no dia 07 de novembro). “Essa comunidade ainda tá aí não sei como, eu acho que a prefeitura não olha pra ninguém daí. Querem é limpar os pobres daqui.” (ANA, ambulante. Em entrevista realizada no dia 10 de novembro de 2016).

Através destas entrevistas foi possível compreender uma discrepância existente no Bairro do Recife, no qual não há uma relação de integração entre os grupos envolvidos no espaço. O que demonstra dentro de um mesmo bairro, espaços totalmente fragmentados em decorrência deste modelo de planejamento que busca atender apenas determinadas classes sociais, favorecendo a marginalização de outros grupos que não são inseridos no espaço, fator que condiciona para o processo de gentrificação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como principal objetivo analisar os planos e projetos de intervenção elaborados para o Bairro do Recife que vem impulsionando a conformação urbana do local, compreendidos a partir da década de 1980. Nesta análise se avaliou as premissas referentes aos aspectos ligados à possibilidade de integração socioespacial mediante a participação social no processo de elaboração dos planos e projetos, a satisfação dos usuários e os modos que viabilizaram as operações. Avaliando o êxito das propostas, bem como os possíveis processos decorrentes.

O planejamento urbano no Brasil atravessou diversas fases a partir da inserção das ideologias burguesas no espaço, buscando romper com o passado colonial e propondo planos de embelezamentos e higienização. Posteriormente, em decorrência da falta de solução para os principais problemas urbanos, entre eles a crescente desigualdade socioespacial, fora gerado um fortalecimento dos movimentos populares, o qual culminou com os artigos que trata da política urbana na Constituição de 1988. Nessa perspectiva, o planejamento participativo tornou-se um direito constitucional, e de grande importância frente à exequibilidade e êxito das políticas urbanas proposta, como afirmam Cohen e Arato (2001), Souza (2003), Grazia (2004) entre outros autores que defendem a necessidade de participação social e gestão participativa como importantes mecanismos de democratização, permitindo a inserção de grupos envolvidos para uma apropriação efetiva do espaço urbano.

Ao longo das fases atravessadas nas intervenções urbanas é crescente a utilização de instrumentos também contidos na Constituição, como as Operações Urbanas Consorciadas, realizando parcerias e concessões público-privadas. Porém, cabe ressaltar que em determinadas ações existem uma intromissão a partir da fragilidade institucional, quando o agente público perde o protagonismo da ação, cedendo ao setor privado uma abertura maior para que desenvolvam políticas voltadas para o mercado ao qual este setor busca atender, gerando assim uma tendência em transformar o espaço público em mercadoria, procurando ampliar a obtenção de lucro e fomentando também a city-marketing, doravante ao modelo capitalista de planejar, que resultam em possíveis processos de gentrificação.

Os planos e projetos realizados no Bairro do Recife seguiu a tendência mundial, que desde a década de 1970 propõem ações de intervenção nos centros urbanos históricos em decorrência

da degradação e esvaziamento populacional. No caso dos planos do Bairro do Recife aconteceram mais tardiamente, somente na década de 1980 intensificando em 1992.

Visto que, a compreensão das relações deve ser entendida como um processo e não apenas ações pontuais, devendo analisar a associação de elementos para uma correta apreciação. Foram então analisadas as intervenções que correspondem a este processo, o qual representam maiores modificações nas relações ligadas aos aspectos sociais e as possíveis consequências.

Ao analisar os planos elaborados para o bairro percebe-se uma modificação quanto a escala do planejamento, uma vez que o Plano de Reabilitação fora desenvolvido mediante ação territorial, inserindo o Escritório do Bairro para desenvolver as ações no próprio local, aproximando-se da real situação. Este plano pode ser considerado como o que apresentou maiores instâncias de participação buscando inserir ações pontuais para a comunidade do Pilar, através de projetos que garantissem a permanência dessa população, porém em decorrência da falta de investimento e mudança de gestão não foram executadas. Ao longo dos anos, os projetos para o bairro foram cada vez mais sendo elaborados distantes da escala local, sendo realizado por equipes técnicas que não representava um maior envolvimento com a realidade espacial e social, culminado no projeto do Porto Novo Recife que foi desenvolvido a partir de uma Operação Urbana Consorciada. O qual o agente privado alterou o projeto inicialmente concebido e não realizou ações urbanísticas de suma importância para concretização do projeto.

Destacando-se a intencionalidade em implantar no Bairro do Recife atrativos turísticos e da tecnologia da informação visando promover o desenvolvimento econômico resultou na modificação espacial e social anteriormente existente no local. O Plano de Revitalização do Bairro do Recife pode ser considerado exitoso no que se refere a promoção da visibilidade e atração de novos investimentos para uma área que ao longo dos anos estava sendo degradada, porém existia ações destinadas à públicos alvos, favorecendo assim, ao processo de gentrificação, uma vez que anteriormente existiam comércios, prestadores de serviços, prostitutas e pensões que se utilizavam do espaço como forma de sobrevivência e moradia, representando a ocupação do bairro. O plano é implantado visando a melhoria espacial, voltando-se para uma valorização da área, através de incentivos o que representou a elevação do custo dos alugueis, não sendo mais possível a permanência de determinadas camadas da sociedade, levando-as a ocupar outras áreas da cidade, e até mesmo a comunidade do Pilar. A gentrificação comercial também pôde ser observada, uma vez que através do relato de vários

comerciantes e garçons é possível averiguar que existia uma intenção em dificultar a permanência dos antigos bares no local visto que era impossível competir, cedendo espaço para os novos bares voltados para uma classe mais elitista, público alvo ao qual desejava-se atrair. Culminando no surgimento e curto tempo de ascensão do comércio inserido, como no Pólo Bom Jesus que vivenciou posteriormente a diminuição do fluxo e fechamento dos bares e restaurantes. Atualmente este área perdeu a centralidade, muitos bares fecharam e os três remanescentes estão frequentemente com as mesas vazias. Fato que tem grande relação com a falta de coordenação das ações implantadas. Ao analisar o processo de intervenção no bairro do Recife, é possível perceber as sobreposições do planejamento, não existindo uma continuidade e complementaridade das propostas, resultando em ações que não se inter-relacionam contribuindo para a pouca durabilidade e fracasso.

Verificou-se que em grande parte dos planos e projetos quando executados promovem uma monofuncionalidade, como acontece com o Porto Digital que apesar de ter proporcionado ao bairro a utilização de imóveis e certa dinâmica no local, esta é basicamente temporária, ocorrendo de modo diurno e em determinados dias ao longo da semana. O mesmo ocorreu no Pólo Bom Jesus em que houve uma dinamização exclusivamente noturna. Frequentemente os restaurantes existentes oriundos do projeto Porto Novo Recife apresentam-se da mesma forma, sendo intensificado o uso apenas nos finais de semana. Confirmando assim, a análise que as ações ocorridas no bairro não garantem a continuidade do uso, sendo sazonal e em dados momentos do dia, não afirmando uma vitalidade ao bairro. Percebe-se que pouco se investiu na atração do uso habitacional para o bairro, este que provavelmente iria garantir a permanência cotidianamente, durante todo o dia, bem como serviços complementares que somente a moradia consegue atrair e acresceria segurança, seguindo a teoria aplicada por Jane Jacobs “olhos das ruas”, onde através da utilização do espaço pelas pessoas gera uma vigilância natural.

Quanto ao uso habitacional e a permanência com o espaço, evidencia-se a Comunidade do Pilar, que além de moradia utiliza o espaço como forma de sobrevivência, através de comércio informal e prestação de serviços no próprio bairro. Porém, com esta pesquisa foi possível observar que esta comunidade vive totalmente a margem do bairro, sem que haja um envolvimento socioespacial entre o grupo constituinte e as outras parcelas locais. Nos próprios relatos dos agentes locais percebe-se uma compreensão divergente no termo “bairro”, as pessoas que vivem na comunidade caracterizam o bairro como aquela área ao qual eles se envolvem, já os agentes de outras partes falam em bairro como sendo apenas as

áreas centrais conhecidas por eles, distantes da realidade vivida na Comunidade do Pilar, representando uma condição extremamente segregadora. A comunidade está inserida fisicamente em um espaço próximo de importantes instituições públicas, entre elas o próprio prédio sede da PCR, empresas do ramo da tecnologia e novos comércios, todavia não apresentam relações de envolvimento, diante da falta de oportunidade os projetos e empresas não absorvem mão de obra desta população, comumente os serviços são terceirizados ou disponibilizados para pessoas de outras áreas da cidade e até mesmo do estado que apresentam maior preparação para operar. Percebe-se o sentimento de esquecimento por parte do setor público para com a comunidade, muitos moradores e comerciantes afirmam que a verdadeira intenção é removê-los do bairro. Tal percepção surge da falta de comprometimento da prefeitura em concluir um projeto desenvolvido desde 2007. A comunidade não apresenta mobilização dos moradores fragilizando-os ainda mais, além da falta de envolvimento e participação efetiva da comunidade nas discussões e implementações do plano de requalificação urbanística propostas e nos demais projetos recomendando para o Bairro do Recife ao longo dos anos. Ademais a comunidade convive com o intenso sentimento de ameaça a cada nova intervenção divulgada, como atualmente está sendo especulada a venda da antiga fábrica do Pilar para as empresas Dias Branco e o grupo JCPM, causando intenso burburinho, afinal a tendência é valorizar a área e a comunidade sofrer possivelmente novos processos de gentrificação.

Das ações contemporâneas que apresentam uma maior contribuição quanto a modificação na dinâmica do bairro, destacam-se o Porto Digital e o Porto Novo Recife. Apesar de estar inserido dentro das proposições do Plano de Revitalização, o Porto Digital não foi desenvolvido mediante um plano urbanístico, porém sobressai como um projeto que está intervindo além dos imóveis restaurados, interferindo também na conformação urbanística e social do bairro. Percebe-se ao longo desta pesquisa que o Porto Digital não apresenta um efetivo envolvimento com o local a cerca da apropriação das características próprias, representa muito mais um projeto que se aproveitou da ociosidade das áreas do bairro e foi instalado, contudo o mesmo poderia estar inserido em qualquer outra parte da cidade. O Porto Digital apresenta características fortes de expansão, além da intencionalidade em gerar na área um complexo ainda maior de empresas voltadas para um mesmo segmento, intensificando a monofuncionalidade já mencionada, ocupando o espaço que o próprio Porto Digital denomina de “território” deles. Mas uma vez a Prefeitura da Cidade do Recife se mostra permissiva, visto que inclusive as tampas de esgoto que fora decorrente de obra pública apresenta o nome

do Porto Digital, e a própria equipe afirma que este fato ocorreu porque aquele espaço é próprio do porto, esquece, porém que anteriormente pertencente ao Porto Digital, o local é da cidade, prioritariamente público. Fato este que é recorrente da falta de protagonismo do poder público e crescente abertura para empresas privadas dominarem um espaço público.

Mesmo contemplando empresas exclusivamente voltadas para implantação de inovações, múltipla tecnologia e projeções para futuras cidades inteligentes, poucas ações foram estabelecidas para o território do Bairro do Recife de forma a contribuir e melhorar para o desenvolvimento local e solução dos problemas urbanos, bem como a evidência da não promoção da integração dos agentes envolvidos, entre eles a comunidade do Pilar. Reafirmando a questão analisada em que o Porto Digital não apresenta uma devida apropriação do espaço e das relevantes características próprias do bairro, apenas ocupando os espaços de seus interesses.

Seguindo a forte tendência das Operações Urbanas, mais recentemente tem-se o Porto Novo Recife, que representa uma continuidade de ações distantes da realidade do bairro, mesmo que tenha gerado determinada visibilidade para o local que anteriormente estava abandonado, porém novamente, assim como aconteceu na implantação do Plano de Revitalização, apresenta um caráter elitista, voltado para um público de poder aquisitivo maior, fato evidenciado na análise quando verifica-se que muitos consumidores que utilizam o estacionamento ao lado, seguindo diretamente para o estabelecimento desejado, sem que haja um envolvimento com o restante do bairro. Ao longo da pesquisa foi possível analisar que não houve instâncias de participação, bem como possibilidade de inserir ambulantes, barqueiros e diferentes camadas populares nos espaços revitalizados, este segmento relaciona-se com algumas parcelas de área do bairro contribuindo para incrementar os territórios segregados e possivelmente contribuindo para o crescimento da violência urbana. Confirmando que a estratégia de atrair bares e restaurantes, e projetos voltados para apenas um segmento de atividades não contemplam ações exitosas, por se tratar de iniciativas com curta duração, sazonais e que não criam vínculos de relação com o espaço e com as pessoas envolvidas na área, podendo surgir em qualquer outra parte da cidade. E ainda, frente às diversas ações operantes para o Bairro do Recife é possível completar que não promoveram a integração socioespacial, visto que a grande maioria das propostas gerou uma segregação socioespacial e comumente o processo de gentrificação, contribuindo cada vez mais para as lutas de classes e aumento da fragmentação social.

Retoma-se a crescente tendência em conceder o espaço público com intervenções urbanas que não condizem com a realidade local, ou que contemplam determinadas classes sociais. Comumente relacionado com as operações urbanas que utilizam o território como objeto mercadológico a partir do interesse privado, frente à ocultação do setor público que deveria atuar como principal coordenador das ações. Evidenciando a crescente realização da cidade do espetáculo, com propensão a cidade-mercado neoliberal, acirrando segregações e a periferização. Mediante intervenções no espaço público que visam a obtenção do lucro através do turismo, grandes eventos esportivos, entretenimento, modernidade e inovações, muitas vezes em detrimento de aspectos sociais, físicos e culturais do local.

Ressalta-se que a globalização e os projetos de intervenção urbana devem de fato acontecer, afinal são de extrema importância para a produção e continuidade dos espaços, porém deve ser realizado de forma a integrar com o espaço já construído e principalmente com os agentes envolvidos, pensando de forma coordenada e coerente. Evitando-se projetos segregadores, sazonais e monofuncionais. Pretende-se, portanto, com este trabalho ampliar a compreensão a cerca da necessidade em propor intervenções que representem os verdadeiros anseios dos agentes locais envolvidos, através da participação concreta dos usuários, fazendo valer um direito constitucional que garante a participação dos diversos segmentos da sociedade, como forma de amenizar as progressivas desigualdades, para que haja uma apropriação espacial e efetivo êxito e durabilidades das propostas.

Cabe salientar que a pesquisa realizada não se esgota aqui, expandindo perspectivas para posteriores trabalhos a partir destas análises a cerca das possíveis segregações produzidas no espaço, entre eles, a situação a respeito da urbanização da comunidade do Pilar frente à efetivação da reapropriação da fábrica Pilar; e as mudanças e permanências diante da resignificação mediante expansão do Porto Digital no território. Entre outras análises desinentes dessa pesquisa.

Por fim, ressalta-se que, a principal apreensão deste trabalho consistiu em construir uma visão crítica e reflexiva da intensa responsabilidade da atividade do arquiteto e urbanista detentor de conhecimento e de instrumentos que reinteram as conformações sociais e físicas resultantes de suas ações. Visto que, através das diretrizes e do desenho é possível induzir ou facilitar a não ocorrência da segregação no território a ser intervindo colaborando para a melhoria da qualidade de vida dos usuários do espaço, valorizando os atributos locais. Considerando como legado representado pela produção do espaço urbano que estamos construindo em nossas

idades. Concluindo-se que os planejadores urbanos devem compreender a necessidade de realizar proposições não somente **para** as pessoas, mas principalmente **com** as pessoas dentro do espaço urbano contribuindo para a integração social e o sucesso da ação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA

BRAGA, Paula Marques, et al. **Intervenções Urbanas em áreas Centrais Históricas: Paisagens particulares versus a banalização da paisagem. Contradições entre a preservação do patrimônio cultural e a promoção do turismo em intervenções realizadas no centro histórico de Salvador e no Bairro do Recife.** Universidade de São Paulo, 2013.

BRANDÃO, Zeca; BORBA, Cristiano; CARVALHO, Luiz. Porto. In: **Técnico de Operações Urbanas ± Estudos 2007-2010.** Recife, CEPE, 2012.

COHEN, Jean; ARATO, Andrew. **Sociedad Civil y Teoría Política.** Tradução de: Roberto Reyes Mazzoni. México: Fondo de Cultura Económica, 2001

FERREIRA, Angela Lúcia. et al. **Uma cidade sã e bela: a trajetória do saneamento em Natal - 1850 a 1969.** Natal: IAB-RN/ CREA-RN, 2008.

GLASS, Ruth. **Introduction to London: Aspects of Change.** London: Center for Urban Studies, 1963.

GRAZIA, Grazia de; QUEIROZ, Leda Lúcia R.F.(et alii) **A Sustentabilidade do Modelo Urbano Brasileiro.** Um Desafio – Rio de Janeiro: Projeto Brasil Sustentável e Democrático: FASE/IBASE,2001.

HABERMAS, Jürgen. **Era das transições.** Tradução de Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural.** 3º ed. São Paulo: Loyola, 1989.

_____. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana.** Tradução Jeferson Camargo. - São Paulo: Martins Fontes - selo Martins, 2014.

LACERDA, Norma. **Intervenções no bairro do Recife e no seu entorno: indagações sobre a sua legitimidade.** Sociedade e Estado, Brasília, v. 22, n. 3, p. 621-646, 2007.

LACERDA, Norma; ANJOS, Kainara Lira dos. **Primazia do mercado de locação nos bairros degradados dos centros históricos das cidades brasileiras: o caso do Recife.** In: XIII Seminário Internacional da Rede Iberoamericana de Investigadores sobre Globalização e Território. Bahia, 2014.

LACERDA, Norma; FERNANDES, Ana Cristina. **Parque tecnológico: entre a inovação e a renda imobiliária no contexto da cidade do Recife**. Cadernos Metrópole, 2015.

LEITE, Rogério Proença. **Contra-usos e espaço público: Notas sobre a construção social dos lugares na Manguetown**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. vol. 17. n° 49. 2002.

LEME, Maria Cristina da Silva. A formação do pensamento urbanístico no Brasil: 1895-1965. In: LEME, Maria Cristina da Silva; FERNANDES, Ana; GOMES, Marco Aurelio Filgueiras (org.) **Urbanismo no Brasil 1895-1965**. São Paulo: Studio Nobel/FAU USP/FUPAM, 1999.

LUBAMBO, Catia Wanderley. **Bairro do Recife: entre o Corpo Santo e o Marco Zero**. Recife: CEPE/ Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1991a.

_____. A reforma urbana no bairro do Recife no início do século: intervenção pública ou privada? Recife: Departamento de Estudos Populacionais da Fundação Joaquim Nabuco, 1991b.

MADUREIRA, Sevy. Bairro do Recife. **A revitalização & o porto seguro da Boemia**. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife, SEPLAN, 1996.

_____. Bairro do Recife. Porto seguro da boemia. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife, SEPLAN, 1995.

MARICATO, Ermínia. **Reforma Urbana: Limites e Possibilidades uma Trajetória Incompleta**. In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz & SANTOS JR., Orlando Alves dos (orgs.). Globalização, Fragmentação e Reforma Urbana. Rio de Janeiro, 1994.

MARINHO, Geraldo; BOTLER, Milton. Modelo de regulação do Plano de Revitalização do Bairro do Recife. In: ZANCHETI, Silvio; MARINHO, Geraldo; LACERDA, Norma. (Orgs.). **Revitalização do Bairro de Recife: plano, regulação e avaliação**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1998.

MARQUES, Eduardo; TORRES, Haroldo da. (orgs.). **São Paulo: segregação, pobreza e desigualdade**. São Paulo: Editora Senac, 2005

MATTOS, Lina Portilho. **Da Gestão Democrática da Cidade**. In: MATTOS, Lina Portilho. (Org.). Estatuto da Cidade Comentado. Belo Horizonte: Mandamentos, 2002.

MEDEIROS, Cândida Regina Vasconcelos de. **Expressões e sentidos da revitalização do Bairro do Recife: Limpeza, beleza e política de vida**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco, 2001

MONTENEGRO, Antônio Torres; SALES, Ivandro da Costa; COIMBRA, Silvia Rodrigues. **Bairro do Recife: porto de muitas histórias**. Gráfica Recife, Recife, 1989.

MURTA, Stela Maris. **Interpretar o patrimônio: um desafio para o turismo cultural**. In: CAMARGO, Patrícia de; CRUZ, Gustavo da. (Org). **Turismo Cultural: Estratégias, sustentabilidade e tendência**. Ilhéus: EDITUS, 2009.

NERY, Nancy Siqueira; CASTILHO, Cláudio Jorge Moura de. **Comunidade do Pilar e a revitalização do bairro do Recife: possibilidades de inclusão socioespacial dos moradores ou gentrificação**. *Humanae*, v.1, n.2, p.19-36, 2008.

PONTUAL, Virgínia. **Práticas urbanísticas em áreas históricas: o bairro do Recife**. REVISTA BIBLIOGRÁFICA DE GEOGRAFÍA Y CIENCIAS SOCIALES (Serie documental de Geo Crítica) Universidad de Barcelona ISSN: 1138-9796. Depósito Legal: B. 21.742-98 Vol. XII, nº 752, 2007.

_____. **Uma cidade e dois prefeitos: Narrativas do Recife das décadas de 1930 a 1950** – Recife: Ed. UFPE, 2001.

PORTO, Digital. **Prospecto de apresentação Porto Digital**. Recife, 2016.

PROENÇA, Rogério. *Revista CPC*, São Paulo, v.1, n.2, p.17-30, 2006.

RECIFE, Prefeitura da Cidade; URB/Recife. **Plano de Reabilitação do Bairro do Recife**. Recife. URB-Recife, Recife, 1988.

_____. **Proposta de Tombamento do Núcleo Original da Cidade do Recife** — v. 2. Recife, 1998.

_____. **Programa de requalificação urbanística e inclusão social da comunidade do Pilar**- PRUISCP, 2007.

REZENDE, Antônio Paulo. **O Recife: histórias de uma cidade**. 2ª ed. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 2002.

SABOYA, Renato. **Concepção de um sistema de suporte à elaboração de planos diretores participativos**. Tese de Doutorado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Engenharia Civil – Universidade Federal de Santa Catarina, 2007.

SALGUEIRO, Teresa Barata. **Segregação e Fragmentação**. In: Geografia de Portugal - Sociedade, Paisagens e Cidade. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, p. 306-312, 2005.

SANTIN, Janaína Rigo. **A Gestão Administrativa Participativa e o Poder Local**. Tese (Doutorado Direito), Universidade Federal do Paraná, 2004.

SANTOS, Renato. **A (re) ordenação espacial do Bairro do Recife a partir da proposta do plano de Revitalização Urbanística**. 2010. 333f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – UFRGS, Rio Grande do Sul, 2010.

SILVA, José Afonso da. **Direito Urbanístico Brasileiro**. São Paulo: Malheiros Editores LTDA, 2010.

SMITH, Neil. A gentrificação generalizada: de uma anomalia local à “regeneração” urbana como estratégia urbana global. In: Bidou-Zachariasen, C. (ed.), **De volta à cidade. Dos processos de gentrificação às políticas de « revitalização » dos centros urbanos**. São Paulo: Annablume, 2006.

SOUZA, Luis Henrique.; LAPA, Tomás. Albuquerque **O processo de revitalização e atividade turística no Bairro do Recife**. Turismo e sociedade. Curitiba, v.8, n.1, p. 124-144, 2015.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbana**. 8ªed. - Rio de Janeiro. BERTRAND BRASIL, 2011.

_____. **Os orçamentos participativos e sua espacialidade: uma agenda de pesquisa**. Associação Dos Geógrafos Brasileiros, São Paulo, p.39-58, 2000.

SOUZA, Marcelo Lopes de; RODRIGUES, Glauco Bruce. **Planejamento urbano e ativismos sociais**. In: Coleção Paradidáticos; Série sociedade, espaço e tempo São Paulo, 2004.

TOMÁS, Livia Rodrigues; FERREIRA, Denise Labrea. **Plano Diretor: Documento ou Instrumento? Um estudo de caso de Tupaciguara – MG** In II Simpósio Regional de

Geografia. “Perspectivas para o Cerrado no século XXI”. Universidade Federal de Uberlândia. Instituto de Geografia, 2003.

VARGAS, Heliana Comin; CASTILHOS, Ana Luiza H. **Intervenções em Centros Urbanos: objetivos Estratégias e Resultados**. São Paulo: Manole, 2006.

VIEIRA, Natália Miranda. **Gestão em sítios históricos: a transformação dos valores culturais e econômicos em programas de revitalização em áreas históricas**. Recife. Ed. Universitária da UFPE, 2008.

VILLAÇA, Flávio. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos (org.) **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: EdUSP, p. 169 – 243, 1999.

ZANCHETI, Silvio; LACERDA, Norma. **O desempenho do Plano de Revitalização do Bairro do Recife**. In: ZANCHETI Silvio; MARINHO, Geraldo; LACERDA, Norma. (Orgs.). **Revitalização do Bairro do Recife: Plano, regulação e avaliação**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1998.

REFERÊNCIAS ± MEIO ELETRÔNICO

ACERTO DE CONTAS. **A falência e o abandono do Recife Antigo**. Portal Leia Já. Recife, 14 de outubro de 2008. Disponível em: < <http://acertodecontas.blog.br/cultura/a-falencia-do-recife-antigo/>>. Acesso em: 15 de novembro de 2016.

COPA, Portal da. **Terminal marítimo do porto do recife é o primeiro a finalizado para a copa**. 01 de outubro de 2013. Disponível em: <<http://www.copa2014.gov.br/pt-br/noticia/terminal-maritimo-do-porto-de-recife-e-o-primeiro-a-ser-finalizado-para-a-copa>>. Acesso em: 21 de novembro de 2016.

EXAME. **Recife é o Vale do Silício brasileiro. Berço de importantes centros de inovação, Recife é atualmente o maior polo tecnológico do Brasil**. São Paulo, 25 de julho de 2015. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/tecnologia/recife-o-vale-do-silicio-brasileiro/>>. Acesso em: 21 de setembro de 2016.

FERREIRA, A. **O processo de gentrificação em entrevista com o professor Alvaro Ferreira**. Revista Eletrônica História, Natureza e Espaço - ISSN 2317-8361 v. 3, n. 1, 2014. Disponível em: < <http://www.e-publicacoes.uerj.br/> > Acesso em: 10 set.2016

G1. **Museu Cais do Sertão será ampliado e vai virar centro cultural**. Recife, 17 de março de 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2016/03/museu-cais-do-sertao-sera-ampliado-e-vai-virar-centro-cultural.html>>. Acesso em: 21 de setembro de 2016.

JC ONLINE. **Armazéns do Porto do Recife começam a funcionar como centro de compras**. Recife, 22 de outubro de 2014. Disponível em: <<http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cidades/noticia/2014/10/22/armazens-do-porto-do-recife-comecam-a-funcionar-como-centro-de-compras-152113.php>>. Acesso em: 02 de setembro de 2016.

_____. **Intervenção urbana chama atenção para a Comunidade do Pilar**. Recife, 15 de novembro de 2015. Disponível em: <<http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cidades/geral/noticia/2015/11/15/intervencao-urbana-chama-atencao-para-a-comunidade-do-pilar-208131.php>> . Acesso em: 15 de setembro de 2016.

LUNA, José. **Bairro do Recife, uma ilha por acidente**. Blog bairro do recife. São Paulo, 18 de janeiro 2014. Disponível em: <<http://bairrodorecife.blogspot.com.br/2014/01/bairro-do-recife-uma-ilha-por-acidente.html>> Acesso em: 13 de novembro de 2016.

_____. **E o Bairro do Recife veio ao chão**. Blog bairro do recife. São Paulo, 17 de janeiro 2014. Disponível em: <<http://bairrodorecife.blogspot.com.br/2014/01/e-o-bairro-do-recife-veio-ao-chao.html>> Acesso em: 12 de agosto de 2016.

MARINHO, Claudio. **Cláudio Marinho desconstrói o conceito de cidades inteligentes. Jc Online**. Jc Online. Recife, 29 jul 2012. Disponível em: <<http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/tecnologia/noticia/2012/07/29/claudio-marinho-desconstroi-conceito-de-cidades-inteligentes-50863.php>> . Acesso em: 12 de agosto de 2016.

MEIRA, Silvio. **Em entrevista à ComCiência, Silvio Meira fala sobre o Porto Digital de Recife que, com apenas dez anos de existência, é referência em tecnologia da informação**. Dicyt. São Paulo, Campinas, 03 de março de 2011. Disponível em: <<http://www.dicyt.com/noticia/em-entrevista-a-comciencia-silvio-meira-fala-sobre-o-porto-digital-de-recife-que-com-apenas-dez-anos-de-existencia-e-referencia-em-tecnologia-da-informacao>>. Acesso em: 16 de agosto de 2016.

OLIVEIRA, Antônio. **Igreja de Nossa Senhora do Pilar Localizada na Comunidade do Pilar Bairro do Recife Antigo Década de 1920**. 2014. Disponível em: <<http://www.panoramio.com/photo/114297463>>. Acesso em: 13 de novembro de 2016.

OLIVEIRA, Isabel C. E. de. **Estatuto da cidade para compreender**. Publ. 2001. Disponível em: <http://polis.org.br/wp-content/uploads/estatuto_cidade_compreender.pdf> Acesso em: 22 de agosto de 2016.

RECIFE, Porto do. **Conheça os projetos**. 2016. Disponível em: <http://www.portodorecife.pe.gov.br/conheca_portonovo.php> . Acesso em: 21 de setembro de 2016.

ROLNIK, Raquel. **A construção de uma política fundiária e de planejamento urbano para o país ± Avanços e desafios**. Revista eletrônica. Políticas sociais – acompanhamento e análise. IPEA. Ed.12. fev. 2006. Disponível em: <http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/politicas_sociais/ensaio1_raquel12.pdf> Acesso em: 12 de agosto de 2016.

_____. **Pactuar o território- desafio para a gestão de nossas cidades.** Blog da Raquel Rolnik. Princípios revista teórica, política de informação. 01 de agosto de 2008. Disponível em: < <https://raquelrolnik.wordpress.com/2008/09/01/desafios-da-gestao-urbana/>>. Acesso em: 15 de agosto de 2016.

SABOYA, Chico. **Criatividade compartilhada.** Como o Porto Digital, um bairro inteiro dedicado a empresas de TI e economia criativa, em Recife, ajuda a fomentar novas ideias e a lapidar o talento de jovens empreendedores. O Brasil que constrói. 16 de outubro de 2015. Disponível em: <http://istoe.com.br/438791_CRIATIVIDADE+COMPARTILHADA/>. Acesso em: 09 de setembro de 2016.

SALEME, Edson Ricardo. **Parâmetros sobre a função social da Cidade.** Disponível em : <<http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/Anais/Edson%20Ricardo%20Saleme.pdf>> Acesso em : 15/09/2016 .

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO PE. Cais do Sertão Luiz Gonzaga será marco arquitetônico do Recife. Recife, 2013. Disponível em: <<http://www.sdec.pe.gov.br/noticias/cais-do-sertao-luiz-gonzaga-sera-marco-arquitetonico-do-recife/>>. Acesso em: 15 de novembro de 2016.

SKYSCRAPERCITY. **Armazéns com novos serviços e atrações turísticas após a restauração do projeto "Porto Novo".** 2015. Disponível em: <<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1791515>>. Acesso em: 02 de novembro de 2016.

_____. **Shopping Paço Alfândega e ruas do recife antigo...uma viagem de volta ao passado.** 2009. Disponível em: <<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=782106>>. Acesso em: 02 de novembro de 2016.

SUDOESTESP. Imagens período colonial – PE. Diversos. 13 de agosto de 2016. Disponível em: <<http://www.sudoestesp.com.br/file/colecao-imagens-periodo-colonial-pernabuco/681/>>. Acesso em: 15 de novembro de 2016.

SUNDFELD, Carlos Ari. **O arcabouço normativo das Parcerias Público-Privadas no Brasil.** Revista do TCU, Brasília, n.104, abr/jun. 2005. Disponível em:<<http://revista.tcu.gov.br>>. Acesso em: 10 ago. 2016.

APÊNDICE

APÊNDICE 01

RELAÇÃO DOS ENTREVISTADOS

Representantes da Prefeitura do Recife

- Noé Sérgio do Rêgo Barros – Técnico que atuou no Escritório do Bairro (Arquiteto e urbanista)
- Romero Pereira – Ex-coordenador do Escritório do Bairro (Arquiteto e urbanista)

Representante do Governo do Estado

- Zeca Brandão – Ex- secretário executivo do Núcleo técnico de operações urbanas (arquiteto e urbanista)

Representantes dos grupos envolvidos com o bairro

- Ana - Aambulante do Marco Zero.
- Antônio - Estivador aposentado.
- Carlos - Garçom do bar chamado Fiteiro, na década de 1990 trabalhou no restaurante Porto Fino.
- Cláudio - Aposentado do porto.
- Davison Lima - barqueiro.
- Ibson Silva - Morador e ativista social do Pilar
- Ivanildo Silva - Prestador de serviço do Porto desde 1983 e atualmente trabalha no sindicato dos servidores portuários.
- Jefferson - Funcionário do Porto Digital
- José - Funcionário a 30 anos da lanchonete na Rua da Guia.
- Manoel - Morador da cidade de São Paulo.
- Manoel Silva - Gerente de restaurante Arsenal do Camarão, na Rua do Bom Jesus.
- Marcos Simão - Morador da Rua do Apolo.
- Mary - Funcionária do hostel no Bairro do Recife.
- Rose Maria - ambulante do Marco Zero.
- Selma - Moradora do Pilar.
- Telma - Moradora do Pilar e ambulante.

ANEXOS

ANEXO 01

QUESTIONÁRIO PARA DEFINIÇÃO DOS PROJETOS


Prefeitura da Cidade do Recife
 Empresa de Urbanização do Recife - URB Recife

PLANO DE REABILITAÇÃO DO BAIRRO DO RECIFE
 QUESTIONAMENTO PARA DEFINIÇÃO DOS PROJETOS A SEREM DESENVOLVIDOS
 MARÇO/ 88

1. VOCE ACEITA TRANSFERIR-SE PARA A HABITAÇÃO COLETIVA ?
 (prédio restaurado com 36 unidades imobiliárias, sito à rua do Brum, 210/224)

SIM
 NÃO

2. VOCÊ ACEITA TRANSFERIR-SE PARA O RESTAURANTE POPULAR ?
 (prédio restaurado com 50 boxes para preparo e venda de alimentos)

SIM
 NÃO

CASO AFIRMATIVO, QUAL LOCAL VOCÊ PREFERE :

RUA DO BRUM, 393 (CIBRAZEM)
 RUA DO BRUM, 248 (COOPERATIVA)

3. VOCÊ PREFERE FICAR NO LOCAL EM QUE ESTÁ ?

SIM
 NÃO

4. OUTRAS PREFERÊNCIAS:

ANEXO 3

Av. Oliveira Lima, 867 / Boa Vista
 Fone (PABX): 231.6027 / RECIFE / 50050 / PE
 NE: 03.2021.0761 FL.

ANEXO 02

ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS



Prefeitura
da Cidade do Recife

Empresa de Urbanização do Recife - URB Recife

TABELA 1: OPINIÃO SOBRE A TRANSFERÊNCIA PARA HABITAÇÃO COLETIVA

SE ACEITAM TRANSFERÊNCIA PARA HABITAÇÃO COLETIVA	ABS	C%
SIM	33	83,3
NÃO	6	16,7
TOTAL	39	100,0

FONTE: In loco

TABELA 2: OPINIÃO REFERENTE A TRANSFERÊNCIA PARA O RESTAURANTE POPULAR

SE ACEITAM TRANSFERÊNCIA PARA O RESTAURANTE POPULAR	ABS	C%
SIM	31	73,8
NÃO	11	26,2
TOTAL	42	100,0

FONTE: In loco

TABELA 3: OPINIÃO REFERENTE AO LOCAL PREFERIDO PARA O RESTAURANTE POPULAR

LOCAL PREFERIDO	ABS	C%
Prédio da rua do Brum, 248 (Cooperativa)	21	67,8
Prédio da rua do Brum, 393 (Cibrazém)	5	16,1
Qualquer local	4	12,9
Não decidiu	1	3,2
TOTAL	31	100,0

Av. Oliveira Lima, 667 / Boa Vista
Fone (PABX): 231.6027 / RECIFE / 50050 / PE
NE: 03.2021.0761 FL.

FONTE: In loco.

25

ANEXO 03**LISTA DOS IMÓVIES REFORMADOS PELO PORTO DIGITAL****3 INFRAESTRUTURA DISPONÍVEL PARA USO DAS EMPRESAS**

O Porto Digital está situado nos Bairros do Recife, Santo Amaro, Santo Antônio e São José, uma localização privilegiada, central e de fácil acesso. Distante 10 km (25 minutos) do aeroporto (aviação regional e internacional), com proximidade de caminhada a mais de 30 restaurantes, restaurantes, bancos (Banco do Brasil, Bradesco, Itaú, Caixa Econômica, Citibank e Santander), farmácias e shopping center, etc.

Inserido no palco urbano das principais manifestações da rica cultura pernambucana. Sede de escritórios regionais de empresas grande porte, como Banco Santander, IBM e Accenture.

O Porto Digital dispõe de diversas opções de espaço para abrigar a operação em Recife. Algumas delas, administradas pelo Núcleo de Gestão do Porto Digital como o Edifício Vasco Rodrigues, que sedia os escritórios regionais de algumas importantes empresas multinacionais de tecnologia.

O Núcleo de Gestão do Porto Digital (NGPD) possui 13 imóveis e 1 escritório avançado (Cin/UFPE) que têm o objetivo de disponibilizar infraestrutura e serviços qualificados para as empresas e organizações instaladas no parque tecnológico. Destes imóveis, 05 estão em operação e 08 estão em processo de reforma e requalificação.

Imóveis em Operação

- Vasco Rodrigues: empresarial
Tamanho: 11.700m²
- Prédio CAIS do Apolo: empresarial e sede do Portomídia e das incubadoras do Porto Digital
Tamanho: 2.300m²
- Prédio Bione : sede do CESAR (Centro de Estudos e Sistemas do Recife)
Tamanho: 2.090m²
- Prédio Apolo 213: empresarial
Tamanho: 970m²
- Prédio Capitão Lima 420: abriga a Jump Brasil (aceleradora de Startups), um espaço de coworking e um hotel de empresas
Tamanho: 980m²
- Armazém da Criatividade em Caruaru: abriga laboratórios de alta tecnologia, uma incubadora e empresarial
Tamanho: 1.721,84m²

Imóveis em restauração

- Prédio Apolo 235: sediará a expansão do Portomída
Tamanho: 1.500m²
- Prédio Moeda 50: irá abrigar um empresarial
Tamanho: 2.127m²
- Prédio Maria Cesar: vai abrigar o Portomídia Produção
Tamanho: 1.500m²
- Prédio Diário de Pernambuco: abrigará um empresarial
Tamanho: 4.910m²
- Prédio IAPAS: abrigará um empresarial
Tamanho: 3.800m²
- Prédio Apolo 169: abrigará um empresarial
Tamanho: 588m²
- Armazém da Criatividade de Petrolina
Tamanho: 1.948m²

No que se refere a equipamentos, nessas instalações, as empresas dispõem de: videoconferência, projetor, tela de projeção, sonorização com microfone, computador, flipchart, ramal telefônico (conference call) e quadro branco. Finalmente, para realização de eventos maiores, as instalações dos prédios geridos pelo Núcleo de Gestão contam ainda com espaço para exposição (show room) e uma área externa com estrutura para bar.

Dessa forma, as empresas contam com toda infraestrutura necessária para reuniões, cursos, workshops, videoconferência, palestras, exposições entre tantos outros tipos de eventos.

Vale ressaltar que está inclusa no pacote oferecido às empresas instaladas nesses ativos sob gestão do NGPD a estrutura de condomínio predial que garante os serviços de administração predial, abastecimento de água e energia, limpeza, serviço de recepção/ portaria e segurança, entre outros.

Outros Edifícios

Além dos imóveis próprios do NGPD, as empresas podem se instalar em diversos outros centros empresariais como: ITBC (Information Technology Business Center) - empreendimento do SOFTEX Recife que iniciou suas operações em junho de 2010.

O Porto Digital investe na requalificação dos imóveis em seu perímetro. Desde sua criação em 2000, cerca de R\$ 106 milhões de investimentos já foram feitos na reforma de 80.539,10m² estimulada pela fundação do Porto Digital. Outros 23.908,04m² possuem reformas em andamento com investimentos estimados em R\$45 milhões.

Os investimentos vieram de setores públicos e privados, do Núcleo de Gestão do Porto Digital, de empresas de TIC e da Economia Criativa, assim como de empresas e instituições de serviços associados que oferecem infraestrutura e suporte aos setores de inovação e empreendedorismo.

ANEXO 04**Lista de Participantes ± Relatório da Oficina de Planejamento**

NOME	INSTITUIÇÃO
Amélia de Oliveira Reynaldo	SEPLAN/PCR
Aubiergio Moreira da Costa	URB/ETBR
Carlos Augusto Oliveira	URB/ETBR
Eduard Rodrigues Villaescusa	CONSULTOR/BID
Eduardo Rojas	BID/USA
Elizabeth Ferreira de Barros	IPHAN/BSB
Emmanuel C. Porto	IPHAN/MPO
Evelina Grunberg	IPHAN/OLINDA
Fátima Oliveira	SEPLAN/PE
Fernanda Buarque	IPHAN/RECIFE
Jadir Gomes	MinC/SPO
Jaime de Oliveira	SECULT/PA
José Hailon Gomide	IPHAN
José Nilson Prefeira	URB/ETBR
Luciano Pereira	IPHAN/ DEPROT
Marcelo Brito	IPHAN/ DEPROT
Maria Elizabeth V. da Cunha	URB/RECIFE
Maria Odília Ribeiro	AUTONOMA
Maria Teresa de Souza	CEF
Noé Sérgio do Rego Barros	URB/ETBR
Silvia Lúcia Jurema	AD/DIPER
Virgínia C. de Mendonça	CEF/ASSESS
Walter Antônio Silva	MinC
William Sampaio	SEC. TURISMO